

---

## **Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe**

---

**Volume 1 – Relatório do Programa**

**Volume 2 – Relatório da Gestão das Praias**

**Volume 3 – Diretivas**

**Volume 4 – Programa de Execução e Plano de  
Financiamento**

**Volume 5 – Avaliação Ambiental Estratégica**

**Tomo 1 – Relatório Ambiental**

**Tomo 2 – Relatório de Conformidade com a  
Rede Natura 2000**

**Tomo 3 – Resumo Não Técnico**

**Volume 6 – Indicadores qualitativos e quantitativos**

**Modelo Territorial**

**Regulamento de Gestão das Praias**



## ÍNDICE GERAL

---

1. Introdução e objetivos	I
2. Metodologia	3
2.1. Enquadramento legal	3
2.2. Abordagem metodológica	4
2.3. Faseamento	8
3. Objeto de avaliação	11
3.1. Introdução	11
3.2. Enquadramento administrativo e territorial	11
3.3. Objetivos e questões estratégicas	13
3.4. Estrutura do modelo territorial e normas orientadoras	16
3.5. Cenários de avaliação	18
4. Fatores críticos para a decisão	19
4.1. Introdução	19
4.2. Quadro de Referência Estratégico (QRE)	20
4.3. Questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)	24
4.4. Quadro de avaliação dos FCD	26
5. Análise e avaliação estratégica por FCD	33
5.1. Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1)	33
5.2. Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD 2)	62
5.3. Governança (FCD 3)	87
5.4. Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD 4)	95
6. Sumário da AAE	119
6.1. Tendências globais de evolução com e sem o POC	119
6.2. Riscos e oportunidades do POC	122

6.3. Diretrizes de planeamento e gestão	137
7. Programa de seguimento	141
8. Considerações finais	147
9. Bibliografia	149
Anexos	157
Anexo 1 – Instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico	159
Anexo 2 – Resultados da consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) no âmbito do Relatório Ambiental Preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica do POC-EO	197

## ÍNDICE DETALHADO

---

1. Introdução e objetivos	1
2. Metodologia	3
2.1. Enquadramento legal	3
2.2. Abordagem metodológica	4
2.3. Faseamento	8
2.3.1. Fase 1 – Âmbito da avaliação e alcance e nível de Informação a incluir no Relatório Ambiental	8
2.3.2. Fase 2 – Relatório Ambiental e RNT	9
2.3.3. Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental final	9
2.3.4. Fase 4 – Elaboração da Declaração Ambiental	10
3. Objeto de avaliação	11
3.1. Introdução	11
3.2. Enquadramento administrativo e territorial	11
3.3. Objetivos e questões estratégicas	13
3.4. Estrutura do modelo territorial e normas orientadoras	16
3.5. Cenários de avaliação	18
4. Fatores críticos para a decisão	19
4.1. Introdução	19
4.2. Quadro de Referência Estratégico (QRE)	20
4.3. Questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)	24
4.4. Quadro de avaliação dos FCD	26
5. Análise e avaliação estratégica por FCD	33
5.1. Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD I)	33
5.1.1. Análise de tendências e SWOT	33

5.1.2. Oportunidades e riscos	54
5.1.3. Diretrizes de planeamento e gestão	60
5.2. Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD 2)	62
5.2.1. Análise de tendências e SWOT	62
5.2.2. Oportunidades e riscos	80
5.2.3. Diretrizes de planeamento e gestão	85
5.3. Governança (FCD 3)	87
5.3.1. Análise de tendências e SWOT	87
5.3.2. Oportunidades e riscos	91
5.3.3. Diretrizes de planeamento e gestão	94
5.4. Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD 4)	95
5.4.1. Análise de tendências e SWOT	95
5.4.2. Oportunidades e riscos	113
5.4.3. Diretrizes de planeamento e gestão	117
6. Sumário da AAE	119
6.1. Tendências globais de evolução com e sem o POC	119
6.2. Riscos e oportunidades do POC	122
6.3. Diretrizes de planeamento e gestão	137
7. Programa de seguimento	141
8. Considerações finais	147
9. Bibliografia	149
Anexos	157
Anexo I – Instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico	159
Anexo 2 – Resultados da consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAÉ) no âmbito do Relatório Ambiental Preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica do POC-EO	197

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação de tendências sem programa (quadro-tipo)	5
Quadro 2 – Análise SWOT (quadro-tipo)	6
Quadro 3 – Identificação de tendências com e sem o programa (quadro-tipo)	6
Quadro 4 – Questões associadas às áreas temáticas	15
Quadro 5 – Relação entre as questões estratégicas (QE) e o QRE – IGT	23
Quadro 6 – Relação entre as questões estratégicas (QE) e o QRE – Outros Documentos estratégicos	23
Quadro 7 – Correspondência entre FCD, QAS, QA e QE	25
Quadro 8 – Objetivos dos FCD	26
Quadro 9 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por Fator Crítico de Decisão	27
Quadro 10 – Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa	34
Quadro 11 – Análise SWOT referente aos valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1)	51
Quadro 12 – Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1): tendências de evolução com o programa	55
Quadro 13 – Diretrizes de planeamento e gestão para Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1)	60
Quadro 14 – Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD 2): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa	63
Quadro 15 – Análise SWOT referente à Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2)	78
Quadro 16 – Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2): tendências de evolução com o programa	81
Quadro 17 – Diretrizes de planeamento e gestão para Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2)	85
Quadro 18 – Governança (FCD 3): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa	88
Quadro 19 – Análise SWOT referente à Governança (FCD3)	91
Quadro 20 – Governança (FCD3): tendências de evolução com o programa	92
Quadro 21 – Diretrizes de planeamento e gestão para Governança (FCD3)	94
Quadro 22 – Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD 4): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa	96
Quadro 23 – Análise SWOT referente à Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4)	111
Quadro 24 – Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4): tendências de evolução com o programa	114
Quadro 25 – Diretrizes de planeamento e gestão para Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4)	117
Quadro 26 – Tendências globais de evolução por FCD e por critério, com e sem o POC	120
Quadro 27 – Síntese de oportunidades e riscos do POC, por Fator Crítico de Decisão, Critério e Cenário	123
Quadro 28 – Diretrizes de planeamento e gestão por FCD	137
Quadro 29 – Indicadores de acompanhamento, respetivos objetivos, unidades, fontes de informação e frequência	141
Quadro A.1 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) relevante para a avaliação ambiental	161
Quadro B.1 – Síntese dos pareceres emitidos no âmbito da consulta ao Relatório Ambiental Preliminar da AAE	198





## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1 – Fatores Críticos para a Decisão (Diagrama de Venn)	5
Figura 2 – Princípios e orientações estratégicas, objetivos gerais e objetivos específicos do POC Espichel-Odeceixe	14
Figura 3 – Estrutura do modelo territorial do POC Espichel-Odeceixe	17



## Lista de Siglas e Acrónimos

**AA** – Avaliação ambiental

**AAE** – Avaliação Ambiental Estratégica

**AB** – Apoio balnear

**ACB** – Análise custo-benefício

**AFS** – *Anti-Fouling Systems*

**AGRO** – Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

**AIA** – Avaliação de Impacte Ambiental

**AIncA** – Avaliação de Incidências Ambientais

**AML** – Área Metropolitana de Lisboa

**APA** – Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

**APC** – Apoio de praia completo

**APM** – Apoio de praia mínimo

**APPD** – Apoio de praia à prática desportiva

**APR** – Apoio de praia recreativo

**APS** – Apoio de praia simples

**APS, S.A.** – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

**APSS** – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

**ARH** – Administração de Região Hidrográfica

**ARS** – Administração Regional de Saúde

**AWS** – *Archimedes Wave Swing*

**BTEX** – Grupo dos hidrocarbonetos (benzeno, tolueno, etil-benzeno e xilenos)

**C** – Capacidade de utilização da praia

**CCDR** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

**CCDR Alentejo** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

**CCDR LVT** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**CI** – Cota de Inundação

**CIP** – Conjunto de interesse público

**CLC** – *Corine Land Cover*

**CM** – Câmara Municipal

**CME** – Cota de Máximo Espraio

**DA** – Declaração Ambiental

**DCLIMA** – Departamento de Alterações Climáticas

**DCPM** – Direção do Combate à Poluição do Mar

**DETA** – Documento Estratégico Turismo do Alentejo

**DGA** – Departamento de Gestão Ambiental

**DGADR** – Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Regional

**DGAM** – Direção Geral da Autoridade Marítima

**DGEG** – Direção Geral de Energia e Geologia

**DGPC** – Direção Geral do Património Cultural

**DGPM** – Direção Geral de Política do Mar

**DGRM** – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

**DGT** – Direção Geral do Território

**DH** – Domínio Hídrico

**DPM** – Domínio Público Marítimo

**DQA** – Diretiva Quadro da Água

**DQEM** – Diretiva Quadro «Estratégia marinha»

**DRAP** – Direção Regional de Agricultura e Pescas

**E** – Equipamento

**E/A** – Equipamento associado a Apoio de Praia

**EAAFAC** – Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas

**Ec** – Equipamento complementar

**EFICE 2020** – Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020

**ENAAC** – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

**ENCNB** – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

**ENDS** – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

**ENEAPAI** – Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais

**ENF** – Estratégia Nacional para as Florestas

**ENGIZC** – Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira

**ENM** – Estratégia Nacional para o Mar

**EREI** – Estratégias Regionais de Especialização Inteligente

**EREIL** – Estratégia de Especialização Inteligente Regional de Lisboa

**ETAR** – Estação de Tratamento de Águas Residuais

**FCD** – Fatores Críticos de Decisão

**FEADER** – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

**FEAMP** – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

**FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FPS** – Federação Portuguesa de Surf

**FSE** – Fundo Social Europeu

**GEEME** – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**GTL** – Grupo de Trabalho do Litoral

**ICNF** – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.

**IGT** – Instrumentos de Gestão Territorial

**IH** – Instituto Hidrográfico, I. P.

**IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P.

**IIP** – Imóvel de Interesse Público

**IMO** – *International Maritime Organization*

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**LBG PPSOTU** – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e urbanismo

**LBOGEM** – Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo

**LiDAR** – *Light Detection and Ranging*

**LLL** – Linha limite do leito das águas do mar

**LLM** – Linha limite da Margem

**LMBMAVE** – Linha de máxima baixa-mar de águas vivas equinociais

**LNEC** – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

**M€** – Milhões de euros

**MAAC** – Ministério do Ambiente e Ação Climática

**MAM** – Ministério da Agricultura e do Mar

**MAOTDR** – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

**MAOTE** – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

**MN** – Monumento Nacional

**MW** – Megawatt

**NMM** – Nível Médio do Mar

**NUT** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

**ONGA** – Organizações não governamentais de ambiente

**PALXXI** – Plano de Ação Litoral XXI

**PANCD** – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

**PAPVL** – Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral

**PCIP** – Prevenção e Controlo Integrado de Poluição

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PDR** – Programas de Desenvolvimento Rural

**PE** – Plano Estratégico

**PEAASAR** – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

**PEDAL** – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

**PEDEPES** – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

**PEDTN** – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Náutico

**PENA** – Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-2020

**PENDR** – Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural

**PENSAAR** – Plano Estratégico Nacional para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais

**PENT** – Plano Estratégico Nacional do Turismo

**PERSU** – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

**PE-T** – Plano Estratégico de Turismo

**PET** – Plano Estratégico dos Transportes

**PETI** – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas

**PGRH** – Plano de Gestão de Região Hidrográfica

**PGRH-RH5** – Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste

**PGRH-RH6** – Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIN** – Projetos de interesse nacional

**PIP** – Plano de intervenção na praia

**PLSW** – Polis Litoral Sudoeste, S.A.

**PME** – Pequenas e médias empresas

**PMOT** – Plano Municipal de Ordenamento do Território

**PNA** – Plano Nacional da Água

**PNAC** – Programa Nacional para as Alterações Climáticas

**PNAEE** – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

**PNAER** – Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis

**PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território



**PNTN** – Programa Nacional de Turismo de Natureza

**PNUEA** – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água

**PO CH** – Programa Operacional Capital Humano

**PO CI** – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

**PO ISE** – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

**PO SEUR** – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

**POC** – Programa da Orla Costeira

**POCCT** – Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia

**POEM** – Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo

**POM 2020** – Programa Operacional Mar 2020

**POOC** – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

**POPNA** – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida

**POPNSACV** – Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

**POR** – Programas Operacionais Regionais

**PORNES** – Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado

**PORNLSAS** – Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha

**POT** – Programas Operacionais Temáticos

**PRN** – Plano Rodoviário Nacional

**PROF - AL** – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo

**PROF - LVT** – Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo

**PROT** – Plano Regional de Ordenamento do Território

**PROTA** – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

**PROTAML** – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

**PSOEM** – Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo

**PSRN 2000** – Plano Setorial da Rede Natura 2000

**PU** – Plano de Urbanização

**QAS** – Questões Ambientais e de Sustentabilidade

**QE** – Questões Estratégicas

**QRE** – Quadro de Referência Estratégico

**QREN** – Quadro de Referência Estratégica Nacional

**RA** – Relatório Ambiental

**RAA** – Relatório do Âmbito da Avaliação e Alcance e Nível de Informação

**REN** – Reserva Ecológica Nacional

**RH** – Região Hidrográfica

**RJIGT** – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

**RNAP** – Rede Nacional de Áreas Protegidas

**RNES** – Reserva Natural do Estuário do Sado

**RNLSAS** – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha

**RNT** – Resumo Não Técnico

**SCADA** – *Supervisory Control and Data Acquisition*

**SIC** – Sítio de Importância Comunitária

**SIPA** – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

**SNAC** – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

**SNBPC** – Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil

**SNDFCI** – Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

**SNIRH** – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

**SWOT** – *Strengths (S), Weaknesses (W), Opportunities (O) and Threats (T)*

**TGL** – Terminal de Granéis Líquidos

**TGN** – Terminal de Gás Natural

**TMS** – Terminal *Multipurpose* de Sines

**TPQ** – Terminal Petroquímico

**UE** – União Europeia

**UNCLOS** – *United Nations Convention of the Law of the Sea*

**UNESCO** – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

**UOPG** – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

**VLE** – Valor Limite de Emissão

**VTS** – *Vessel Traffic Service*

**ZAM** – Zona Ameaçada pelo Mar

**ZEE** – Zona Económica Exclusiva

**ZILS** – Zona Industrial e Logística de Sines

**ZMP** – Zona Marítima de Proteção

**ZPE** – Zona de Proteção Especial

**ZTP** – Zona Terrestre de Proteção



## I. Introdução e objetivos

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental**, doravante designado RA, do processo de **Avaliação Ambiental do Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe**, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), I.P.

O âmbito geográfico para aplicação do Programa da Orla Costeira (POC) Espichel-Odeceixe situa-se nos distritos de Setúbal e de Beja, e coincide com a orla costeira de seis concelhos: Sesimbra, Setúbal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira. Este âmbito geográfico decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2015, de 9 de julho, sendo composto por uma **zona marítima de proteção**, correspondente à faixa compreendida entre a linha limite do leito das águas do mar e batimétrica dos 30 m referenciada ao zero hidrográfico, e por uma **zona terrestre de proteção** correspondente à margem das águas do mar e a uma faixa de 500 metros a partir da mesma. A zona terrestre de proteção é potencialmente extensível a uma largura máxima de 1000 metros quando se justifique acautelar a integração de sistemas biofísicos fundamentais no contexto territorial objeto do programa.

O POC Espichel-Odeceixe deve ser objeto de **Avaliação Ambiental** nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março, que desenvolve as bases da política pública de solos, ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, em tudo o que não se encontre especificamente regulado pelo RJIGT.

O **objetivo** do presente documento consiste em dar resposta ao disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, quanto ao conteúdo do Relatório Ambiental, bem como ponderar os resultados dos pareceres das entidades que integram a comissão consultiva do POC-EO sobre o Relatório Ambiental, avaliando também a versão do POC-EO alterada em função dos pareceres dessas entidades.

No sentido de alcançar o objetivo proposto, o presente documento inclui um capítulo de introdução e objetivos (**capítulo 1**), uma descrição da metodologia a empregar na Avaliação Ambiental (**capítulo 2**), uma descrição do objeto de avaliação (**capítulo 3**), a definição dos Fatores Críticos para a Decisão (**capítulo 4**), o desenvolvimento da análise e avaliação por Fator Crítico para a Decisão (**capítulo 5**), o sumário da avaliação ambiental (**capítulo 6**), o programa de seguimento (**capítulo 7**) e, por fim, as conclusões da avaliação (**capítulo 8**).



## 2. Metodologia

### 2.1. Enquadramento legal

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho transpõe para a ordem jurídica interna a **Diretiva n.º 2001/42/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, e a **Diretiva n.º 2003/35/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, que estabelece a participação do público na sua elaboração.

Segundo o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, a **Avaliação Ambiental** de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado, contínuo e sistemático, que visa assegurar a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes no procedimento de tomada de decisão.

A realização de uma Avaliação Ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um programa e antes da sua aprovação.

De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, “**Estão sujeitos a avaliação ambiental:**

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.”

## 2.2. Abordagem metodológica

A abordagem metodológica de Avaliação Ambiental (AA) a desenvolver baseia-se, fundamentalmente, nos seguintes elementos:

- O Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) publicado pela APA (Partidário, 2007);
- O Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica publicado pela APA (Partidário, 2012);
- A legislação aplicável em vigor;
- A experiência da equipa técnica em AAE.

A Avaliação Ambiental é um instrumento de natureza estratégica que ajuda a criar um contexto de desenvolvimento para a sustentabilidade, integrando as questões ambientais e de sustentabilidade na decisão e avaliando opções estratégicas de desenvolvimento face às condições de contexto (Partidário, 2012).

A Avaliação Ambiental é um dos vários *inputs* para um processo que se pretende interativo, participado e dinâmico e que culminará, numa fase mais adiantada, com a tomada de decisão propriamente dita sobre a aprovação do instrumento alvo de avaliação.

Em particular, a AA propõe, como elemento integrador e estruturante do exercício de Avaliação Ambiental, o conceito de **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)**, que “constituem as janelas de observação, destinadas a focar a atenção sobre o que é realmente importante para a avaliação, seguindo o princípio da parcimónia. Os FCD são temas chave, integrados, são os fatores de sucesso ambiental e de sustentabilidade na decisão estratégica. Os FCD estabelecem o foco da AAE, a estrutura da avaliação e os estudos técnicos relativos à análise de tendências.” (Partidário, 2012).

Como sugere o Diagrama de Venn apresentado na figura seguinte, em AAE os FCD correspondem ao subconjunto formado pela interseção de três conjuntos (Partidário, 2012):

- Quadro de Referência Estratégico (QRE) – reúne os macro-objetivos de política ambiental e de desenvolvimento sustentável estabelecidos a nível nacional, europeu e internacional relevantes para a AAE;
- Questões Estratégicas (QE) – questões políticas fundamentais ou desafios associados ao objeto de avaliação, que devem ser assegurados para atingir a visão de futuro;
- Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) – questões ambientais e de sustentabilidade determinantes para a avaliação, ajustadas à escala geográfica e nível de decisão, bem como às



oportunidades de desenvolvimento identificadas. A legislação estabelece os fatores ambientais (questões ambientais) que devem ser analisados dependendo da sua relevância.

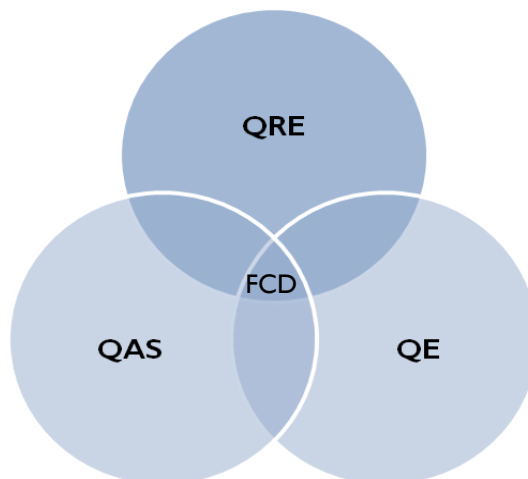


Figura 1 – Fatores Críticos para a Decisão (Diagrama de Venn)

A identificação dos FCD deve ser feita através de um esforço de síntese, culminando num número entre três e cinco, para que seja assegurado o foco estratégico (Partidário, 2012).

Os FCD estabelecem o quadro de avaliação, juntamente com os **Critérios de Avaliação** e os **Indicadores**. A entrada do processo faz-se através de uma seleção de questões ambientais e de sustentabilidade, que são sensíveis para a decisão (Partidário, 2012).

Os **Critérios de Avaliação** permitem uma focagem temática, definindo o nível de pormenorização na realização da avaliação.

Os **indicadores** são métricas de avaliação, quantitativos ou qualitativos, e devem ser limitados a três por critério de avaliação.

Os indicadores são fundamentais para uma prévia identificação das **tendências de evolução** na ausência do plano ou programa e, por essa via, para aferir os efeitos ambientais líquidos associados a este último. Neste contexto, importa referir que, em AA, a identificação de tendências – pelo seu interesse prospetivo – afigura-se mais relevante face a uma simples caracterização da situação atual (mais comum em AIA), que tem uma natureza mais estática (Partidário, 2007).

Quadro 1 – Identificação de tendências sem programa (quadro-tipo)

Critérios de avaliação	Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-,--) risco; (0) sem risco ou oportunidade

A análise de tendências pode ser sintetizada através de uma análise SWOT:

Quadro 2 – Análise SWOT (quadro-tipo)

Pontos fortes	Pontos fracos
Oportunidades	Ameaças

A AA pretende avaliar as **oportunidades** e os **riscos** decorrentes de seguir determinada(s) estratégia(s) de desenvolvimento, tendo em conta os desejados objetivos e metas inerentes ao QRE (que fornece o referencial fundamental para a avaliação) e as medidas previstas no objeto de avaliação.

A avaliação pode ser sistematizada através do preenchimento do seguinte quadro:

Quadro 3 – Identificação de tendências com e sem o programa (quadro-tipo)

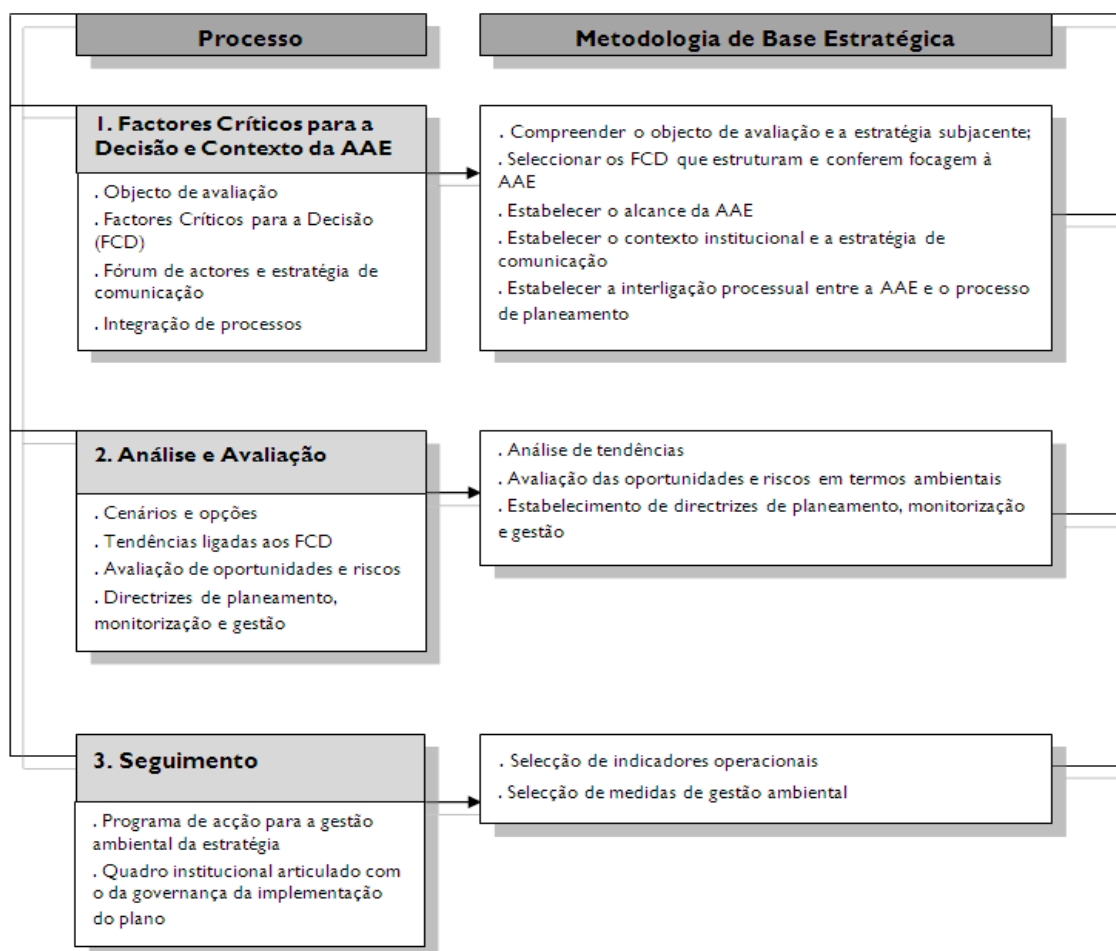
Critérios de avaliação	Indicadores ou questões específicas	Tendências de evolução com o programa (*)

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-,--) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Nesta etapa de avaliação poderão ser abordadas várias opções estratégicas associadas ao objeto de avaliação (ou alternativas, em terminologia tradicional de AIA), entendidas como “*caminhos estratégicos que permitem atingir os objetivos em vez de uma seleção operacional para escolher entre isto e aquilo*” (Partidário, 2012) obtidas em resultado duma fase anterior de triagem na AA ou durante a elaboração do próprio programa.

Neste contexto, propõe-se que sejam avaliadas várias alternativas de resposta, em função da capacidade de alocação de recursos públicos para atingir os objetivos estratégicos associados ao POC Espichel-Odeceixe. No mínimo, deverá haver um cenário “pleno”, com a total concretização das propostas de investimento, e um cenário de “ações prioritárias”, ao qual se associará um subconjunto de investimentos considerados mais prioritários.

Neste caso deve ser realizada posteriormente uma ponderação dos resultados alcançados, procurando indicar a(s)



direção(ões) mais favorável(eis) a seguir.

Tendo em conta as oportunidades e os riscos identificados para cada critério de avaliação, e as medidas que estão previstas no objeto da avaliação, serão identificadas **diretrizes de planeamento e gestão**. As diretrizes de planeamento e gestão visam assegurar o refinamento das oportunidades e prevenir ou reduzir os riscos identificados.

Segue-se a identificação do **programa de seguimento**, em coerência com as medidas de avaliação e controlo requeridas pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Nesse sentido, definir-se-á uma bateria de indicadores de seguimento – indicadores estratégicos e

de desempenho, com base em indicadores normalizados disponíveis, mas também indicadores utilizados no quadro de avaliação dos FCD.

Finalmente identificar-se-ão as responsabilidades de seguimento, ou seja, o **quadro de governança** para a ação.

## 2.3. Faseamento

Em coerência com a abordagem metodológica descrita anteriormente, bem como com os procedimentos previstos na legislação aplicável, tanto em termos de elaboração de IGT como do procedimento de Avaliação Ambiental a realizar integra as seguintes fases:

- Fase 1 – Âmbito da avaliação e alcance e nível de informação a incluir no Relatório Ambiental;
- Fase 2 – Relatório Ambiental e RNT;
- Fase 3 – Relatório Ambiental Final;
- Fase 4 – Declaração Ambiental.

Seguidamente descrevem-se os objetivos de cada uma das fases acima mencionadas e das suas principais etapas.

### 2.3.1. Fase I – Âmbito da avaliação e alcance e nível de Informação a incluir no Relatório Ambiental

A primeira fase da Avaliação Ambiental, já concluída, teve como objetivo definir o **quadro de referência** para a Avaliação Ambiental, descrever o **objeto da Avaliação**, o **quadro de problemas** e de **governança**, identificar os **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)**, os **Critérios de Avaliação** e os **Indicadores**. Determinou-se assim o alcance e o nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental.

De forma a garantir um processo de Avaliação Ambiental abrangente e participado, a definição do âmbito culminou com uma consulta às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do programa. Deste modo, nessa etapa foram solicitados pareceres sobre o âmbito da Avaliação Ambiental às referidas entidades através do envio do Relatório do Âmbito da Avaliação e Alcance e Nível de Informação a Incluir no Relatório Ambiental. Os pareceres emitidos foram posteriormente coligidos pela equipa de Avaliação Ambiental e incorporados no presente Relatório Ambiental.

### 2.3.2. Fase 2 – Relatório Ambiental e RNT

Definido e estabilizado o âmbito e o alcance do Relatório Ambiental, foi iniciado o processo de elaboração deste último. Esta fase compreendeu uma **avaliação por Fator Crítico de Decisão (FCD)**. A análise privilegiou a identificação das principais tendências associadas à evolução da situação atual sem o Programa e com a sua implementação, apoiada num conjunto de indicadores.

O principal produto da Fase 2 foi a **identificação de Oportunidades e Riscos** por FCD, comparando-se o cenário zero com o cenário correspondente à concretização do Programa.

O **Relatório Ambiental** integrou os elementos descritos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e acompanha o POC para efeito das consultas previstas.

O Relatório Ambiental foi submetido primeiramente à **consulta** da comissão consultiva, composta pelas entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação (de acordo com o disposto no artigo 50.º-A do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de maio, ambos nas suas redações atuais).

No âmbito de processo de elaboração do POC, do qual o RA faz parte integrante, foram solicitados pareceres sobre o POC e respetivo RA, elaborado o parecer final da comissão e realizada a concertação com as entidades que, no âmbito da comissão, discordaram formal e fundamentadamente das orientações da proposta de programa. Concomitantemente, foi elaborado Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000, em aditamento ao RA.

Em sede de discussão pública do POC são disponibilizadas, juntamente com o Relatório Ambiental (alterado em resultado das consultas efetuadas) e respetiva Adenda, o Parecer da Comissão Consultiva, que inclui os pareceres emitidos, e as atas das reuniões de concertação.

### 2.3.3. Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental final

O Relatório Ambiental Final será elaborado após o término da consulta pública.

O Relatório Ambiental Final incluirá no seu conteúdo as análises e avaliações conduzidas e os contributos obtidos através do envolvimento das autoridades competentes e dos agentes interessados bem como um registo escrito de todo o processo conduzido até à submissão do POC à aprovação, acompanhando a sua versão final.

#### **2.3.4. Fase 4 – Elaboração da Declaração Ambiental**

A versão final do POC será acompanhada de uma **Declaração Ambiental (DA)** com os elementos estipulados no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, incluindo, nomeadamente, a forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no POC, a ponderação dos resultados das consultas efetuadas, a fundamentação das opções tomadas face às alternativas razoáveis e as medidas de controlo previstas.

A Declaração Ambiental, assim como o POC aprovado, serão enviados pela entidade responsável pela sua elaboração à APA. Para além disso, a Declaração Ambiental será disponibilizada ao público para consulta, através da respetiva página na Internet, bem como enviada às entidades referenciadas no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

## 3. Objeto de avaliação

### 3.1. Introdução

A elaboração do POC Espichel-Odeceixe, em avaliação, é promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), I.P., visando dar cumprimento ao Despacho n.º 7734/2011, de 27 de maio, que determina a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra-Sado, na área compreendida entre o Cabo Espichel e Sado, do POOC Sado-Sines, na sua totalidade, e do POOC Sines-Burgau, na área compreendida entre Sines e Odeceixe.

O POC Espichel-Odeceixe tem como objetivo final dar resposta ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março, ou seja, estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território, através do estabelecimento de ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos estabelecidos para a elaboração do programa.

O Programa tem ainda como objetivo geral compatibilizar os diferentes usos e atividades específicos da orla costeira, visando potenciar a utilização de recursos próprios dessa área, respeitando a capacidade de carga dos sistemas naturais.

Nesta fase de elaboração do POC Espichel-Odeceixe, foram apresentados os seguintes documentos, sobre os quais o Relatório Ambiental (Volume 5) incidiu:

- Volume 1 – Relatório do Programa;
- Volume 2 – Relatório de Gestão das praias;
- Volume 3 – Diretivas;
- Volume 4 – Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- Modelo Territorial.

### 3.2. Enquadramento administrativo e territorial

A área do futuro POC Espichel-Odeceixe situa-se nos distritos de Setúbal e de Beja, nos concelhos de Sesimbra (freguesias de Sesimbra – Castelo e Sesimbra – Santiago), Setúbal (freguesias União das freguesias de Azeitão – São Lourenço e São Simão e União das freguesias de Setúbal – São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça), Grândola (freguesias de Carvalhal e Melides), Santiago do Cacém (freguesia de Santo

André), Sines (freguesias de Sines e Porto Covo) e Odemira (freguesias de Vila Nova de Milfontes, Longueira/Almograve e São Teotónio).

O Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2015, de 9 de julho, determina que os POOC (os atuais POC) incidem sobre a orla costeira, compreendendo, do lado da terra, uma 'zona terrestre de proteção', e do lado do mar, uma 'zona marítima de proteção', com as seguintes características:

- A **zona terrestre de proteção** é composta pela margem das águas do mar e por uma faixa, medida na horizontal, com uma largura de 500 metros, contados a partir da linha que limita a margem das águas do mar, podendo ser ajustada para uma largura máxima de 1000 metros quando se justifique acautelar a integração de sistemas biofísicos fundamentais no contexto territorial objeto do programa, em estreita dependência com a dinâmica costeira, designadamente sistemas dunares, arribas fósseis, lagunas costeiras, estuários, sapais e outras zonas húmidas costeiras;
- A **zona marítima de proteção** é a faixa compreendida entre a linha limite do leito das águas do mar e batimétrica dos 30 m referenciada ao zero hidrográfico.

No caso do POC Espichel-Odeceixe, a zona terrestre de proteção tem como limite a faixa de 500 metros definida no Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho, na sua redação atual, com exceção dos seguintes troços, onde é mais larga:

- Península de Troia, com o objetivo de promover a abrangência da unidade territorial "restinga de Troia", unidade homogénea e em estreita dependência com a dinâmica costeira;
- Lagoas Travessa e Formosa, de forma a manter a uniformidade destes sistemas biofísicos. Correspondendo atualmente a lagunas costeiras isoladas do mar - consideradas no habitat natural prioritário correspondente (1150 - Lagunas costeiras), ambas as áreas destacam-se também na dimensão da paleoecologia arqueológica uma vez que são turfeiras onde é possível identificar material vegetal fossilizado;
- Áreas dunares entre Lagoa Formosa e Sines, assim como a sul de Sines, com o objetivo promover a abrangência das unidades territoriais homogéneas em estreita dependência com a dinâmica costeira, designadamente os sistemas dunares.



### 3.3. Objetivos e questões estratégicas

A elaboração do POC Espichel-Odeceixe enquadra-se nos trabalhos de revisão dos POOC Sintra-Sado, Sado-Sines e Sines-Burgau, na área compreendida entre o Cabo Espichel e Odeceixe, ao abrigo da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e urbanismo.

Tendo em conta os referenciais existentes, as características do troço costeiro em causa, assim como o QRE, o que se espera para o território da orla costeira Espichel-Odeceixe concretiza-se na seguinte **visão**:

*Uma orla costeira de qualidade, com identidade, preservada, segura, acessível, suporte de atividades económicas e potenciadora de recursos, de recreio e de turismo de qualidade, na qual deverá ser promovida a valorização integrada dos recursos do litoral e a compatibilização do desenvolvimento urbano/turístico na faixa litoral/orla costeira de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a conservação da natureza e biodiversidade, a geodiversidade, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos.*

A Visão é suportada pelos sete princípios definidos no Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho, na sua atual redação, para o ordenamento da orla costeira, que constituem orientações para o POC Espichel-Odeceixe: subsidiariedade, participação, corresponsabilização, operacionalidade, sustentabilidade e solidariedade intergeracional, coesão e equidade e prevenção e precaução.

Tendo por base a Visão, os princípios e orientações estratégicas que devem orientar o POC Espichel-Odeceixe, foi definido um conjunto de objetivos gerais e específicos para o programa, apresentados na figura seguinte.



Figura 2 – Princípios e orientações estratégicas, objetivos gerais e objetivos específicos do POC Espichel-Odeceixe

As principais questões focadas nestes objetivos podem sintetizar-se do seguinte modo:

Quadro 4 – Questões associadas às áreas temáticas

Áreas temáticas	Questões
<b>Área temática 1 - Salvaguarda de recursos e valores da orla costeira</b>	OE1 – Gestão dos recursos naturais OE2 – Conservação da natureza e da biodiversidade OE3 – Proteção e requalificação de zonas lagunares OE4 – Qualificação dos recursos hídricos OE5 – Conservação e valorização do património paisagístico e cultural
<b>Área temática 2 - Compatibilização de usos e atividades da orla costeira</b>	OE6 – Salvaguarda do domínio hídrico, através da gestão de ocupações do Domínio Público Marítimo OE7 – Potenciação do uso balnear OE8 – Ordenamento das praias OE9 – Articulação com áreas portuárias e respetivas acessibilidades OE10 – Valorização socioeconómica, fomento da competitividade e geração de riqueza e de emprego
<b>Área temática 3 - Gestão sedimentar e de riscos costeiros</b>	OE11 – Antecipação, prevenção e gestão das situações de riscos costeiros OE12 – Gestão sedimentar
<b>Área temática 4 - Promover o conhecimento</b>	OE13 – Aprofundamento do conhecimento científico sobre a orla costeira OE14 – Monitorização e controlo das dinâmicas naturais
<b>Área temática 5 - Potenciar a boa Governança</b>	OE15 – Identificação dos atores responsáveis pela gestão da orla costeira e pela implementação das intervenções a prever, bem como do respetivo programa de execução e financiamento

Tendo em conta os objetivos e as questões acima indicados, constituem **Questões Estratégicas**:

- QE1 – Promover a conservação e valorização dos recursos e do património natural, paisagístico e cultural;
- QE2 – Impulsionar a competitividade territorial e a valorização socioeconómica, assegurando a compatibilidade de usos e de atividades específicos da zona costeira;
- QE3 – Prevenir e mitigar os efeitos adversos decorrentes dos riscos naturais costeiros;
- QE4 – Promover a fruição do território litoral, disciplinando o uso do espaço público e promovendo a qualificação das praias, o conhecimento e a boa governança.

### **3.4. Estrutura do modelo territorial e normas orientadoras**

O desenvolvimento do modelo territorial tem como objetivo final dar resposta ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, ou seja, estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território, através do estabelecimento de ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos estabelecidos para a elaboração do Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe. De acordo com o mesmo diploma, as normas que estabelecem ações permitidas, condicionadas ou interditas, relativas à ocupação, usos e transformação do solo, devem ser integradas posteriormente nos planos territoriais.

Tendo em consideração o estudo e o conhecimento, bem como a visão, princípios e objetivos definidos para a orla costeira Espichel-Odeceixe, apresenta-se seguidamente a estrutura do modelo territorial (para mais informações consultar o **Volume 1 – Relatório do Programa e Modelo Territorial**).

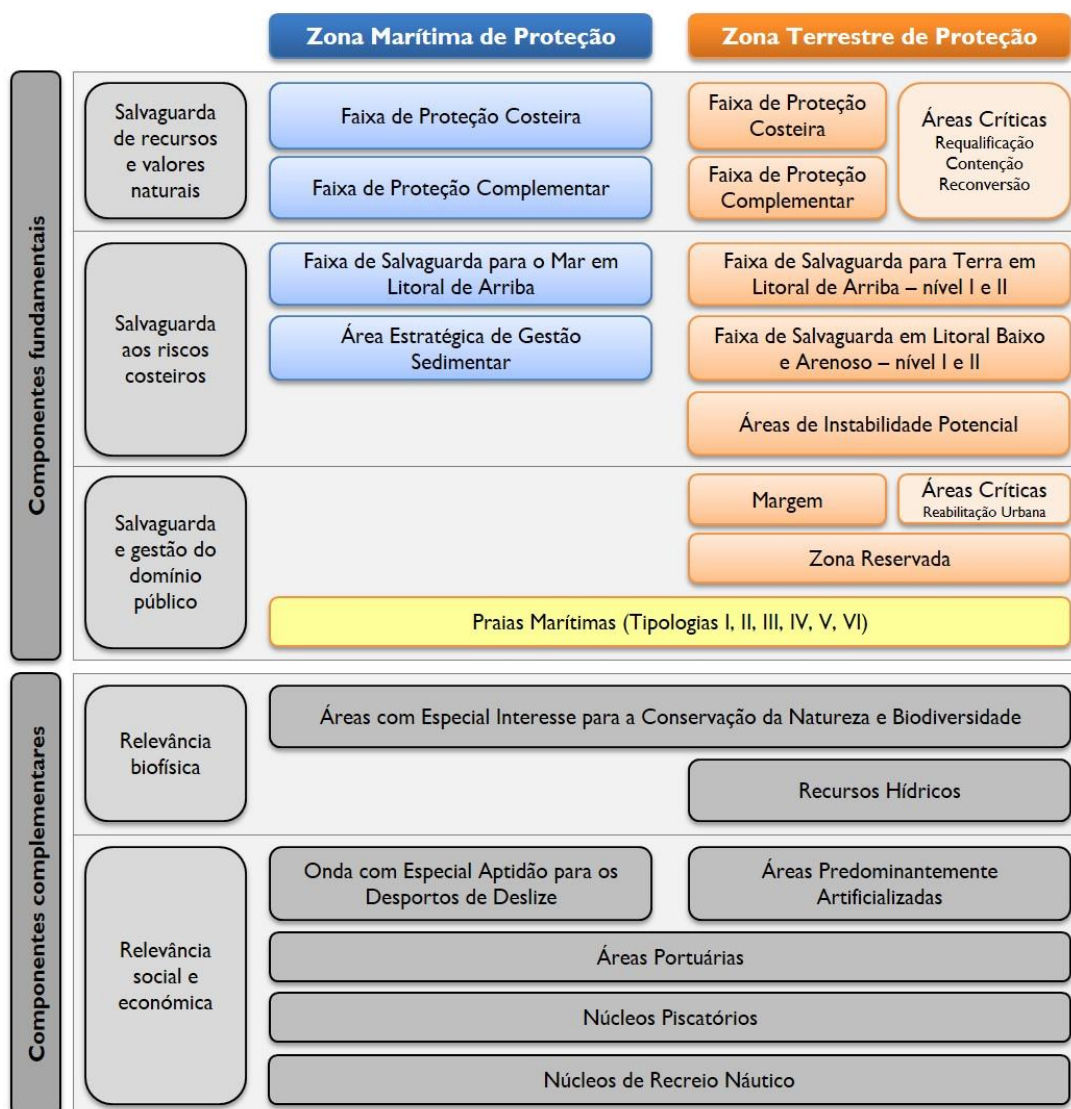


Figura 3 – Estrutura do modelo territorial do POC Espichel-Odeceixe

As componentes definidas no modelo territorial constituíram a base para a definição das normas orientadoras para a orla costeira Espichel-Odeceixe, vertidas nas Diretivas (**Volume 3**). As normas são divididas em:

- **Normas gerais:**
  - Constituem orientações dirigidas às entidades públicas, que devem atendê-las no âmbito da sua atuação e do planeamento.
  - Consideram os recursos e valores, bem como os usos e atividades existentes ou potenciais da orla costeira Espichel-Odeceixe, visando a salvaguarda de objetivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada, em função dos valores e recursos existentes, tais como garantir as condições de permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território e que concretizem o regime de gestão compatível com a mesma.

- **Normas específicas:**
  - Têm natureza dispositiva, pois estabelecem as ações permitidas, condicionadas ou interditas, que concretizam os regimes de salvaguarda do POC Espichel-Odeceixe.
  - O seu conteúdo destina-se a ser transposto diretamente para os instrumentos de gestão territorial, especificamente para os planos diretores municipais.
  - Relacionam-se com as especificidades da orla costeira Espichel-Odeceixe e com a identificação dos usos e atividades passíveis de se desenvolverem em cada componente do modelo territorial, identificando, para as componentes definidas no modelo territorial, as questões consideradas necessárias para garantir a preservação dos recursos e valores da orla costeira, bem como para a sustentabilidade das ocupações e utilizações da orla costeira.
- **Normas de Gestão:**
  - Contêm os princípios e os critérios para o uso e gestão das praias com aptidão balnear e zonas envolventes e para as praias não balneares.
  - Destinam-se a promover a proteção e valorização dos recursos hídricos, com destaque para a valorização e qualificação das praias, em particular das consideradas estratégicas em termos ambientais e turísticos.

### 3.5. Cenários de avaliação

Atendendo à proposta de priorização dos investimentos previstos no Programa de Execução (ver **Volume 4**), foram considerados dois cenários de avaliação:

- Cenário 1 – correspondente à execução na íntegra das medidas/ações previstas no programa de execução;
- Cenário 2 – correspondente à execução parcial das medidas/ações previstas no programa de execução, considerando as intervenções definidas como de prioridade elevada e parte das que foram identificadas como de prioridade média (no **Quadro 3** do **Volume 4**).

O Cenário 1 encontra-se definido, no que respeita às medidas/ações e investimentos necessários, nos **Quadros 3** e **6** do **Volume 4**. No que se refere ao Cenário 2, apresenta-se no **Quadro 7** do **Volume 4**, o conjunto de medidas/ações que se propõe que seja implementado neste cenário.

## 4. Fatores críticos para a decisão

### 4.1. Introdução

O âmbito da Avaliação Ambiental é determinado mediante a aplicação da metodologia descrita no **capítulo 2.2**.

Tendo em vista identificar os **Fatores Críticos para a Decisão** para o Programa em avaliação, foi analisada a interação entre o Quadro de Referência Estratégico, as Questões Estratégicas (identificadas no **capítulo 3.3**) e as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS).

Os **Fatores Críticos para a Decisão** identificados, os **critérios de avaliação**, os respetivos **Objetivos de Sustentabilidade** e os **Indicadores** propostos para análise no Relatório de Definição do Âmbito foram submetidos à apreciação das seguintes entidades:

- Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (APSS);
- Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS);
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT);
- Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARS Alentejo);
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Câmara Municipal de Grândola;
- Câmara Municipal de Odemira;
- Câmara Municipal de Santiago do Cacém;
- Câmara Municipal de Sesimbra;
- Câmara Municipal de Setúbal;
- Câmara Municipal de Sines;
- Capitania do Porto de Setúbal;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA);
- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA);
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM);
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM);
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- Federação Portuguesa dos Concessionários de Praia (FPCP);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT);

- Turismo de Portugal, I. P.;
- Turismo do Alentejo, ERT.

Das entidades consultadas, apenas foi emitido parecer sobre o âmbito da Avaliação Ambiental pela ARSLVT, a ANPC, a Câmara Municipal de Setúbal e a Câmara Municipal de Sesimbra.

Posteriormente, o POC-EO foi avaliado através do Relatório Ambiental, que foi sujeito a consulta das entidades da Comissão Consultiva:

- Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.;
- Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.;
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;
- Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Câmara Municipal de Grândola;
- Câmara Municipal de Odemira;
- Câmara Municipal de Santiago do Cacém;
- Câmara Municipal de Sesimbra;
- Câmara Municipal de Setúbal;
- Câmara Municipal de Sines;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.;
- Turismo de Portugal, I.P.

A síntese dos pareceres emitidos e a respetiva ponderação é apresentada no **Anexo 2**.

## **4.2. Quadro de Referência Estratégico (QRE)**

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) remete para os principais objetivos de política ambiental e de desenvolvimento sustentável estabelecidos a nível nacional em planos, programas, estratégias e outros documentos de política com os quais o POC Espichel-Odeceixe se relaciona diretamente.



Esses macro-objetivos podem assumir uma natureza geral ou específica de um determinado território, setor ou tipo de intervenção. Em alguns casos especiais, podem também assumir uma natureza operativa, nomeadamente na forma de metas quantificadas.

Paralelamente, o QRE poderá decorrer de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) ou, como é mais comum, de outras estratégias, planos ou programas sem incidência territorial ou nos quais a dimensão espacial foi incorporada com propósitos essencialmente indicativos.

O POC Espichel-Odeceixe articula-se com os seguintes **instrumentos de gestão territorial** (IGT), que são considerados relevantes para a avaliação ambiental, nomeadamente:

- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM);
- Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000);
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH RH5);
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Sado e Mira (PGRH RH6);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROFLVT);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF A);
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA);
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado (PORNES);
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (PORNLSAS);
- Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV);
- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML);
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT A).

O POC Espichel-Odeceixe relaciona-se também com **outros documentos estratégicos** considerados relevantes como parte integrante do QRE da avaliação ambiental, nomeadamente os seguintes programas, planos e estratégias:

- Âmbito nacional:
  - Lei da Água (LA) (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho);
  - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto) (LBGPPSOTU);

- Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, alterada pela Lei n.º 1/2021, de 11 janeiro (LBOGEM));
- Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (2014) – Gestão da Zona Costeira. O Desafio da Mudança
- Estratégias: Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC); Estratégia Nacional para o Mar (ENM); Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAC 2020); Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas (EAAFAC); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030); Estratégia Nacional para as Florestas (ENF); Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020; Estratégia Turismo 2027 (ET2027):
  
- Planos e Programas: Programa Operacional Mar 2020 (2014-2020); Plano de Ação Litoral XXI; Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-2020; Plano Nacional da Água (PNA); Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA); Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR); Plano Estratégico Nacional para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020); Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020+; Programa Nacional para as Alterações Climáticas para o período 2013-2020 (PNAC 2020)<sup>1</sup>; Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD); Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET); Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) (2014-2020); Plano Rodoviário Nacional (PRN); Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente para 2014-2020; Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural / FEADER (PENDR); Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO); Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT); Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN); Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE); Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER).
  
- Âmbito regional:

---

<sup>1</sup> De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro, o PNAC 2020 deveria ter sido elaborado e aprovado até 31 de dezembro de 2012, o que não sucedeu. De acordo com um documento do Governo português, datado de abril de 2013, o PNAC 2020 “encontra-se em fase de lançamento do concurso público para a aquisição de serviços para a sua elaboração, estimando-se, após adjudicação, um prazo de 6 meses para a sua conclusão.” Contudo, na recolha de informação bibliográfica não se encontraram quaisquer referências à elaboração e à conseqüente aprovação do PNAC 2020. Refira-se, no entanto, que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, aprovou o PNAC 2020/2030.

- **Estratégias:** Lisboa 2020 (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2014); Alentejo 2020 (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2014); Documento Estratégico Turismo do Alentejo 2014-2020 - Visão, Prioridades Estratégicas e Eixos de Intervenção;
- **Planos e Programas:** Plano Estratégico do Porto de Sines e respetivo Plano de Emergência do Porto de Sines; Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES) (Associação de Municípios da Região de Setúbal, 2000); Plano Estratégico de Desenvolvimento do Litoral Alentejano 2014 – 2020 (PEDAL) (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, 2014); Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Náutico no Alentejo e Ribatejo; Plano Estratégico de Turismo do Concelho de Sesimbra; Plano Estratégico de Turismo de Santiago do Cacém.

A descrição dos principais objetivos e das diretrizes em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável associadas aos IGT e aos outros documentos estratégicos considerados no âmbito do QRE, bem como a relação entre o QRE e os FCD é apresentada no **Quadro A.1 (Anexo 1)**.

No quadro seguinte apresenta-se a relação entre as QE e o QRE, que estabelece o referencial ambiental e de sustentabilidade a partir do qual as questões estratégicas do programa serão avaliadas.

Quadro 5 – Relação entre as questões estratégicas (QE) e o QRE – IGT

QE	IGT												
	PNPOT	PSOEM	PSRN 2000	PGRH RH5	PGRH RH6	PROF-LVT	PROFA	POPNA	PORNES	PORNLSAS	POPNSACV	PROT-AML	PROTA
QE1	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
QE2	●	●										●	●
QE3	●	●				●	●						
QE4	●			●	●			●	●	●	●	●	●

LEGENDA: Relação forte ●

Quadro 6 – Relação entre as questões estratégicas (QE) e o QRE – Outros Documentos estratégicos

QE	Outros Documentos estratégicos																						
	LGBPPSOTU	LBG PPSOTU	LBOGEM	ENGIZC	ENM	POIM 2020	Relatório GTL	PAPLXXI	PENA 2014-2020	PNA	Lei da Água	PNUEA	PEASAR	PENSAAR 2020	PERSU 2020+	ENDS	PANCD	ENAAAC 2020	EAAFAC	ENCNB 2030	PNAEE	PNAER	
QE1	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
QE2	●	●	●	●	●	●	●		●	●	●	●		●		●	●	●				●	●
QE3		●	●				●	●								●	●	●	●				

QE	Outros Documentos estratégicos																						
	LGBPPSOTU	LBG PPSOTU	LBOGEM	ENGIZC	ENM	POM 2020	Relatório GTL	PAPLXXI	PENA 2014-2020	PNA	Lei da Água	PNUEA	PEASAR	PENSAAR 2020	PERSU 2020+	ENDS	PANCD	ENAAAC 2020	EAAFAC	ENCNB 2030	PNAEE	PNAER	
QE4	●	●			●			●										●					

LEGENDA: Relação forte ●

QE	Outros Documentos estratégicos																						
	PET	PETI 3+	PRN	PE Porto de Sines e P-emergencia	Portugal 2020	Lisboa 2020	Alentejo 2020	PEPEPES	PEDAL	PDR	PENDR	AGRO	ENF	SNDFCI	EFICE	PENT 2006-2015	PENT (revisão)	PNTN	DETA 2014-2020	PEDTN Alentejo / Ribatejo	PE-T Sesimbra	PE-T Santiago do Cacém	
QE1					●	●	●	●	●	●	●		●	●		●	●	●		●	●		
QE2	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●	●	●	●	●	●	●	●	●
QE3					●	●	●						●	●									
QE4					●	●	●	●	●				●			●	●	●	●	●	●	●	●

LEGENDA: Relação forte ●

### 4.3. Questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)

Determinado o objeto de avaliação, os seus objetivos, QRE e as QE associadas, bem como o seu inter-relacionamento, é possível identificar um conjunto de **Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)** contribuem para a identificação de problemas e de potencialidades, e bem assim, para a identificação dos FCD.

No quadro seguinte, apresenta-se a correspondência entre as Questões Ambientais referidas na alínea e) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, as questões estratégicas (QE), as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) e os Fatores Críticos para a Decisão propostos.

Quadro 7 – Correspondência entre FCD, QAS, QA e QE

Fatores Críticos para a Decisão	QAS relevantes para o POC	Questões Ambientais	QE
<b>Valores naturais, paisagísticos e culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção e valorização do património natural, paisagístico e cultural</li> <li>- Qualidade das águas</li> <li>- Disponibilidades hídricas</li> <li>- Águas balneares</li> <li>- Controlo da poluição hídrica</li> </ul>	Biodiversidade Fauna Flora Água Fatores climáticos Paisagem Património Saúde humana	QE1 QE4
<b>Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alterações climáticas</li> <li>- Tendências evolutivas da morfologia costeira</li> <li>- Controlo e minimização dos riscos de erosão costeira em litoral arenoso; galgamentos oceânicos, inundações costeiras; movimentos de massa, riscos mistos e tecnológicos</li> </ul>	Biodiversidade População Saúde humana Fauna Flora Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Bens materiais Património Paisagem	QE3 QE4
<b>Governança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação para a gestão</li> <li>- Participação das populações na gestão da orla costeira</li> </ul>	Biodiversidade População Saúde humana Fauna Flora Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Paisagem	QE1 QE2 QE3 QE4
<b>Utilização sustentável e competitividade da orla costeira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuição para o posicionamento estratégico e capacidade competitiva sustentável da orla costeira e para a melhoria da qualidade de vida da população</li> <li>- Cumprimento legal dos usos e ocupações no Domínio Hídrico</li> </ul>	Biodiversidade População Saúde humana Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Bens materiais Património Paisagem	QE1 QE2 QE4

Legenda: QE1 – Promover a conservação e valorização dos recursos e do património natural, paisagístico e cultural  
 QE2 – Impulsionar a competitividade territorial e a valorização socioeconómica, assegurando a compatibilidade de usos e de atividades específicos da zona costeira  
 QE3 – Prevenir e mitigar os efeitos adversos decorrentes dos riscos naturais costeiros  
 QE4 – Promover a fruição do território litoral, disciplinando o uso do espaço público e promovendo a qualificação das praias, o conhecimento e a boa governança

#### 4.4. Quadro de avaliação dos FCD

Os Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD1), a Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2), a Governança (FCD3) e a Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4) afiguram-se como os aspetos mais críticos para a avaliação ambiental. No **Quadro 8** enunciam-se os objetivos associados a cada um destes FCD.

Quadro 8 – Objetivos dos FCD

FCD	Objetivo
<b>Valores naturais, paisagísticos e culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o contributo do POC para salvaguardar os valores naturais e a biodiversidade, a paisagem e os valores culturais e para a manutenção da integridade e do bom estado destes, numa perspetiva de utilização sustentável.</li> <li>Avaliar o contributo do POC nos domínios da ecologia e biodiversidade, da geodiversidade, dos recursos hídricos, da paisagem e do património cultural, incluindo os fatores de degradação e ameaça, como sejam as fontes de poluição hídrica</li> </ul>
<b>Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o contributo do POC para a identificação e resolução de problemas associados à dinâmica costeira, à suscetibilidade às alterações climáticas e ao risco costeiro e para a definição de medidas de adaptação, prevenção e proteção</li> <li>Avaliar o contributo do POC quanto às questões da dinâmica costeira, nomeadamente a erosão em litoral arenoso, os riscos costeiros relacionados com movimentos de massa, galgamentos oceânicos, inundações costeiras e riscos mistos e tecnológicos na faixa costeira, e ainda analisar a suscetibilidade aos efeitos esperados das alterações climáticas</li> </ul>
<b>Governança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o contributo do POC para a gestão da orla costeira e para uma política de boa governança, nomeadamente em termos de capacitação dos agentes envolvidos e também do incentivo destinado ao envolvimento público na gestão do litoral</li> </ul>
<b>Utilização sustentável e competitividade da orla costeira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o contributo do POC para a utilização sustentável e para o estímulo da competitividade da orla costeira, numa perspetiva de valorização dos recursos endógenos e duma equilibrada distribuição dos usos e atividades, tendentes a gerar e fixar valor na área de estudo</li> </ul>

O alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental decorre dos **Fatores Críticos de Decisão**, materializando-se na identificação de um conjunto de **critérios de avaliação** que auxiliam o estabelecimento do alcance, bem como do nível de pormenorização da informação para análise. Para cada critério são ainda identificados os respetivos **Objetivos de Sustentabilidade**.

Por sua vez foram selecionados **Indicadores** que serão utilizados para avaliar a situação de referência e respetivas tendências de evolução e que estarão intrínsecos à avaliação de oportunidades e riscos. Sempre que possível foram selecionados indicadores mensuráveis (traduzidos em número, unidade de área, unidade de volume, percentagem, classe, etc.), para cuja quantificação se recorrerá à informação integrada no Modelo de Ordenamento do POC Espichel-Odeceixe, e a análises realizadas em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Com base nos critérios de avaliação, nos objetivos de sustentabilidade relevantes e nas questões estratégicas do Modelo de Ordenamento do POC Espichel-Odeceixe, analisar-se-ão os efeitos esperados e os principais riscos e oportunidades. Para esta análise recorrer-se-á à utilização de SIG e a uma análise pericial por parte da equipa responsável pela avaliação ambiental.

No **Quadro 9** discriminam-se, por FCD, os critérios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade, os indicadores (e respetivas unidades de apresentação dos mesmos, onde aplicável). Este quadro encontra-se aferido relativamente ao que foi apresentado no Relatório do Âmbito de Avaliação, em função dos pareceres emitidos pelas ERAE e dos dados disponíveis para caracterizar os indicadores.

Quadro 9 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por Fator Crítico de Decisão

FCD	Critérios de avaliação	Objetivo	Indicadores
Valores naturais, paisagísticos e culturais	• Ecologia	• Avaliar o grau de preservação, proteção e recuperação dos valores naturais e da biodiversidade	• Áreas naturais degradadas
			• Espécies alóctones invasoras
			• Habitats prioritários em estado de conservação favorável
	• Gestão e proteção de áreas naturais	• Avaliar a sustentabilidade da utilização dos recursos biológicos	• RNAP e Rede Natura 2000 integradas na zona marítima e na zona terrestre de proteção (tipo e ha)
			• Outras áreas com interesse para a conservação da natureza (ha)
	• Valores paisagísticos e culturais	• Avaliar o grau de proteção e de potenciação dos valores paisagísticos e culturais	• Áreas e pontos singulares de interesse paisagístico
			• Dissonâncias em locais de interesse paisagístico / turístico
			• Valores geológicos e geomorfológicos (n.º e tipo)
			• Património cultural classificado (n.º e tipo)
			• Património arqueológico subaquático (n.º e tipo)

FCD	Critérios de avaliação	Objetivo	Indicadores
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Integração de valores paisagísticos e culturais em trilhos e rotas de interpretação (tipo)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Fatores de degradação e ameaça</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado das massas de água (águas superficiais, subterrâneas e balneares)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a proteção e controlo da poluição do meio hídrico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado das massas de água</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressões sobre os recursos hídricos (difusas e pontuais)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspetos quantitativos dos recursos hídricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a promoção de usos e atividades na zona terrestre de proteção que dependam da boa qualidade da água e das disponibilidades hídricas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de saneamento de águas residuais nas praias</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas balneares classificadas com qualidade boa ou excelente (%)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidades hídricas</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Balanço hídrico</li> </ul>



FCD	Critérios de avaliação	Objetivo	Indicadores
Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dinâmica costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar as tendências evolutivas da linha de costa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução da morfologia costeira</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas urbanas e infraestruturas em zonas de risco</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Obras de defesa costeira (n.º) / Despesa pública com a defesa costeira (euro/ano)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suscetibilidade de aos efeitos das alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar a existência de estratégias de mitigação e adaptação a riscos associados às alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa da suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas (elevada; média; baixa)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas previstas num quadro estratégico de adaptação às alterações climáticas (adequadas; insuficientes)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de erosão costeira em litoral arenoso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem a erosão costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa da suscetibilidade à erosão costeira (elevada; média; baixa)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos da erosão costeira (adequadas; insuficientes)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de movimentos de massa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacto da ocorrência de movimentos de massa no litoral de arriba</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa da suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa (elevada; média; baixa)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos da ocorrência de movimentos de massa (adequadas; insuficientes)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suscetibilidade de a galgamentos oceânicos, e a inundações costeiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacto destes eventos extremos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas com risco elevado de ocorrência de galgamentos oceânicos, e eventos de inundação costeira</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos de galgamentos oceânicos (adequadas; insuficientes)</li> </ul>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos de inundações costeiras (adequadas; insuficientes)</li> </ul>			
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas de risco</li> </ul>

<b>FCD</b>	<b>Critérios de avaliação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Indicadores</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Riscos mistos e tecnológicos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Verificar se o POC se articula com zonas de risco delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacte da ocorrência de acidentes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos dos acidentes de poluição</li></ul>

FCD	CrITÉrios de avaliação	Objetivo	Indicadores
Governança	<ul style="list-style-type: none"> <li>Governança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar a capacitação para a gestão da orla costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação das entidades com responsabilidades na gestão da orla costeira</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar o incentivo ao envolvimento público na gestão do litoral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Meios de divulgação de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira (n.º)</li> </ul>
Utilização sustentável e competitividade da orla costeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emprego e atividades económicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o contributo para o posicionamento estratégico e capacidade competitiva da orla costeira, promovendo a geração de riqueza e a criação de emprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>População empregada por setor de atividade (n.º e %)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas e estabelecimentos (n.º e volume de negócio)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Poder de compra <i>per capita</i></li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferta e procura de estabelecimentos hoteleiros</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Intensidade turística</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimentos turísticos em curso ou previstos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a adequação dos usos e atividades às características do troço costeiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução dos usos de solo dominantes</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenções na orla costeira</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Domínio hídrico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar o cumprimento legal dos usos e ocupações no Domínio Hídrico (DH)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conflitos legais identificados no DH (n.º/concelho)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas para resolução de conflitos relacionados com o DH (n.º)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização balnear</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a promoção do potencial de utilização balnear</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas balneares classificadas (número e tipo)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Requalificação de espaços balneares e de frentes marítimas urbanas (n.º e tipo)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Licenças ou concessões em praias balneares</li> </ul>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos marítimos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a valorização dos recursos marítimos endógenos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização dos recursos pesqueiros e aquicultura</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos minerais / gestão de sedimentos</li> </ul>	



## 5. Análise e avaliação estratégica por FCD

Ao longo do presente capítulo identificam-se, para cada Fator Crítico de Decisão, os aspetos-chave da situação atual e a evolução esperada no que respeita a cada temática analisada, os principais riscos e oportunidades esperados com a implementação do programa e um conjunto de diretrizes de planeamento e gestão para tratar os riscos ou para incrementar as oportunidades identificadas.

A abordagem referente a cada Fator Crítico de Decisão inicia-se com a apresentação da análise de tendências e SWOT, no âmbito da qual são desenvolvidos:

- Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa, por indicador, por objetivo e por critério de avaliação. Neste contexto, são identificados, por indicador: as fontes de informação utilizadas, as tendências passadas e aspetos-chave da situação atual e as tendências de evolução sem o programa;
- Análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças) para o Fator Crítico de Decisão.

Seguidamente apresenta-se a análise de riscos e oportunidades, correspondente à avaliação de tendências de evolução com o programa, que é apresentada por critério de avaliação e por objetivo. Tendo em conta a avaliação efetuada, são definidas diretrizes de planeamento e gestão, por Fator Crítico de Decisão e por critério de avaliação.

Os Fatores Críticos para a Decisão definidos são:

- Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD1);
- Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2);
- Governança (FCD3);
- Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4).

### 5.1. Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1)

#### 5.1.1. Análise de tendências e SWOT

Segue-se a identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa e a respetiva análise SWOT para o FCD 1.

Quadro 10 – Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Ecologia</b>  <b>Objetivo:</b> Avaliar o grau de preservação, proteção e recuperação dos valores naturais e da biodiversidade</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas naturais degradadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamentos de campo</li> <li>ICNF/SNAC</li> <li>Fotografia aérea/ ortofotomapa (Google Earth)</li> <li>Plano Setorial Rede Natura 2000</li> <li>Natura 2000 Viewer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seguidamente listam-se por Sítio os vários habitats naturais classificados com estado de conservação médio ou reduzido, e que por isso constituem “áreas naturais degradadas”:   Sítio Costa Sudoeste: <ul style="list-style-type: none"> <li>1310 Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas</li> <li>1320 Prados de <i>Spartina</i> (<i>Spartinion maritimae</i>)</li> <li>2120 Dunas móveis do cordão dunar com <i>Ammophila arenaria</i> ("dunas brancas")</li> <li>2190 Depressões húmidas intradunares</li> <li>2260 Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavenduletalia</i></li> <li>3110 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas (<i>Littorelletalia uniflorae</i>)</li> <li>3120 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoetes</i> spp.</li> <li>3260 Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i></li> <li>4020 Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i> *</li> <li>6430 Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino</li> <li>9240 Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i></li> <li>92A0 Florestas-galeria de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i></li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem a implementação do POC é expectável a evolução da degradação destas áreas por ação dos fatores de pressão existentes, o que afetará consequentemente o seu valor ecológico global (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>Sítio Estuário do Sado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2110 Dunas móveis embrionárias</li> <li>- 2120 Dunas móveis do cordão dunar com <i>Ammophila arenaria</i> ("dunas brancas")</li> <li>- 2190 Depressões húmidas intradunares</li> <li>- 2270 Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> ou <i>Pinus pinaster ssp. atlantica</i> *</li> </ul> <p>Sítio Comporta/Galé:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2110 Dunas móveis embrionárias</li> </ul> <p>Sítio Arrábida/Espichel:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1110 Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda</li> <li>- 1210 Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré</li> <li>- 2270 Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> ou <i>Pinus pinaster ssp. atlantica</i> *</li> </ul>	
<p><b>Critério: Ecologia</b>  <b>Objetivo:</b> Avaliar o grau de preservação, proteção e recuperação dos valores naturais e da biodiversidade</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espécies alóctones invasoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamentos de campo</li> <li>• ICNF</li> <li>• Fotografia aérea/ ortofotomapa (Google Earth)</li> <li>• PGRH RH6</li> <li>• Projeto INSPECT</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A presença de espécies da flora e fauna alóctones invasoras está descrita para a área do POC, existindo registos (bibliográficos e decorrentes dos trabalhos de campo) de:</li> </ul> <p>Flora</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Chorão (<i>Carpobrotus edulis</i>)</li> <li>- Acácia (<i>Acacia</i> spp.)</li> <li>- Cana (<i>Arundo donax</i>)</li> <li>- Figueira-da-Índia (<i>Opuntia maxima</i>)</li> </ul> <p>Fauna</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gambúsia (<i>Gambusia holbrooki</i>)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na ausência de programa, a atuação dos fatores de pressão sobre os sistemas ecológicos conduzirá expectavelmente à proliferação das espécies alóctones invasoras atualmente existentes e à sua disseminação em sistemas naturais onde ainda não têm presença registada (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Corbicula fluminea</li> <li>- Potamopyrgus antipodarum</li> <li>- Blackfordia virginica</li> <li>- Percnon gibbesi</li> <li>- Amphibalanus improvisus</li> </ul>	
<p><b>Critério: Ecologia</b>  <b>Objetivo:</b> Avaliar o grau de preservação, proteção e recuperação dos valores naturais e da biodiversidade</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitats prioritários em estado de conservação favorável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ICNF/SNAC</li> <li>• Fotografia aérea/ ortofotomapa (Google Earth)</li> <li>• Plano Setorial Rede Natura 2000</li> <li>• Natura 2000 Viewer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consideram-se com estado de conservação “favorável” os habitats prioritários classificados com “conservação excelente” e “conservação boa” de acordo com os dados mais atuais disponíveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1150 Lagunas costeiras</li> <li>- 2130 Dunas fixas com vegetação herbácea ("dunas cinzentas")</li> <li>- 2150 Dunas fixas descalcificadas atlânticas (<i>Calluno-Ulicetea</i>)</li> <li>- 2250 Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.</li> <li>- 3170 Charcos temporários mediterrânico</li> <li>- 5140 Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas</li> <li>- 6110 Prados rupícolas calcários ou basófilos da <i>Alyso-Sedion albi</i></li> <li>- 6220 Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i></li> <li>- 8240 Lages calcárias</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem a implementação do POC, se mantidos os fatores de pressão atualmente existentes, não é expectável a alteração do estado de conservação destas áreas; não obstante, a tendência existente aponta para o incremento da presença humana na área donde decorrerá um agravamento dos fatores de pressão, podendo nesse caso assistir-se à redução do estado de conservação destas áreas (0/-)</li> </ul>



(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Gestão e proteção de áreas naturais</b>  <b>Objetivo:</b> Avaliar a sustentabilidade da utilização dos recursos biológicos</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>RNAP e Rede Natura 2000 integradas na zona marítima e na zona terrestre de proteção (tipo e ha)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF/SNAC</li> <li>Fotografia aérea/ ortofotomapa (Google Earth)</li> <li>Plano Setorial Rede Natura 2000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na <u>zona marítima de proteção</u> estão inseridas as seguintes áreas classificadas:  RNAP <ul style="list-style-type: none"> <li>Parque Natural da Arrábida</li> <li>Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina</li> <li>Reserva Natural do Estuário do Sado</li> <li>Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha</li> </ul> Rede natura 2000 <ul style="list-style-type: none"> <li>SIC Arrábida/Espichel (PTCON0010)</li> <li>SIC Estuário do Sado (PTCON0011)</li> <li>SIC Comporta/Galé (PTCON0034)</li> <li>SIC Costa Sudoeste (PTCON0012)</li> <li>ZPE Lagoa de Santo André (PTZPE0013)</li> <li>ZPE Lagoa da Sancha (PTZPE0014)</li> <li>ZPE Costa Sudoeste (PTZPE0015)</li> <li>ZPE Cabo Espichel (PTZPE0050)</li> </ul> </li> <li>Na <u>zona terrestre de proteção</u> estão inseridas as seguintes áreas classificadas:  RNAP <ul style="list-style-type: none"> <li>Parque Natural da Arrábida</li> <li>Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina</li> <li>Reserva Natural do Estuário do Sado</li> <li>Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eventuais alterações na tipologia ou na área total da RNAP e Rede Natura 2000 integradas na ZTP e ZMP do POC serão externas à ausência do programa (0)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>Rede natura 2000</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SIC Arrábida/Espichel (PTCON0010)</li> <li>- SIC Estuário do Sado (PTCON0011)</li> <li>- SIC Comporta/Galé (PTCON0034)</li> <li>- SIC Costa Sudoeste (PTCON0012)</li> <li>- ZPE Estuário do Sado (PTZPE0011)</li> <li>- ZPE Lagoa de Santo André (PTZPE0013)</li> <li>- ZPE Lagoa da Sancha (PTZPE0014)</li> <li>- ZPE Costa Sudoeste (PTZPE0015)</li> <li>- ZPE Cabo Espichel (PTZPE0050)</li> </ul>	
<p><b>Critério: Gestão e proteção de áreas naturais</b></p>			
<p><b>Objetivo:</b> Avaliar a sustentabilidade da utilização dos recursos biológicos</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Outras áreas com interesse para a conservação da natureza (ha)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ICNF</li> <li>• Levantamentos de campo</li> <li>• Fotografia aérea/ ortofotomapa (Google Earth)</li> <li>• PSOEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na área do POC ocorrem várias áreas que não obstante o seu interesse para a conservação da natureza e biodiversidade não estão abrangidas por qualquer figura de proteção: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fração norte da Península de Troia, onde alguns troços aparentemente sujeitos a menor pressão humana ainda mantêm alguma originalidade nos valores naturais presentes e que correspondem grosso às áreas representadas na sua frente costeira pelas praias da Duna Cinzenta, dos Golfinhos e das Garças</li> <li>- No troço marinho costeiro entre a área da baía de Setúbal e a lagoa de Santo André as áreas definidas em sede de Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM) como áreas de “Espaço de Proteção – Áreas para a Conservação da Natureza e Biodiversidade”, pois são áreas que assumem um papel relevante na manutenção e valorização dos recursos marinhos e têm como objetivo primordial “a proteção, conservação e manutenção do património natural existente”</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na área terrestre, em função dos planos definidos para a área em termos de planeamento urbano externos ao POC, as áreas com interesse para a conservação da natureza irão decrescer, sendo expectável a evolução da sua degradação por incremento dos fatores de pressão atuantes (-)</li> <li>• Na área marinha, sem a implementação do POC, se mantidos os fatores de pressão atualmente existentes, é expectável a manutenção do estado de conservação destas áreas; não obstante, a tendência existente aponta para o incremento dos fatores de pressão,</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
			podendo nesse caso assistir-se à redução do estado de conservação das mesmas (0/-)

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Valores paisagísticos e culturais</b>  <b>Objetivo: Avaliar o grau de proteção e de potenciação dos valores paisagísticos e culturais</b></p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas e pontos singulares de interesse paisagístico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamentos de campo</li> <li>IGT diversos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presentemente os pontos mais procurados pela sua beleza singular são o Cabo Espichel e o Cabo Sardão tanto por parte de particulares como de empresas que promovem e transportam grupos de turistas a estes locais</li> <li>O forte da Arrábida e o Convento da Arrábida são locais de ampla abrangência e qualidade cénica</li> <li>Na estrada Casais da Serra – Setúbal, que acompanha o limite sul da serra da Arrábida, existem vários miradouros de ampla abrangência cénica</li> <li>A Ilha do Pessegueiro possui um elevado interesse geológico e patrimonial</li> <li>Os vários aglomerados urbanos de cariz piscatório, sendo exemplo Porto Covo, Zambujeira do Mar, Vila Nova de Milfontes</li> <li>As estradas nacionais EN10-4, EN379-I (Arrábida), EN253-I (Troia), EN120-I e EN120-4 (Sines) que acompanham a linha costeira, caminhos municipais e outros percursos que em determinados pontos dão acesso visual a eixos dominantes sobre a paisagem</li> <li>Extremo norte da restinga de Troia e praias de restinga</li> <li>Existem vários pontos na envolvência das lagoas de Melides e de Santo André com vista dominante sobre estas</li> <li>Vértices geodésicos acessíveis</li> <li>A Polis Litoral Sudoeste tem previsto um conjunto de ações que inclui a colocação de passadiço e plataforma sobrelevada em miradouro sobre o mar em Porto Covo, na Zambujeira do Mar e em Alteirinhos-Carvalhal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Procura dos mesmos locais para usufruto da paisagem cénica (0)</li> <li>Aumento de volume do turismo aos locais mais divulgados e de maior acesso conduzindo à sobrelotação dos espaços em determinados períodos do ano (--)</li> <li>Os pontos singulares de difícil acesso viário mantêm-se com pouca afluência turística (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dissonâncias em locais de interesse</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamentos de campo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em toda a área do POC Espichel-Odeceixe é visível uma desestabilização antrópica resultante do modo de fruição do espaço. A larga procura turística de forma desordenada para fruição dos valores paisagísticos acaba por prejudicar os mesmos. Destas ações destacam-se:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento não controlado da pressão antrópica sobre o espaço (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p>paisagístico / turístico</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caravanismo selvagem, nomeadamente ao longo de toda a orla costeira entre Grândola e Odemira</li> <li>- Estacionamento desordenado sobre dunas e arribas, sendo de destacar os acessos às praias de Troia, Melides e Santo André, bem como a diversas praias da costa a sul de Sines</li> <li>- Sobrelotação de alguns espaços balneares, destacando-se a praia da Califórnia e a praia da Figueirinha</li> <li>- Gentrificação da fruição da paisagem promovida por alguns condomínios e empreendimentos privados, como sucede, por exemplo com os vários condomínios privados existentes na Península de Troia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Degradação da paisagem resultante da movimentação pedonal e automóvel em áreas sensíveis (--)</li> <li>• Abertura de novos caminhos sobre áreas de valor paisagístico (--)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valores geológicos e geomorfológicos (n.º e tipo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Sesimbra – <a href="http://www.cm-sesimbra.pt">www.cm-sesimbra.pt</a></li> <li>• LNEG - <a href="http://geoportal.lneg.pt">http://geoportal.lneg.pt</a></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande diversidade das condições fisiográficas ao longo de toda a faixa litoral distinguindo-se as seguintes unidades: arribas, restingas arenosas, estuários, lagoas costeiras, cordões dunares.</li> <li>• O Geocircuito de Sesimbra, integrado no roteiro das minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal, é um projeto dinamizado pela Direção-Geral de Energia e Geologia do MAOTE em colaboração com diversas entidades e tem como objetivo o promover e valorizar locais de interesse científico, pedagógico, cultural e lúdico. Este geocircuito inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sítios como a estação arqueológica da Lapa do Fumo ou as marmitas gigantes da Ribeira do Risco</li> <li>- Paisagens como o Chã dos Navegantes, a plataforma do Cabo Espichel, a serra do Risco, ou vale Tifónico de Sesimbra</li> <li>- Afloramentos geológicos excecionais (não classificados) como: as dobras no Porto de Abrigo de Sesimbra, o filão da praia do Ouro ou os conglomerados intraformacionais do Alto da Califórnia</li> <li>- Sítio classificado: Gruta do Zambujal</li> <li>- Diversas grutas e algares</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da preservação dos valores geológicos e geomorfológicos incluídos no Geocircuito e Geossítios (+)</li> <li>• Tendência para a crescente ocupação das zonas costeiras colocando os valores geológicos e geomorfológicos em risco (-)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Da diversidade fisiográfica destacam-se os seguintes geossítios:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– Corte geológico das arribas de cabo Espichel à foz</li> <li>– A duna consolidada da Ilha do Pessegueiro</li> </ul> </li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Património cultural classificado (n.º e tipo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PDM de Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Grândola, Sines e de Odemira</li> <li>• Base de dados do Endovélico disponibilizada por DGPC</li> <li>• IHRU – SIPA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Património classificado por concelho:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– Concelho de Sesimbra: 4 Imóveis de Interesse Público, dos quais 3 integram o núcleo urbano classificado da vila de Sesimbra; 1 na zona de proteção de outro elemento arquitetónico classificado</li> <li>– Concelho de Setúbal: 6 elementos arquitetónicos incluídos na área de proteção do Parque Natural da Arrábida; 1 Imóvel de Interesse Público; 1 imóvel abrangido pela zona de proteção de outro elemento arquitetónico classificado</li> <li>– Concelho de Sines: 1 Monumento Nacional: 5 Imóveis de Interesse Público; 3 elementos arquitetónicos abrangidos por Normas provisórias do PU da cidade de Sines; 1 imóvel abrangido pela zona de proteção de outro elemento arquitetónico classificado; 1 Conjunto de Interesse Público</li> <li>– Concelho de Odemira: 2 Imóveis de Interesse Público; 1 imóvel abrangido pela zona de proteção de outro elemento arquitetónico classificado</li> </ul> </li> <li>• Património classificado por tipologia               <ul style="list-style-type: none"> <li>– Edificado de cariz civil: 3</li> <li>– Estruturas militares: 12, das quais se destacam o forte de Nossa Senhora das Salvas (Sines), o forte de Santiago do Outão (Setúbal), o forte de Nossa Senhora da Arrábida (Setúbal), o Castelo de Sines (Sines), a fortaleza de São Tiago (Sesimbra) e o forte da Ilha do Pessegueiro (Sines), todos classificados como Imóveis de Interesse Patrimonial</li> <li>– Património infraestrutural: 3, nomeadamente os chafarizes de D. Bataça e o do Caminho das Bicas (ambos incluídos nas Normas Provisórias do PU da Cidade de Sines), e o aqueduto do santuário de Nossa Senhora do Cabo, incluído na ZEP do santuário do Cabo Espichel</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção das condições atuais (+)</li> <li>• Destruição do património através de ações não controladas promovidas por particulares ou por projetos isentos de estudos e de medidas da especialidade (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Edificado religioso: 5, do qual se destaca o convento da Arrábida, incluído na zona de proteção do Portinho da Arrábida, e a capela de Nossa Senhora das Salvas (Sines) classificada como Monumento Nacional</li> <li>– Património jurisdicional: 2, nomeadamente o pelourinho de Sesimbra e o pelourinho de Vila Nova de Milfontes, ambos Imóveis de Interesse Público</li> <li>– Núcleos urbanos de interesse patrimonial: 3, sendo estes a povoação de Porto Covo, o núcleo urbano da cidade de Sines e o núcleo urbano da vila de Sesimbra</li> <li>• Os IGT abordam o património classificado de forma generalista, sendo evidente que os IGT elaborados mais recentemente revelam um maior aprofundamento e conhecimento da temática. De um modo geral, os IGT referem o património classificado como servidão administrativa vertendo para o regulamento o enquadramento legal atualmente em vigor</li> <li>• Os Planos Regionais, devido à sua essência, são os que encaram o património como um valor estratégico para o desenvolvimento turístico</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Património arqueológico subaquático (nº e tipo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Base de dados do Endovélico disponibilizad o por DGPC</li> <li>• PDM de Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Grândola, Sines e de Odemira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registos de património subaquático por concelho <ul style="list-style-type: none"> <li>– Concelho de Sesimbra: 38 ocorrências</li> <li>– Concelho de Setúbal: 14 ocorrências</li> <li>– Concelho de Grândola: 16 ocorrências</li> <li>– Concelho de Santiago do Cacém: 2 ocorrências</li> <li>– Concelho de Sines: 21 ocorrências</li> <li>– Concelho de Odemira: 16 ocorrências</li> </ul> </li> <li>• Do património inventariado destacam-se as ocorrências de cronologia romana (20 achados isolados, 4 naufrágios, 1 canhão, 2 fundeadores, 1 porto e 1 conjunto de cetárias) e as de época moderna (25 são naufrágios, 12 canhões e 15 achados isolados)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção das condições atuais (0)</li> <li>• Recolha ilícita e destruição de contextos arqueológicos praticados por praticantes de mergulho autónomo e pesca recreativa (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmaras Municipais</li> <li>Associações locais vocacionadas para o património</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apesar de se ter informação de 107 ocorrências, o número reduz substancialmente quando se pretende saber a sua georreferenciação, limitando-se a sua referência a dados administrativos</li> <li>Atualmente existem mergulhadores recreativos e praticantes de pesca submarina lúdica que têm conhecimento da localização de ocorrências patrimoniais ainda não cadastradas</li> <li>Os POOC Sintra-Sado, POOC Sines-Burgau e POPNA incluem medidas preventivas conservacionistas de proteção do património subaquático. O POOC Sado-Sines é mais limitado nas medidas protecionistas, destacando-se apenas a UOPG 3 que tem como objetivo específico a instalação de atividades culturais e científicas ligadas à valorização dos recursos marinhos e do património subaquático</li> <li>Os regulamentos do POPNSACV e da RNLSAS assentam numa estratégia de gestão que implica a conservação da natureza e da biodiversidade e do património cultural no seu todo, não se limitando ao quadro legal em vigor mas definindo ações de proteção, salvaguarda e valorização das paisagens culturais e do património cultural, incluindo o subaquático, como fator de desenvolvimento, assumindo o património cultural</li> <li>Está prevista a criação de um Parque Arqueológico Subaquático na zona do Calhau da Cova (concelho de Sesimbra)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Integração de valores paisagísticos e culturais em trilhos e rotas de interpretação (tipo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamentos de campo</li> <li>www.rotavicentina.com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Rota Vicentina foi criada em 2013 pela Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina e possui uma rede de parceiros públicos e privados e tem como objetivo o afirmar do SW português como um destino internacional de turismo da natureza</li> <li>A Rota Vicentina inclui percurso entre S. Torpes e Odeceixe, identificados como trilho dos pescadores, vocacionado sobretudo para os valores paisagísticos. Em Porto Covo, Arrifana e Odeceixe a Rota Vicentina inclui os caminhos históricos que dão a conhecer o património cultural e paisagístico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de turismo da natureza organizado (++)</li> <li>Falta de trilhos e rotas de interpretação a norte de S. Torpes (--)</li> </ul>



(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A Rota Vicentina possui sinalética adequada e é divulgada nos vários canais de comunicação (internet e Postos de Turismo)</li> <li>A Polis Litoral Sudoeste tem previsto um conjunto de ações que inclui a delimitação de 2 trilhos existentes em Porto Covo</li> <li>A Polis Litoral Sudoeste tem em curso um projeto de requalificação do Cabo Sardão, do qual se salienta a criação de percurso de educação ambiental apoiado por um conjunto de painéis informativos e educativos de temática diversa</li> <li>Para a praia do Malhão está previsto um percurso interpretativo de 5 km</li> <li>Inexistência de percursos subaquáticos orientados para o património cultural submerso</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fatores de degradação e ameaça</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamentos de campo</li> <li>Bibliografia da especialidade</li> <li>Caraterização (Volume 2) e Diagnóstico (Volume 3)</li> <li>Fotografia aérea/ ortofotomapa (Google Earth)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressão humana: a ocupação em áreas com elevado interesse cultural e expostas aos efeitos de um litoral dinâmico e em permanente evolução pode corresponder a situações de elevado risco (e.g. frente costeira de Sesimbra e da Zambujeira do Mar e a Península de Troia como um todo)</li> <li>Aumento do território artificializado e das florestas, meios naturais e seminaturais (0,3 e 0,1 p.p. entre 2000 e 2006, respetivamente). Redução das áreas agrícolas e agroflorestais (-0,4 p.p. entre 2000 e 2006)</li> <li>As estruturas do paredão do Portinho da Arrábida e a rampa do portinho da Entrada da Barca – Zambujeira do Mar encontram-se em situação de degradação, afetando de forma negativa a envolvente cénica do local</li> <li>Presença de construções devolutas / degradadas em lugares de elevada visibilidade, nomeadamente em praias ou junto a planos de água</li> <li>O Parque de Merendas da Comenda localizado junto à foz da ribeira da Comenda e em pleno sítio arqueológico possui uma vista privilegiada para a foz do Sado. A falta de informação e o estado geral dos equipamentos está a conduzir à destruição do sítio arqueológico e a prejudicar a envolvente cénica do local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção da ocupação em áreas de risco sem minimização do risco, ou mesmo com o seu aumento (--)</li> <li>Redução de espaços naturais e seminaturais com valor paisagístico e cénico (--)</li> <li>Risco de aumento de edificado devoluto ou degradado (--)</li> <li>Aumento de espaços antropizados (--)</li> <li>Degradação continuada de sítios arqueológicos (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Presença de bolsas de estacionamento na envolvente de sítios arqueológicos, sendo de destacar na orla costeira a sul de Sines, onde os sítios arqueológicos surgem junto às falésias e aos acessos às praias locais</li></ul>	

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<b>Critério: Estado das massas de água (águas superficiais, subterrâneas e balneares)</b>			
<b>Objetivo: Avaliar a proteção e controlo da poluição do meio hídrico</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado das massas de água (%): Excelente, Bom, Razoável, Mediocre, Indeterminado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PGRH RH5 DHV/ HIDROPROJECTO, LNEC, ICCE, IPIMAR, Biodesign (2012)</li> <li>PGRH RH6 e 7 Nemus/Ecosystema/ AGRO.GES (2012)</li> <li>PGRH-RH8 Nemus/ Hidromod/ AGRO.GES (2012)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificaram-se 21 massas de água superficiais na área do POC ou que possam influenciar a área do POC, sendo 5 do tipo costeira, 2 de transição e 14 da tipologia rio. Identificaram-se 6 massas de água subterrânea.</li> <li>As massas de água costeiras são as que globalmente apresentam melhores resultados em termos de qualidade, apresentando 50% estado bom e 50% estado excelente. A Lagoa de Santo André apresenta estado indeterminado (devido a falta de dados)</li> <li>Das massas de água da tipologia rios, 42,9% (6) apresentam bom estado, 35,7% (5) apresentam estado razoável e 21,4% apresentam estado mediocre (ribeira de Melides, ribeira da Ponte e ribeira da Junqueira)</li> <li>As 2 massas de água de transição apresentam bom estado final</li> <li>As massas de água subterrâneas apresentam bom estado (5 massas de água), à exceção da massa de água subterrânea de Sines – Zona sul (considerando a subdivisão Sines/zona sul e Sines/ zona norte)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para as massas de água da categoria rio com qualidade medíocre, o PGRH prevê que em 2015 o bom estado não seja atingido (0)</li> <li>Para as massas de água da categoria rios classificadas com estado razoável o PGRH RH6 prevê que em 2021 ou 2027 atinjam o bom estado ecológico (+)</li> <li>O PGRH prevê que a Ribeira da Ponte, com estado medíocre, possa alcançar o bom estado em 2021 e que a Ribeira de Melides com estado medíocre, possa atingir o estado bom em 2027 (+)</li> <li>O PGRH prevê que a massa de água subterrânea Sines/zona sul alcance o estado bom até 2027 (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressões sobre os Recursos Hídricos (difusas e pontuais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterização dos Recursos Hídricos – Programa da Orla Costeira</li> <li>PGRH-RH6 e 7</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Restringiu-se as cargas apresentadas no PGRH RH6 e RH7, às cargas das massas de água que possam influenciar a área do POC, deste modo obtiveram-se as seguintes cargas totais: <ul style="list-style-type: none"> <li>– CQO= 11.883,7 t/ano</li> <li>– CBO5 = 2.665,4 t/ano</li> <li>– SST = 7.916,8 t/ano</li> <li>– N = 1.956,8 t/ano</li> <li>– P = 377 t/ano</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O PGRH prevê a redução e o controlo das fontes de poluição (+)</li> <li>Implementação da Estratégia nacional para os efluentes Agro-industriais (ENEAPAI) e de outros planos / estratégias que minimizem as pressões sobre os recursos hídricos (+)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
	Nemus/Ecossistema/ AGRO.GES (2012) (2012) <ul style="list-style-type: none"> <li>PGBH-RH8</li> </ul> Nemus/Hidromod/ AGRO.GES (2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>A poluição pontual é a principal responsável pelas cargas apresentadas acima, nomeadamente as rejeições de origem urbana, no Estuário do Sado e CWB-I-5</li> <li>No que diz respeito à massa de água subterrânea Sines sul o seu estado deve-se à poluição por hidrocarbonetos e BTEX</li> </ul>	
<b>Critério: Estado das massas de água (águas superficiais, subterrâneas e balneares)</b>			
<b>Objetivo: Avaliar a promoção de usos e atividades na zona terrestre de proteção que dependam da boa qualidade da água e das disponibilidades hídricas</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de saneamento de águas residuais nas praias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterização das praias – Programa da Orla Costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de saneamento dos apoios de praia, na área do POC, verificando-se as seguintes situações:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Sem saneamento (12,3%)</li> <li>Fossas sépticas (18,5%)</li> <li>Coletores municipais (17,3%)</li> <li>Praias sem apoios de praia (50,6%)</li> <li>Sem informação (1,2%)</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da cobertura da rede de saneamento através dos objetivos estabelecidos no PEASAAR e no PENSAAR 2020 (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas balneares classificadas com qualidade boa e excelente (%)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>APA – SNIRH</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2014, 97% das zonas balneares classificadas atingiram qualidade excelente (33 em 34 praias).</li> <li>Para 2,9% das águas balneares a qualidade não foi identificada pela APA em 2014 (praia de Alteirinhos).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O PGRH prevê a melhoria ou a manutenção do estado das massas de água costeiras (+)</li> <li>O aumento da pressão sobre as zonas costeiras em resultado do incremento das atividades industriais e turísticas pode levar a uma degradação das condições qualitativas das zonas balneares (-)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Aspetos quantitativos dos recursos hídricos</b>  <b>Objetivo:</b> Avaliar a promoção de usos e atividades na zona terrestre de proteção que dependam da boa qualidade da água e das disponibilidades hídricas</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidades Hídricas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PGRH-RH5 DHV/ HIDROPROJECTO, LNEC, ICCE, IPIMAR, Biodesign (2012)</li> <li>PGRH-RH6 e 7 Nemus/Ecosystema/AGRO. GES (2012)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas massas de água superficiais ocorrem situações de défice de água em ano seco na bacia hidrográfica do Mira, do Sado e nas costeiras Sado-Mira</li> <li>A totalidade das massas de água subterrânea incidentes na área de estudo foi classificada como tendo estado quantitativo bom</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Segundo o PGRH, é previsível o aumento do número de estações de monitorização da quantidade da água (estações hidrométricas) (+)</li> <li>Segundo o PGRH, é previsível o aumento do número de massas de água subterrâneas monitorizadas relativamente à quantidade da água (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Balanço Hídrico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PGBH-RH5 – DHV/ HIDROPROJECTO, LNEC, ICCE, IPIMAR, Biodesign (2012)</li> <li>PGBH-RH6 e 7 Nemus/Ecosystema/AGRO. GES (2012)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O balanço hídrico das massas de água superficiais é apresentado de seguida, em hm<sup>3</sup>: <ul style="list-style-type: none"> <li>Mira: -60,4 (ano seco); 89,9 (ano médio); 329,5 (ano húmido)</li> <li>Sado: -78,6 (ano seco); 381,0 (ano médio); 1.1760,0 (ano húmido)</li> <li>Costeiras Mira-Barlavento: 0 (ano seco); 9,4 (ano médio); 18,2 (ano húmido)</li> <li>Costeiras Sado-Mira: -9,5(ano seco); 38,4 (ano médio); 98,6 (ano húmido)</li> </ul> </li> <li>As extrações inventariadas pela ex-ARH Alentejo e estimadas na RH6 para cada uma das massas de água subterrânea são sempre inferiores aos recursos hídricos disponíveis e em todas as situações são também inferiores a 90% da recarga a longo prazo (valor de referência)</li> <li>Todas as massas de água subterrâneas apresentam balanço hídrico bom, apresenta-se de seguida o balanço hídrico estimado em hm<sup>3</sup>/ano: <ul style="list-style-type: none"> <li>Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Sado: 15,3</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorizar a evolução e o grau de eficiência do consumo dos recursos hídricos por parte dos diferentes setores utilizadores na RH5 (+)</li> <li>Acréscimo do número de estações de monitorização operacionais em massas de água subterrâneas na RH6 (+)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sines: 29,9</li> <li>- Zona Sul Portuguesa da Bacia do Mira: 18,4</li> <li>- Zona Sul Portuguesa da Bacia do Sado: 37,5</li> <li>• As duas massas de água subterrânea pertencentes à ARH do Tejo, também apresentam balanço hídrico bom, apresenta-se de seguida os valores de recarga e de consumo em hm<sup>3</sup>/ano:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Tejo: Recarga= 87,64; Consumos= 24,2</li> <li>- Bacia do Tejo-Sado/ Margem Esquerda: Recarga= 1005,91; Consumos= 230,4</li> </ul> </li> </ul>	

Quadro 11 – Análise SWOT referente aos valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1)

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada diversidade de habitats naturais e seminaturais (terrestres, aquáticos e de transição) e de valores da flora e fauna</li> <li>• Existência de habitats naturais e valores florísticos e faunísticos relevantes do ponto de vista da conservação (inseridos na Diretiva Habitats e Diretiva Aves)</li> <li>• Ocorrência de habitats naturais e seminaturais e de espécies da flora e fauna de relevo conservacionista em bom estado de conservação</li> <li>• Presença de várias áreas classificadas ao abrigo da RNAP (4 áreas protegidas) e Rede Natura 2000 (4 SIC e 5 ZPE)</li> <li>• Diversidade patrimonial na sua abrangência arquitetónica e arqueológica</li> <li>• Maior sensibilidade por parte da Administração Local e Regional para o património enquanto realidade a preservar</li> <li>• Reconhecimento do património enquanto fator estratégico no desenvolvimento turístico, nomeadamente o património construído</li> <li>• Património subaquático protegido por IGT da orla costeira</li> <li>• Elevada diversidade de valores paisagísticos e culturais</li> <li>• Grande diversidade das condições fisiográficas</li> <li>• Existência de geossítios e sítios classificados</li> <li>• Todas as massas de água da tipologia costeiras apresentam estado final bom ou excelente</li> <li>• Todas as zonas balneares identificadas encontram-se em estado excelente</li> <li>• É realizada monitorização das águas classificadas como balneares</li> <li>• Metade das massas de água superficiais da categoria rio estão em bom estado</li> <li>• Todas as massas de água subterrâneas apresentam bom estado quantitativo e balanço hídrico bom</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vulnerabilidade dos habitats naturais existentes (terrestres, aquáticos e de transição)</li> <li>• Degradação de alguns sistemas naturais, nomeadamente alguns troços de sistemas dunares, cursos de água e galerias ripícolas</li> <li>• Área marinha relativa a uma frente costeira de cerca de 45 km sem qualquer figura de proteção</li> <li>• Existência de vários polos promotores de pressão antrópica (áreas urbanas e turísticas, industriais e portuárias, áreas de exploração agrícola e exploração de recursos naturais, zonas balneares, áreas propícias ao desenvolvimento de turismo e desporto de natureza)</li> <li>• Existência de várias áreas ocupadas por espécies alóctones invasoras, nomeadamente <i>Acácia (Acacia sp.)</i>, <i>Chorão-das-praias (Carpobrotus edulis)</i></li> <li>• Registo de ocorrência de espécies faunísticas alóctones invasoras, como <i>Gambúsia (Gambusia holbrooki)</i>, <i>Corbicula fluminea</i>, <i>Potamopyrgus antipodarum</i>, <i>Blackfordia virginica</i>, <i>Percnon gibbesi</i> e <i>Amphibalanus improvisus</i></li> <li>• Fraca divulgação do património à população em geral</li> <li>• Conhecimento limitado da história local reduzindo o fator de coesão identitário</li> <li>• Falta de meios para controlo da prática de atividades ilegais, nomeadamente o mergulho recreativo e pesca lúdica em contextos arqueológicos subaquáticos</li> <li>• Falta de reconhecimento do património arqueológico em IGT de primeira geração enquanto mais-valia regional</li> <li>• Assimetria de informação sobre património entre os vários concelhos que integram a área de estudo</li> <li>• Metade das massas de água da tipologia rios apresenta estado inferior a bom</li> <li>• Três massas de água da categoria rio, estão classificadas com estado medíocre</li> <li>• Massa de água subterrânea Sines/ zona sul em estado medíocre</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Massas de água superficiais com balanço hídrico negativo em ano seco (Bacia do Mira, Sado e costeiras do Sado-Mira)</li><li>• Insuficiência de identificação cartográfica do património geológico existente na área do POC</li><li>• Escassez de divulgação sobre os aspetos da geodiversidade e de como estes influenciam a biodiversidade e os aspetos culturais associados</li></ul>
--	---



Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da proteção dos habitats e espécies prioritárias</li> <li>• Alargamento da rede de áreas marinhas protegidas</li> <li>• Criação de áreas protegidas locais</li> <li>• Implementação de planos de erradicação de espécies alóctones invasoras</li> <li>• Criação de áreas marinhas “santuário” e “tampão”, para a salvaguarda dos recursos marinhos alvo de sobre-exploração</li> <li>• Criação de roteiros turísticos temáticos promovendo o desenvolvimento económico local</li> <li>• Criação de cartas de zonamento definindo-se uma escala para o grau de concentração patrimonial</li> <li>• Possibilidade de dinamização e desenvolvimento de estratégia para a salvaguarda patrimonial bem como a sua gestão (inventariação, classificação e investigação) e divulgação</li> <li>• Manutenção da preservação e valorização dos valores geológicos e geomorfológicos incluídos no Geocircuito e Geossítios</li> <li>• Potenciação de bom estado das massas de água e estado de conservação de habitats naturais dependentes das massas de água</li> <li>• Promoção da regulamentação, vigilância e fiscalização no que diz respeito ao controlo das rejeições de águas residuais domésticas, indústrias e de rejeições agropecuárias</li> <li>• Melhoria do estado dos recursos hídricos, em consequência da melhoria da qualidade dos efluentes descarregados nas massas de água, assim como da utilização de melhores técnicas de aplicação de fertilizantes e de espalhamento de efluentes agropecuários no solo</li> <li>• Tendo em conta as disponibilidades hídricas das massas de água subterrânea, o aumento previsto da ocupação na zona costeira não parece constituir uma ameaça a estas massas sob o ponto de vista quantitativo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incremento da pressão antrópica sobre os ecossistemas terrestres e aquáticos, conduzindo à sua descaracterização, artificialização e/ou à redução da sua área original de distribuição</li> <li>• Disseminação de espécies alóctones, tipicamente oportunistas e mais tolerantes</li> <li>• Prevista a implementação de novas áreas turísticas em áreas com interesse para a conservação da natureza</li> <li>• Destruição de contextos arqueológicos por desconhecimento da sua presença</li> <li>• Recolha ilícita de espólio arqueológico subaquático</li> <li>• Utilização indevida de espaços patrimoniais por parte da população</li> <li>• Aumento da pressão sobre as zonas costeiras em resultado do incremento das atividades marítimo-turísticas e da náutica de recreio</li> <li>• Tendência para a crescente ocupação das zonas costeiras colocando os valores geológicos e geomorfológicos em risco</li> <li>• As instalações PCIP podem constituir situações de risco para os recursos hídricos em caso de acidente (tendo em conta a toxicidade das substâncias envolvidas no processo e estarem potencialmente presentes nas águas residuais descarregadas)</li> <li>• Habitats em estado de conservação desfavorável, podem originar degradação do estado ecológico das massas de água, principalmente da categoria rio</li> <li>• A grande variação do balanço hídrico das massas de água superficiais, entre ano seco e ano húmido pode originar regimes torrenciais (Bacia do Mira e do Sado)</li> <li>• A provável extração de água subterrânea como consequência do aumento da ocupação da zona costeira poderá nalguns locais levar à degradação da qualidade deste recurso (e.g. intrusão salina)</li> <li>• Risco de destruição de geossítios devido a ação antrópica</li> </ul>

### **5.1.2. Oportunidades e riscos**

Seguem-se as oportunidades e riscos consoante o cenário adotado.

Quadro 12 – Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1): tendências de evolução com o programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ecologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o grau de preservação, proteção e recuperação dos valores naturais e da biodiversidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fomento da proteção dos valores naturais inseridos em áreas classificadas, com particular enfoque nos habitats prioritários (++)</li> <li>A diminuição das áreas de ocorrência das espécies alóctones invasoras Acácia (<i>Acacia</i> sp.) e Chorão-das-praias (<i>Carpobrotus edulis</i>) (++)</li> <li>Limitação da disseminação de outras espécies invasoras através das águas de lastro (+)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão e proteção de áreas naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a sustentabilidade da utilização dos recursos biológicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possível incremento das áreas da RNAP e/ou Rede Natura 2000 integradas na ZMP do POC (++)</li> <li>A melhoria do estado de conservação de áreas naturais com interesse para a conservação da natureza que não estão atualmente salvaguardadas por qualquer figura de proteção (+)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A melhoria do estado de conservação de áreas naturais com interesse para a conservação da natureza que não estão atualmente salvaguardadas por qualquer figura de proteção (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Valores paisagísticos e culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o grau de proteção e de potenciação dos valores paisagísticos e culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contenção da pressão exercida sobre os valores paisagísticos e culturais, salvaguardando-os da degradação e inclusivamente potenciando-os (++)</li> <li>Manutenção da preservação e valorização dos valores geológicos e geomorfológicos incluídos no Geocircuito e Geossítios (++)</li> <li>Proteção dos valores geológicos e geomorfológicos (geossítios, sítios classificados, afloramentos de elevado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contenção da pressão exercida sobre os valores paisagísticos e culturais, salvaguardando-os da degradação (+)</li> <li>Manutenção da preservação dos valores geológicos e geomorfológicos incluídos no Geocircuito e Geossítios (+)</li> <li>Proteção dos valores geológicos e geomorfológicos (geossítios, sítios classificados, afloramentos de elevado</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

<b>Critério</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)</b>	<b>Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)</b>
		interesse, grutas e algares) pela definição das faixas de salvaguarda para terra e das suas normas específicas (+)	interesse, grutas e algares) pela definição das faixas de salvaguarda para terra e das suas normas específicas (+)

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado das massas de água (águas superficiais, subterrâneas e balneares)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a proteção e controlo da poluição do meio hídrico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção e controlo da poluição do meio hídrico através da fiscalização dos usos e atividades da orla costeira (+)</li> <li>Potencial melhoria do estado das massas de água decorrente da reabilitação de áreas naturais degradadas não integradas em áreas classificadas (+)</li> <li>Possível preservação das massas de água costeiras consequente da constituição de uma rede coerente e integrada de áreas protegidas marinhas (+)</li> <li>Melhoria do estado das massas de água através da criação de programas e/ou projetos que assegurem a monitorização dos sistemas costeiros: dinâmicas, atividades, recursos e comunidades bióticas associadas (+)</li> <li>Melhoria da qualidade da água das lagoas costeiras, através de programas de avaliação da qualidade da água das lagoas costeiras (+)</li> <li>Melhoria da qualidade da água consequente da reabilitação de galerias ripícolas, para incremento e melhoria da conectividade ecológica (+)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado das massas de água (águas superficiais, subterrâneas e balneares)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a promoção de usos e atividades na zona terrestre de proteção que dependam da boa qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de medidas de saneamento básico para apoios de praia (+)</li> <li>Apesar de condicionadas, o POC permite a prática de diversas atividades (e.g. urbano, industrial e agrícola) que poderão eventualmente reduzir a qualidade da água das diferentes massas de água (-)</li> <li>Potencial melhoria do estado das massas de água decorrente da avaliação das ocupações do domínio hídrico e implementação de respetivo plano de ação (+)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

<b>Critério</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)</b>	<b>Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)</b>
	da água e das disponibilidades hídricas		

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspetos quantitativos dos recursos hídricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a promoção de usos e atividades na zona terrestre de proteção que dependam da boa qualidade da água e das disponibilidades hídricas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção do turismo de Sol e Mar pode aumentar as captações de água (-)</li> </ul>	

### 5.1.3. Diretrizes de planeamento e gestão

Seguem-se as diretrizes de planeamento e gestão para o FCD 1 “Valores naturais, paisagísticos e culturais”.

Quadro 13 – Diretrizes de planeamento e gestão para Valores naturais, paisagísticos e culturais (FCD 1)

Critério	Diretrizes de planeamento e gestão
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ecologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os habitats naturais e os valores florísticos e faunísticos associados devem ser protegidos de todas as ações promotoras de perturbação ou destruição</li> <li>O despejo de águas de lastro e de lavagem de tanques deverá estar condicionado ao cumprimento das normas de qualidade definidas na legislação vigente, por ser um vetor crítico na disseminação no meio aquático de espécies alóctones invasoras</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão e proteção de áreas naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas ocupadas por habitats relevantes do ponto de vista ecológico e que não estão atualmente englobadas por qualquer figura de proteção (áreas essencialmente de sistemas dunares e matos costeiros) deverão ser salvaguardadas de quaisquer usos ou atividades passíveis de afetar a sua preservação, danificar a sua composição florística e perturbar o elenco faunístico ocorrente</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Valores paisagísticos e culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar medidas promotoras de uma saudável sinergia entre a atividade turística e recreativa e a conservação dos valores paisagísticos e culturais, de forma a valorizar a primeira e a garantir a salvaguarda dos segundos</li> <li>Para que sejam cumpridas as normas de atuação inerentes ao património, será fundamental o desenvolvimento de uma estratégia institucional requerendo o reforço de uma articulação entre ao órgão que tutela o património e as entidades municipais para que se possam alcançar os objetivos previamente definidos</li> <li>Avaliação periódica do estado de conservação dos percursos arqueológicos subaquáticos garantido a qualidade da oferta turística bem como a preservação patrimonial</li> <li>Assegurar em efetivo esclarecimento das populações locais sobre os valores identitários materializados no património e promover o envolvimento da população na salvaguarda dos valores patrimoniais</li> <li>As ações de promoção de turismo na natureza devem permitir a valorização Geossítios, Sítios Classificados e outros sítios não classificados, nomeadamente afloramentos geológicos excecionais e grutas e algares, muito frequentes na costa entre Espichel e Portinho da Arrábida</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado das massas de água (águas superficiais, subterráneas e balneares)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar a rede de monitorização em ribeiras costeiras, e fiscalização de descargas indevidas nas massas de água</li> <li>Fiscalização dos usos e atividades da orla costeira, nomeadamente de descargas de efluentes domésticos, industriais e agropecuários</li> <li>Ações de sensibilização para agricultores, de boas práticas agrícolas e de aplicação de fitofármacos</li> <li>Articulação de entidades (APA, administrações portuárias, indústrias e ETAR) na divulgação dos dados da monitorização da qualidade da água na respetiva divulgação no portal SNIRH.</li> <li>Os estudos para avaliar a necessidade de requalificação/valorização de habitats prioritários devem ter em consideração o estado das massas de água e as medidas definidas na DQA</li> </ul>



<b>Critério</b>	<b>Diretrizes de planeamento e gestão</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Aspectos quantitativos dos recursos hídricos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Retomar a monitorização efetuada pela APA e aumentar a rede de monitorização das águas subterrâneas e superficiais</li></ul>

## **5.2. Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD 2)**

### **5.2.1. Análise de tendências e SWOT**

O fator crítico de decisão Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas tem como objetivo avaliar o contributo do POC para a identificação das zonas de risco e para a definição de medidas de adaptação, prevenção e proteção.

No âmbito da análise dos riscos mistos e tecnológicos, consideraram-se como fontes de maior risco:

- Os estabelecimentos abrangidos pelo nível superior de perigosidade do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 (Diretiva Seveso III). O diploma entrou em vigor a 6 de agosto de 2015 revogando o Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março.
- O Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro, transpõe para o direito nacional a DEI, revogando assim o Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de Agosto e estabelece o Regime de Emissões Industriais (REI), aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, a fim de alcançar um elevado nível de proteção do ambiente no seu todo (APA, 2015). O funcionamento das instalações onde se desenvolvem atividades PCIP está condicionado à obtenção de uma Licença Ambiental.
- As grandes instalações de tratamento de águas residuais urbanas (> 10.000 habitantes equivalentes);
- O oleoduto multiprodutos Sines-Aveiras;
- Os portos com movimentos importantes de mercadorias;
- As bacias de lamas oleosas.

Segue-se a identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa.

Quadro 14 – Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD 2): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Dinâmica costeira</b>  <b>Objetivo: Avaliar as tendências evolutivas da linha de costa</b></p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução da morfologia costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterização - Volume II</li> <li>IPCC (2013)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa ocupação nas zonas de fronteira com o mar (duna frontal e arriba) em grande parte da extensão costeira; Baixa perturbação antrópica nos balanços sedimentares das células sedimentares</li> <li>Nos troços costeiros em litoral arenoso verificaram-se nos últimos 60 anos tendências erosivas e/ou de acreção               <ul style="list-style-type: none"> <li>Nalguns setores localizados do arco litoral de Troia-Sines, as taxas médias de recuo da duna frontal são baixas (-0,3 m/ano e -0,4 m/ano) quando comparadas com outros setores da costa norte portuguesa. As taxas de acreção mais expressivas encontram-se na península de Troia e atingem valores médios de +4,5 m/ano</li> <li>Nos cordões dunares a sul de Sines, ocorrem também setores onde dominaram os efeitos erosivos e outros onde ocorreu o contrário. Na praia do Carreiro das Fazendas (-0,5 m/ano) e em parte da praia das Furnas (-0,4 m/ano) dominou a erosão enquanto na praia do Barranco dos Aivados e na praia do Malhão (centro) dominou a acreção ou pelo menos a estabilidade do sistema dunar na sua face marítima</li> </ul> </li> <li>O troço costeiro em litoral de arriba de evolução lenta pode ser dividido em quatro subsetores, de acordo com o número de movimentos (de grandes dimensões) por quilómetro, ocorridos entre 1937/52 e 2012. Neste contexto, os setores “a sul da Ponta da Galhofa até a norte da praia do Brejo Largo” e “a sul da praia do Carvalhal até Odeceixe” são os que apresentam rácios mais elevados com 2,9 e 6,5 movimentos/km, respetivamente. Os restantes dois setores apresentam 0,7 movimentos/km. Convertendo para velocidade média de recuo, os valores oscilam entre <math>7,0 \times 10^{-4}</math> m/ano e <math>2,7 \times 10^{-2}</math> m/ano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com o decorrer das alterações climáticas, prevê-se o aumento das tendências erosivas nas zonas costeiras, particularmente no litoral arenoso. Por outro lado, existe tendência para incremento da ocupação da faixa costeira o que potencia também a erosão costeira em zonas de litoral arenoso ou em arriba (--)</li> <li>Sistemas costeiros muito interdependentes e, por isso, sensíveis a interferências humanas; destaque para as subcélulas sedimentares estuário exterior do Sado e litoral entre Troia e Sines; a interferência num determinado local poderá ter influência em toda a célula (ou subcélula) sedimentar (-)</li> <li>Assoreamento generalizado dos estuários e lagoas costeiras (-)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>O troço costeiro em litoral de arriba de evolução rápida apresenta recuos que oscilam entre 0,6 m/ano (em locais muito pontuais) até valores inferiores a 0,1 m/ano (mais frequentes)</li> <li>O assoreamento dos estuários e das lagoas costeiras é um fenómeno generalizado que também ocorre na área em análise. Nos estuários este fenómeno acontece principalmente porque a regularização das bacias hidrográficas (Sado e Mira) fez com que haja menor capacidade para exportação de sedimentos para o oceano. Nas lagoas costeiras a ação combinada entre o transporte sedimentar longilitoral e as fracas correntes de vazante levam a que a abertura da barra se torne cada vez menos viável, levando por sua vez ao assoreamento e à diminuição progressiva dos corpos de água</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas urbanas e infraestruturas em zonas de risco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>NEMUS (2014)</li> <li>Diagnóstico - Volume III</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No âmbito das zonas de elevada perigosidade, e considerando as características atuais dos mecanismos forçadores, destacam-se especialmente os casos da praia da Franquia em Vila Nova de Milfontes, da Zambujeira do Mar e de Sesimbra, porque são casos onde ocorre ocupação (nalguns casos, forte ocupação) em zonas de risco</li> <li>O caso da erosão da praia da Franquia relaciona-se diretamente com o estuário do Mira onde o progressivo assoreamento do estuário, nomeadamente do banco sedimentar localizado em frente à referida praia, levou ao progressivo recuo da praia e da duna da Franquia, assim como do campo dunar na face norte da praia das Furnas. Na zona da Franquia este recuo chegou mesmo a colocar em risco uma parte da marginal que dá acesso à zona do Farol de Vila Nova de Milfontes (Nemus, 2014). A intervenção de transposição sedimentar da barra do estuário do rio Mira e acomodação dos dragados nas praias da Franquia e Furnas, efetuada em 2017, minimizou o efeito erosivo neste trecho, em resultado do aumento da largura de ambas as praias. Contudo, os estudos de monitorização entretanto efetuados revelam a recuperação acelerada da situação de referência (antes da obra), com particular incidência na praia da Franquia, sendo necessário ponderar a metodologia de conservação deste</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do risco em áreas urbanas pelo aumento da:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Exposição a fenómenos costeiros (aumento de uso e ocupação de zonas de risco)</li> <li>Perigosidade dos fenómenos costeiros (e.g. a redução de areal numa praia devido à subida do NMM pode levar a um aumento da perigosidade ao galgamento ou pode levar ao aumento da ação erosiva sobre a base da arriba) (--)</li> </ul> </li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>trecho, o que poderá passar pela eventual execução de dragagens de manutenção e realimentação da praia da Franquia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No caso da Zambujeira do Mar, o risco está essencialmente associado à instabilidade das arribas, embora ocorra também uma área de elevada perigosidade ao galgamento oceânico na foz da principal linha de água. A fim de reduzir a perigosidade deste local foi executada, em 2017, uma intervenção de estabilização das arribas no setor norte (capela) e na zona central, sendo, no entanto, essencial manter a vigilância da totalidade do maciço rochoso que margina o areal desta praia, essencialmente para controlo das instabilidades verificadas no setor sul não intervencionado.</li> <li>No caso de Sesimbra, os riscos estão associados à instabilidade das arribas mas também ao galgamento oceânico. A marginal é anualmente galgada durante os temporais, especialmente entre o hotel Sana Park e o forte, onde a praia apresenta menor largura</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Obras de defesa costeira (n.º) / Despesa pública com a defesa costeira (euro/ano)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PAPVL 2012-2015</li> <li>POOC Sado-Sines (1999)</li> <li>POOC Sines-Burgau (1998)</li> <li>POOC Sintra-Sado (2003)</li> <li>Caracterização – Volume 2 da Fase I</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na área de estudo foram identificadas 51 obras de proteção/defesa costeira, encontrando-se distribuídas pelas seguintes tipologias: Intervenções em arribas (14); intervenções em dunas (7) e estruturas do litoral (28) – ver Volume 2 da fase I do programa.</li> <li>Quanto ao investimento feito na defesa costeira dentro da área de intervenção, esta soma um valor total de 4.909.010 €, estando este valor subestimado dado o facto de existirem obras efetuadas para as quais não existem valores disponíveis. Este valor encontra-se dividido pelos três POOC da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> <li>Sintra-Sado: Intervenções em arribas (236.084 €) e Obras de engenharia com objetivo de proteção costeira (387.372 €)</li> <li>Sado-Sines: Intervenções em arribas (52.476 €) e intervenções em dunas (1.280.129 €).</li> <li>Sines-Burgau: Intervenções em arribas, incluindo intervenções em dunas e Obras de engenharia com objetivo de proteção costeira (1.476.949 €).</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se a realização de novas obras de defesa costeira para a área em análise, de acordo com o estipulado nos POOC Sintra-Sado, Sado-Sines e Sines-Burgau (++)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendo em conta os valores anteriormente apresentados e os anos de vigência de cada POOC, a despesa pública média anual gasta na defesa costeira (para a área em análise) foi a seguinte:               <ul style="list-style-type: none"> <li>Sintra-Sado: 34.636 €/ano</li> <li>Sado-Sines: 60.573 €/ano</li> <li>Sines-Burgau: 128.389 €/ano</li> </ul> </li> <li>Relativamente às dragagens com transposição, foram identificadas intervenções de manutenção no porto de Setúbal, não se conhecendo os valores gastos nem o número de intervenções realizadas. Foi incluída a operação de transposição de sedimentos do estuário do rio Mira e acomodação nas praias da Franquia e Furnas, executada em 2017 pela sociedade Polis Litoral Sudoeste</li> </ul>	
<p><b>Critério: Suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas</b></p>			
<p><b>Objetivo:</b> Verificar a existência de estratégias de mitigação e adaptação a riscos associados às alterações climáticas</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa da suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas (elevada; média; baixa)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>GTL (2014)</li> <li>Diagnóstico - Volume III</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A zona costeira entre Espichel e Odeceixe apresenta uma suscetibilidade média-baixa quando comparada com outros troços costeiros nacionais. As zonas de litoral arenoso baixo, aquelas onde os efeitos das alterações climáticas se irão fazer sentir de forma mais significativa, correspondem apenas a 22% da extensão do troço costeiro. Em adição, uma parte importante deste litoral arenoso baixo apresenta atualmente um balanço sedimentar próximo daquele que existia no final do século XIX (ou seja, encontra-se genericamente em equilíbrio)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A contínua ocupação do litoral arenoso (península de Troia e zona costeira a sul até Sines) levará ao aumento do risco, e possivelmente ao aumento da suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas (caso haja interferência excessiva com os sistemas naturais e a sua evolução natural) (--)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas previstas num quadro estratégico de adaptação às</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ENAAAC – Relatório de Progresso 2013</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O quadro legislativo em relação aos impactos das alterações climáticas no setor Zonas Costeiras em Portugal é ainda relativamente recente, e de âmbito essencialmente estratégico, tendo o primeiro passo relevante sido dado com a apresentação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto). A publicação da ENAAAC (Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril) e a Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendo em conta a suscetibilidade média-baixa face aos riscos associados às alterações climáticas, e tendo em conta que a alteração da legislação e das expectativas (questões mais prementes) estão fora do âmbito deste Programa, as medidas e orientações feitas ao nível</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
alterações climáticas (adequadas; insuficientes)		<p>(ENGIZC) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro) vieram reforçar as políticas estratégicas nesta temática, assumindo esta última de forma clara a importância em integrar a problemática das alterações climáticas na gestão costeira (e.g. reforço da investigação), de forma a incorporar medidas e orientações setoriais específicas de adaptação às alterações previsíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De âmbito mais regional, o PROT Alentejo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto) incorpora já orientações e diretrizes no domínio dos riscos naturais (no que se incluem as zonas costeiras) com base nas recomendações do <i>International Panel on Climate Change</i></li> </ul>	nacional e regional são suficientes a curto prazo (0) e apresentam um risco baixo a médio prazo (-)
<p><b>Critério: Risco de erosão costeira em litoral arenoso</b>  <b>Objetivo:</b> Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem a erosão costeira</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa da suscetibilidade à erosão costeira (elevada, média, baixa)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>GTL (2014)</li> <li>Diagnóstico - Volume III</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os troços de litoral arenoso entre Espichel e Odeceixe apresentam genericamente perigosidades baixas, especialmente considerando o contexto nacional da perigosidade associada a outras zonas de litoral arenoso. A evolução dos troços compostos por material arenoso está intimamente relacionada com a dinâmica sedimentar da célula fisiográfica onde estes estão inseridos.</li> <li>Concretamente na zona costeira em análise, parte do troço costeiro constitui a célula sedimentar entre Espichel e Sines e a restante porção está incluída na célula sedimentar entre Sines e o cabo de S. Vicente. Segundo o estudo mais recente sobre este assunto (GTL, 2014), ambas as células sedimentares onde o POC está inserido apresentam um balanço sedimentar atual que não deve diferir substancialmente daquele que os mesmos autores propuseram com situação de referência (meados do séc. XIX). O relativo equilíbrio sedimentar dos sistemas, associada à relativa baixa ocupação da zona, permite que atualmente não existam situações de perigosidade extrema no litoral arenoso entre Espichel e Odeceixe, como acontece noutros locais da zona costeira portuguesa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento de ocupação do litoral entre Espichel e Odeceixe e com o aumento do risco decorrente das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente de forma considerável. Este aumento será efetivamente superior em zonas baixas e de substrato móvel - litorais arenosos (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos da erosão costeira (adequadas; insuficientes)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>POOC Sintra-Sado (2003)</li> <li>POOC Sado-Sines (1999)</li> <li>POOC Sines-Burgau (1998)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O tratamento das questões relacionadas com a prevenção dos riscos associados à evolução do litoral arenoso teve abordagens e níveis de pormenor muito diferenciados nos diferentes POOC que abrangem a área em análise (e mesmo ao nível nacional)</li> <li>O POOC Sado-Sines não prevê faixas de risco/salvaguarda, mas apenas espaços naturais de proteção. A este respeito, no regulamento (artigo 26.º) é apenas referido que os espaços naturais dunares e de arriba estão integrados na zona terrestre de proteção. Da mesma forma, no POOC Sines-Burgau não são definidas faixas de proteção para o litoral arenoso</li> <li>A ocupação da zona costeira prevista (e.g. no Plano de Urbanização de Troia onde está prevista a ocupação e o desenvolvimento das unidades operativas de planeamento e gestão 7 e 8) desacelerou devido à crise económica, atenuando o não cumprimento do estabelecido no POOC Sado-Sines para espaços naturais de proteção que, apesar de tudo, é visível nalgumas zonas mais a norte onde essa ocupação já ocorreu (e posteriormente à publicação do Regulamento do referido Plano)</li> <li>Até à data não existe um sistema de monitorização coerente e sistemático que incida sobre as praias e corpos dunares da área em análise</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há delimitação de zonas de risco associada ao litoral arenoso entre Troia e Sines (--)</li> <li>Aumento do risco associado à ocupação do território sem considerar normas e diretrizes definidas em planos de ordenamento para o cordão dunar frontal (--)</li> </ul>



(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Risco de movimentos de massa</b>  <b>Objetivo:</b> Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacte da ocorrência de movimentos de massa no litoral em arriba</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa da suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa (elevada; média; baixa)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterização - Volume II</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Considerando as diferentes perigosidades analisadas na zona costeira, aquelas que obviamente ganham mais relevância no contexto do litoral em causa são as instabilidades que afetam as arribas. Em parte, tal deve-se a que a maior parte da zona costeira é composta por arribas ativas ou vertentes, ocupando ~78% da extensão total</li> <li>A suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa é muito variada na zona costeira em análise, podendo desde logo subdividir-se em arribas de evolução rápida e de evolução lenta</li> <li>Existem zonas onde a elevada suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa combinada à ocupação e ao uso do solo criam zonas de risco considerável. Esta questão é mais premente na base da arriba, em zonas onde se desenvolvem areais pouco extensos tendo em conta a altura das arribas (e.g. Califórnia, Samouqueira, Alteirinhos), no entanto, também em zonas próximas da crista da arriba (e.g. Califórnia)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento da ocupação (e do uso) no litoral entre Espichel e Odeceixe, prevê-se que o risco associado à instabilidade de vertentes aumente por toda a área (--)</li> <li>Com o decorrer das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente especialmente junto à crista de arribas de evolução rápida limitadas por praia (e.g. arribas do arco litoral de Troia-Sines) (-)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos da ocorrência de movimentos de massa (adequadas; insuficientes)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>POOC Sado-Sines (1999)</li> <li>Caracterização - volume II</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O tratamento das questões relacionadas com a prevenção dos riscos associados à evolução das arribas teve abordagens e níveis de pormenor muito diferenciados nos diferentes POOC que abrangem a área em análise (e mesmo ao nível nacional)</li> <li>O POOC Sado-Sines não prevê faixas de risco/salvaguarda, mas apenas espaços naturais de proteção. A este respeito, no regulamento (artigo 26.º) é apenas referido que os espaços naturais dunares e de arriba estão integrados na zona terrestre de proteção</li> <li>Nalguns setores a faixa de proteção adjacente ao sopé das arribas nos POOC Sintra-Sado e Sines-Burgau parecem pouco adequadas face ao alcance dos materiais que são mobilizados durante instabilidades nas arribas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há delimitação de zonas de risco associada ao litoral em arriba entre Troia e Sines (--)</li> <li>Apesar do trabalho eficiente das entidades responsáveis na colocação da sinalização de zonas de perigo, nomeadamente na base e na crista das arribas, durante a época balnear, podem observar-se, um pouco por todas as praias em litoral de arriba, pessoas (e bens) expostas ao risco da instabilidade de massa. Embora este risco nunca possa</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• As faixas a partir da crista definidas no POOC Sines-Burgau parecem desajustadas, pelo menos para alguns troços costeiros entre Sines e Odeceixe</li> <li>• Até à data não existe um sistema de monitorização coerente e sistemático que incida sobre as arribas da área em análise</li> </ul>	<p>ser efetivamente anulado, a inexistência de um plano que defina as intervenções gerais de acordo com a área útil de praia, incluindo a priorização daquelas a realizar nas arribas, levará a uma maior exposição ao risco (--)</p>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Suscetibilidade a galgamentos oceânicos, e a inundações costeiras</b>  <b>Objetivo:</b> Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacte destes eventos extremos</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas com risco elevado de ocorrência de galgamentos oceânicos, e eventos de inundações costeiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pinto (2014)</li> <li>Modelo Territorial – volume I</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os temporais do inverno de 2014 são bons exemplos para a análise de suscetibilidade da zona costeira a galgamentos e inundações costeiras, por ter sido um conjunto excepcional de temporais e porque os seus efeitos encontram-se mais ou menos bem documentados</li> <li>Em Pinto (2014) conclui-se que os fenómenos de galgamento e inundações decorrentes dos temporais de 2014, a nível nacional, tiveram particular expressão no litoral baixo e arenoso e no litoral de arriba limitado por praias estreitas, com berma inexistente ou pouco pronunciada, ou com conteúdos artificiais (i.e. paredões, defesas aderentes, passeios marginais).</li> <li>Na zona costeira em estudo não terá sido exceção e por isso os fenómenos de galgamento oceânico ocorreram especialmente em muitos setores do arco litoral de Troia-Sines, em locais onde ocorrem arribas de pequeno porte ou arribas mergulhantes (e.g. praia de São Torpes) e nas porções terminais de cursos de água com vales mais encaixados, onde frequentemente estão instalados meios urbanos ou acessos a praias (e.g. praia da Zambujeira do Mar, praia do Carvalhal, ribeira do Outão). A este propósito destaca-se também o caso de Sesimbra. Segundo os locais, a marginal de Sesimbra é anualmente galgada durante os temporais, especialmente na frente costeira que se localiza entre o hotel Sana Park e o forte, onde a praia apresenta menor largura</li> <li>Os estudos da suscetibilidade ao galgamento e à inundações costeiras a médio e longo prazo feitos no POC permitiram definir a faixa de salvaguarda correspondente a estes fenómenos. Esta faixa ocupa cerca de 5,4% da área da Zona Terrestre de Proteção do POC Espichel – Odeceixe.</li> <li>Através do cruzamento das faixas de salvaguarda com a Corine Land Cover 06 conclui-se que 3,2% da área ocupada pelas faixas apresentam percentagem de artificialização superior a 50%.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As zonas mais afetadas pelos galgamentos e inundações costeiras são zonas não ocupadas e portanto a emissão de alertas pelas entidades competentes servem os devidos propósitos (0)</li> <li>A exceção a esta situação talvez seja Sesimbra. De acordo com os locais e os meios de comunicação, anualmente existe galgamento da marginal de Sesimbra, o que evidencia a necessidade da construção de um paredão que proteja a marginal. Esta situação permite compreender que o risco costeiro existe atualmente durante períodos de temporal. Num futuro próximo, durante eventos extremos, e à medida que o NMM sobe, haverá uma tendência crescente da perigosidade (-)</li> <li>Se houver contínua ocupação da duna frontal em zonas do litoral arenoso baixo (Troia-Sines), as alterações topográficas decorrentes dessa ocupação e do uso destas zonas fará com que as zonas suscetíveis aos galgamentos aumentem em área e os fenómenos que atuam sobre elas aumentem em magnitude. Da</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Através do cruzamento das faixas de salvaguarda com a informação fornecida pelo INE, relativamente ao censo de 2011, conclui-se que:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– As freguesias com maior número de habitantes sujeitas a fenómenos de galgamento e inundação oceânica são Carvalhal (62,0) e Sesimbra – Santiago (28,2); as restantes freguesias apresentam valores inferiores a 2 habitantes;</li> <li>– As mesmas freguesias são as que apresentam maior número de edifícios clássicos em área de risco (Carvalhal – 85,9; Sesimbra (Santiago) – 10,2; Melides – 2,7).</li> </ul> </li> </ul>	<p>mesma forma, o risco associado a estas áreas aumentará (--)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos de inundações e galgamentos oceânicos e inundações costeiras (adequadas; insuficientes)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• POOC Sintra-Sado (2003)</li> <li>• POOC Sado-Sines (1999)</li> <li>• POOC Sines-Burgau (1998)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O tratamento das questões relacionadas com a prevenção dos riscos associados à evolução do litoral arenoso teve abordagens e níveis de pormenor muito diferenciados nos diferentes POOC que abrangem a área em análise (e mesmo ao nível nacional)</li> <li>• O POOC Sado-Sines não prevê faixas de risco/salvaguarda, mas apenas espaços naturais de proteção. A este respeito, no regulamento (artigo 26.º) é apenas referido que os espaços naturais dunares e de arriba estão integrados na zona terrestre de proteção. Da mesma forma, no POOC Sines-Burgau não são definidas faixas de proteção para o litoral arenoso</li> <li>• A ocupação da zona costeira prevista (e.g. no Plano de Urbanização de Troia onde está prevista a ocupação e o desenvolvimento das unidades operativas de planeamento e gestão) desacelerou até 2015 devido à crise económica, verificando-se atualmente um considerável aumento no desenvolvimento e aprovação de projetos turísticos, bem como a retoma de alguns que se encontravam suspensos, prevendo-se que nos próximos anos se venha a verificar um aumento da ocupação, em especial no concelho de Grândola, com maior pressão para os espaços naturais de proteção.</li> <li>• Até à data não existe um sistema de monitorização coerente e sistemático que incida sobre as praias e corpos dunares da área em análise</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há delimitação de zonas de risco associadas ao galgamento e à inundação costeira (-)</li> <li>• Ocupação do território nomeadamente de zonas de maior suscetibilidade ao galgamento e inundação costeira (--)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Riscos mistos e tecnológicos</b>  <b>Objetivo:</b> Verificar se o POC se articula com zonas de risco delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacte da ocorrência de acidentes</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de incêndio florestal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF, 2015 (sítio web)</li> <li>Avaliação Nacional de risco (ANPC, 2014)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>De 2010 a 2021 não ocorreram incêndios florestais relevantes na área de intervenção do POC</li> <li>Na área de intervenção do POC a suscetibilidade a incêndios florestais varia entre moderada a reduzida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PROF-AL (+)</li> <li>PROF-LVT (+)</li> <li>Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro) (+)</li> <li>Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndio (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio) (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas de risco tecnológico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>HIDROPROJE CTO (2008)</li> <li>Fernandes (2001)</li> <li>PGRH RH6 e 7 Nemus/Ecosystema/AGRO. GES (2012)</li> <li>CM Setúbal</li> <li>PEE Estabelecimentos SEVESO – CM Sines (2012)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os riscos tecnológicos devem-se sobretudo a estabelecimentos industriais que utilizem substâncias perigosas (Fontes fixas), no transporte rodoviário, ferroviário e marítimo de mercadorias perigosas (Fontes móveis) ou no transporte de produtos químicos em conduta (Fonte fixa) que possam originar derrames de substâncias poluentes e explosões. As grandes instalações de tratamento de águas residuais urbanas são também uma fonte de risco de poluição. Na área do POC e na sua envolvente existem fontes fixas de risco tecnológico (instalações PCIP, SEVESO, condutas de substâncias perigosas e ETAR) e fontes móveis (transporte marítimo, rodoviário e ferroviário de substâncias perigosas)</li> <li>Fontes fixas: <ul style="list-style-type: none"> <li>19 instalações abrangidas pelo Diploma PCIP próximos de cursos de água de influência para o POC (maioritariamente em Setúbal e Sines)</li> <li>5 estabelecimentos SEVESO do Concelho de Setúbal, nas proximidades do estuário do rio Sado</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo de Impacte Ambiental da Expansão do Terminal de Contentores (TXXI) do Porto de Sines (3.ª e 4.ª fases) (Nemus, 2014) (0)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autoridade Marítima Nacional (sítio web)</li> <li>• Avaliação e Cartografia de Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos no Concelho de Setúbal – RISKam; CEG; IGOT- UL (2013)</li> <li>• Porto de Sines (sítio web)</li> <li>• APPS de Setúbal (sítio web)</li> <li>• Avaliação Nacional de risco (ANPC, 2014)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– O porto de Setúbal possui 11 terminais portuários, contudo na área do POC só está inserido o terminal da Secil, que recebe sobretudo granéis sólidos (cimento, clínquer e carvão)</li> <li>– 8 estabelecimentos SEVESO em Sines</li> <li>– Cinco terminais marítimos no porto de Sines:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– TGL – Terminal de Granéis Líquidos: permite a movimentação simultânea de diferentes produtos (crude, refinados, gases liquefeitos e outros granéis líquidos), dispõe de uma esteira de <i>pipelines</i> para a movimentação dos produtos entre o porto, a zona adjacente de tancagem e a ZILS</li> <li>– TPQ – Terminal Petroquímico: permite a movimentação de produtos químicos através de <i>pipeline</i> dedicado, entre os navios e o complexo petroquímico localizado na ZILS (Propileno, Etileno, Butadieno, ETBE, Etanol, MTBE, Mescla Aromática, Metanol). Integra um parque de armazenagem com dois tanques criogénicos de armazenagem de etileno (25.000 m<sup>3</sup>) e proplileno (22.000 m<sup>3</sup>), duas esferas de butadieno (4.500 m<sup>3</sup>), um tanque de ETBE (10.000 m<sup>3</sup>) e um tanque de etanol (6.000 m<sup>3</sup>).</li> <li>– TMS – Terminal <i>Multipurpose</i> de Sines: movimenta granéis sólidos, nomeadamente o carvão, e transporte de automóveis e outros veículos</li> <li>– TGN – Terminal de Gás Natural: movimenta mais de 50% do Gás Natural consumido em Portugal, em alternativa ao gasoduto terrestre. O terminal dispõe de dois tanques de armazenagem com capacidade para 120.000 m<sup>3</sup> cada, e um terceiro tanque com capacidade para 150.000 m<sup>3</sup>. Associado a estes tanques, o terminal está equipado com uma central de regaseificação que introduz o gás natural na rede nacional de alta pressão</li> <li>– Terminal XXI – Terminal de Contentores: permite a acostagem dos grandes navios porta-contentores das rotas transcontinentais</li> <li>– Oleoduto Sines-Aveiras (susceptibilidade reduzida a acidentes)</li> <li>– Bacia de lamas oleosas de Sines</li> </ul> </li> </ul>	

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sines é o concelho mais sensível, por concentrar um maior número de estabelecimentos industriais e de armazenamento de combustíveis (na zona industrial e logística), com suscetibilidade elevada a acidentes</li> <li>- A probabilidade de ocorrência de acidentes industriais graves no concelho de Sines é média, a gravidade é alta, pelo que este risco foi classificado como grande. Como principais pontos perigosos foram identificados os terminais petrolíferos e petroquímicos no porto de Sines</li> <li>- A indústria da Secil, em Setúbal apresenta suscetibilidade moderada a acidentes com substâncias perigosas (ANPC, 2014)</li> <li>- 5 grandes ETAR em exploração: Ribeira de Moinhos, Sesimbra, Setúbal, Sines e Vila Nova de Milfontes</li> <li>• Fontes móveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte marítimo para os restantes 10 terminais portuários do porto de Setúbal. Constam o transporte de ro-ro, granéis sólidos e líquidos e combustíveis</li> <li>- Rota marítima petrolífera do mediterrâneo para a Europa, paralela à linha de costa portuguesa (proximidade com o PNSACV)</li> <li>- Cerca de 12 petroleiros atravessam por dia a ZEE Portuguesa - Elevada exposição a derrame acidental de hidrocarbonetos no mar</li> </ul> </li> <li>• A gravidade do risco associado ao tráfego marítimo para o concelho de Sines foi classificado como alta, a probabilidade como baixa, e o grau de risco como médio (PGBH-RH6 e RH7, 2012)</li> <li>• Em 2014 foram reportados 55 incidentes de poluição à Autoridade Marítima Nacional, dos quais apenas 13 foram intervencionados</li> <li>• Suscetibilidade moderada a elevada para acidentes de transporte ferroviário de substâncias perigosas em Sines (ANPC, 2014)</li> <li>• Suscetibilidade moderada para acidentes de transporte rodoviário de substâncias perigosas em Sines (N210-1). Outra estrada classificada com suscetibilidade moderada (N390) aproxima-se da área do POC na zona de Vila</li> </ul>	

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>Nova de Milfontes (~900 m), onde atravessa o estuário do Rio Mira (ANPC, 2014).</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação qualitativa das medidas para prevenção e mitigação dos efeitos dos acidentes de poluição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• HIDROPROJETO (2008)</li> <li>• PEE Estabelecimentos SEVESO – CM Sines (2012)</li> <li>• Autoridade Marítima Nacional (sítio web)</li> <li>• Avaliação e Cartografia de Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos no Concelho de Setúbal - RISKam (2013)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medidas de prevenção e mitigação dos efeitos dos acidentes de poluição:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– Nos dois derrames de crude no porto de Sines (maio de 1987 e julho 1989), utilizaram-se como medidas de mitigação, barreiras flutuantes e dispersantes químicos. No derrame de 1989, resultou numa mitigação reduzida do acidente</li> <li>– Plano “Mar Limpo” aprovado e posto em vigor pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/93, de 15 de abril e da competência da Autoridade Marítima Nacional, estabelece estratégias, métodos e técnicas de combate ao incidente, (p.e. métodos de contenção: barreiras; meios de recuperação: <i>skimmers</i>, bombas de parafuso, oleofílicos, hidrociclone, entre outros; armazenamento temporário: tanques flutuantes e de exoesqueleto</li> <li>– Plano de emergência externa dos estabelecimentos “SEVESO” para Sines (2012)</li> <li>– Estabelecimento de distâncias de segurança em indústrias “SEVESO”, zonas residenciais, locais de utilização pública, vias de comunicação, e quando aplicável zonas ambientalmente sensíveis (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto).</li> <li>– Interdição do transporte de mercadorias perigosas nas áreas urbanas, exceto quando se demonstre a inexistência de rota alternativa</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PGBH define que 100% dos Planos de emergência externos de controlo de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas estarão aprovados em 2015, para a RH6 (+)</li> <li>• Definição dos procedimentos e das responsabilidades de atuação da ARH em caso de poluição acidental concluídos até 2015 (PGBH-RH6 e RH7) (+)</li> <li>• Plano de emergência externo dos estabelecimentos “Seveso” do concelho de Sines (Serviço Municipal de Proteção Civil de Sines, 2012 (+)</li> <li>• Anualmente, a equipa do Combate à Poluição, da Autoridade Marítima Nacional recebe formação na Escola de Tecnologias Navais da Marinha, Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, Centro Jovellanos, EMSA, CEDRE, OSRL, entre outros (Autoridade Marítima Nacional, 2015) (0)</li> <li>• Os técnicos da DCPM estão também preparados para dar formação na área do combate à poluição do mar, pelo que integram a bolsa de formadores da Escola</li> </ul>



(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
			<p>de Autoridade Marítima, em cursos ministrados por esta na vertente da poluição do mar (0)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="1608 523 2089 639">• Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines (IST, CERENA, CM Sines, s.d.) (0)</li> </ul>

Quadro 15 – Análise SWOT referente à Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2)

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troço litoral arenoso relativamente estável (zonas com acreção e zonas com taxas de erosão relativamente baixas). Os sistemas dunares são genericamente robustos para fazer face aos atuais mecanismos forçadores da dinâmica costeira</li> <li>• Baixa ocupação nas zonas de fronteira com o mar (duna frontal e arriba) em grande parte da extensão costeira</li> <li>• Existência de várias obras de proteção costeira (intervensões em dunas, arribas e obras de proteção costeira) previstas para a área do POC Espichel-Odeceixe</li> <li>• Bom estado de conservação da maioria das intervenções efetuadas no âmbito dos POOC</li> <li>• Zona costeira com uma suscetibilidade média-baixa aos efeitos da subida do nível médio do mar</li> <li>• Serviço destinado ao controlo abrangente e viável de navegação - <i>Vessel Traffic Service</i> - VTS (engloba um conjunto de equipamentos: radar, computadores, sensores meteorológicos e hidrológicos, sistemas de comunicação por VHF, entre outros) em Sines e Setúbal (APPS e APS - sítios web)</li> <li>• Plano de emergência externa dos estabelecimentos “SEVESO” para Sines (PEE) (CM Sines, 2012)</li> <li>• Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines (IST, CERENA, CM Sines, s.d.)</li> <li>• A monitorização ao oleoduto Sines-Aveiras é contínua através do sistema SCADA (<i>Supervisory Control And Data Acquisition</i>) do estado do transporte, de telemetria e a vigilância programada por recurso a meios terrestres ou aéreos</li> <li>• Monitorização regular a hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas no porto de Sines e Setúbal (APPS e APS - sítios web)</li> <li>• Plano “Mar Limpo” da Autoridade Marítima Nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas costeiros muito interdependentes e, por isso, sensíveis a interferências humanas</li> <li>• Evolução natural das arribas manifestada através de movimentos de massa</li> <li>• Assoreamento dos estuários (Sado e Mira) e das lagoas costeiras</li> <li>• Troços costeiros sem definição de faixas de risco</li> <li>• Não há delimitação de zonas de elevada perigosidade à erosão costeira</li> <li>• Não há delimitação de zonas de elevada perigosidade ao galgamento oceânico e inundação costeira</li> <li>• Não há delimitação de zonas de elevada perigosidade à instabilidade de vertentes</li> <li>• Inexistência de monitorização sistemática da evolução costeira, nomeadamente, da ocorrência de instabilidades de vertentes, dos recuos da duna e das alterações inter- anuais do perfil de praia</li> <li>• Existência de algumas estruturas de proteção costeira nas quais são observadas situações de degradação</li> <li>• Elevados investimentos necessários para a manutenção e execução de intervenções desta índole</li> <li>• Existência de zonas urbanas em zonas de risco costeiro (embora localizadas)</li> <li>• Concentração de várias unidades industriais de substâncias perigosas e movimentação das mesmas nos vários terminais do porto de Sines</li> <li>• Presença do terminal portuário da Secil em Setúbal</li> <li>• Tráfego marítimo elevado de substâncias perigosas no estuário do Sado e na zona portuária de Sines</li> <li>• 19 instalações abrangidas pelo Diploma PCIP próximos de cursos de água de influência para o POC</li> <li>• 5 estabelecimentos SEVESO do concelho de Setúbal nas proximidades do estuário do Sado</li> <li>• 8 estabelecimentos SEVESO em Sines</li> <li>• Cerca de 12 petroleiros atravessam por dia a ZEE Portuguesa - Elevada exposição a</li> </ul>

	derrame acidental de hidrocarbonetos no mar
--	--

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potenciação das atividades portuárias, por efeito de intervenções de defesa costeira</li> <li>• Realização de novas intervenções em dunas e arribas, enquadradas em programas como Polis Litoral Sudoeste, etc., contribuindo para a proteção da orla costeira</li> <li>• Em muitas áreas existe espaço de acomodação e disponibilidade sedimentar suficiente para uma adaptação espontânea à subida do nível médio do mar</li> <li>• Necessidade de baixo investimento para fazer face à subida do nível médio do mar comparativamente a outras zonas de Portugal</li> <li>• Definição de faixas de risco/salvaguarda através de uma metodologia sistemática e coerente para toda a costa portuguesa</li> <li>• Debate e equação de hipóteses e de medidas preparatórias ao nível nacional, mas também regional, sobre a gestão costeira no âmbito das alterações climáticas</li> <li>• Informar, divulgar, formar e estimular a participação das populações, das estruturas institucionais da administração local, das empresas, outras organizações de direito privado nas temáticas sobre a problemática costeira</li> <li>• Melhoria dos equipamentos e infraestruturas disponíveis na região para tratamento de águas residuais e resíduos sólidos</li> <li>• Melhoria das condições de segurança</li> <li>• Desenvolvimento económico</li> <li>• Criação de postos de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente ocupação das zonas costeiras (incluindo em zonas de risco costeiro), especialmente no arco litoral Troia – Sines</li> <li>• Aumento do uso de zonas de risco à instabilidade de vertentes</li> <li>• O contexto económico desfavorável poderá comprometer a manutenção das obras de proteção costeira existentes bem como a realização das obras previstas, contribuindo assim para a minimização da proteção do litoral</li> <li>• Definição de faixas de risco/salvaguarda subestimadas ou sobrestimadas pela falta de informação de base resultante da monitorização contínua e sistemática da zona costeira</li> <li>• Movimentação de várias substâncias perigosas nos terminais do Porto de Sines e deste para as indústrias da ZILS</li> <li>• Elevada exposição a derrames acidentais no mar</li> <li>• A probabilidade de ocorrência de acidentes industriais graves no concelho de Sines é média, e a gravidade é alta, pelo que este risco é classificado como grande</li> <li>• A gravidade do risco associado ao tráfego marítimo para o concelho de Sines é classificada como alta, a probabilidade como baixa, e o grau de risco como médio</li> <li>• O oleoduto Sines-Aveiras, atravessa cursos de água, como sejam a Lagoa de Santo André e o rio Sado</li> </ul>

### 5.2.2. Oportunidades e riscos

A implementação do programa envolve um conjunto de oportunidades e riscos, que são identificados no quadro seguinte, por critério de avaliação e objetivo, mediante a ponderação dos indicadores/questões específicas anteriormente considerados.

Quadro 16 – Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2): tendências de evolução com o programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dinâmica costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar as tendências evolutivas da linha de costa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com o decorrer das alterações climáticas, prevê-se o aumento das tendências erosivas nas zonas costeiras, genericamente, e de forma particular no litoral arenoso. Por outro lado, apesar da definição de faixas de salvaguarda, existe tendência para o incremento da ocupação da faixa costeira, potenciando também a erosão costeira de uma forma geral (-)</li> <li>Assoreamento generalizado dos estuários e lagoas costeiras (-)</li> <li>Aumento do risco em áreas urbanas pelo aumento da:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– exposição a fenómenos costeiros (aumento do uso de zonas de risco devido ao incremento do turismo);</li> <li>– perigosidade dos fenómenos costeiros (e.g. redução de areal numa praia devido à subida do NMM pode levar a um aumento da perigosidade ao galgamento ou pode levar ao aumento da ação erosiva sobre a base da arriba) (-)</li> </ul> </li> <li>O respeito das normas definidas para a zona terrestre de proteção costeira, para a zona marítima de proteção costeira e para as faixas de salvaguarda/risco fará com que não sejam criadas novas áreas de risco o que permitirá a diminuição da despesa pública em obras de defesa costeira (++)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Suscetibilidade de aos efeitos das alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar a existência de estratégias de mitigação e adaptação a riscos associados às alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A contínua ocupação do litoral arenoso (península de Troia e zona costeira a sul até Sines) levará ao aumento do risco (-)</li> <li>Tendo em conta a suscetibilidade média-baixa face aos riscos associados às alterações climáticas, e tendo em conta que a alteração da legislação e das expectativas (questões mais prementes) estão fora do âmbito deste Programa, as medidas e orientações feitas para o planeamento costeiro e informação da população permitem uma minimização do risco a curto-médio prazo (++)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A contínua ocupação do litoral arenoso (península de Troia e zona costeira a sul até Sines) levará ao aumento do risco (-)</li> <li>Tendo em conta a suscetibilidade média-baixa face aos riscos associados às alterações climáticas, e tendo em conta que a alteração da legislação e das expectativas (questões mais prementes) estão fora do âmbito deste Programa, as medidas e orientações feitas para o planeamento costeiro e informação da população permitem uma minimização do risco a curto-médio prazo (+)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de erosão costeira em litoral arenoso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem a erosão costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento de ocupação do litoral entre Espichel e Odeceixe e com o aumento do risco decorrente das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente de forma considerável. Este aumento será efetivamente superior em zonas baixas e de substrato móvel - litorais arenosos (-)</li> <li>Delimitação de zonas de risco associada ao litoral arenoso entre Troia e Sines (++)</li> <li>Redução do risco costeiro em praias específicas da península de Troia (++)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento de ocupação do litoral entre Espichel e Odeceixe e com o aumento do risco decorrente das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente de forma considerável. Este aumento será efetivamente superior em zonas baixas e de substrato móvel - litorais arenosos (-)</li> <li>Delimitação de zonas de risco associada ao litoral arenoso entre Troia e Sines (++)</li> <li>Redução do risco costeiro em praias específicas da península de Troia (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de movimentos de massa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacto da ocorrência de movimentos de massa no litoral em arriba</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento da ocupação (e do uso) no litoral entre Espichel e Odeceixe, prevê-se que o risco associado à instabilidade de vertentes aumente por toda a área (-) No cenário 1 o risco é menor porque são previstas intervenções em todas as praias com plano de intervenção na praia situadas em zonas de arriba que apresentam características de instabilidade</li> <li>Com o decorrer das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente, especialmente junto à crista de arribas de evolução rápida limitadas por praia (e.g. arribas do arco litoral de Troia-Sines) (-)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento da ocupação (e do uso) no litoral entre Espichel e Odeceixe, prevê-se que o risco associado à instabilidade de vertentes aumente por toda a área (--) No cenário 2 o risco é maior do que no cenário anterior porque são previstas intervenções apenas nas arribas de praias prioritárias sob o ponto de vista de risco (nos plano de intervenção nas praias)</li> <li>Com o decorrer das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente, especialmente junto à crista de arribas de evolução rápida limitadas por praia (e.g. arribas do arco litoral de Troia-Sines) (-)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Suscetibilidade de a galgamentos oceânicos, e a inundações costeiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacto destes eventos extremos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As zonas mais afetadas pelos galgamento e inundações costeiras são zonas não ocupadas e portanto a emissão de alertas pelas entidades competentes servem os devidos propósitos (0)</li> <li>A exceção a esta situação talvez seja Sesimbra. A necessidade da construção de um paredão que protege a marginal, assim como as observações reportadas pelos locais e meios de comunicação, permitem compreender que o risco costeiro existe atualmente durante períodos de temporal. Apesar de haver tendência crescente de perigosidade, o enchimento da praia da Califórnia previsto em ambos os cenários irá minimizar este risco a curto prazo (0)</li> <li>Delimitação de zonas de risco associadas ao galgamento e à inundações costeiras (+)</li> <li>Não ocupação de outras zonas costeiras onde haja suscetibilidade ao galgamento e inundações costeiras (++)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Riscos Mistos e Tecnológicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se as zonas de risco estão delimitadas e se existem medidas que minimizem o impacto da ocorrência de acidentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Como o risco de poluição acidental apresenta um âmbito mais alargado que o do POC, este não estabelece medidas de contenção deste risco. Estas medidas são estabelecidas no âmbito do Plano Mar Limpo da AMN e dos planos de emergência externos dos estabelecimentos SEVESO (0)</li> </ul>	





### 5.2.3. Diretrizes de planeamento e gestão

No âmbito deste FCD são enumeradas as seguintes diretrizes de planeamento e gestão.

Quadro 17 – Diretrizes de planeamento e gestão para Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas (FCD2)

Critério	Diretrizes de planeamento e gestão
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dinâmica Costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os “programas de avaliação da qualidade da água das lagoas costeiras” sugeridos como medidas/ações do POC devem convergir para uma análise mais holística do estado ambiental das lagoas, que equacione o desassoreamento das mesmas entre outras ações nas respetivas bacias hidrográficas que melhorem a qualidade das suas águas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em face à ocupação prevista para a península de Troia, concretamente no que se refere ao desenvolvimento das unidades operativas de planeamento e gestão 7 e 8, o plano de Urbanização de Troia deverá ser revisto incorporando as faixas de salvaguarda estabelecidas no POC, assim como medidas estabelecidas com base em cenários de subida do nível médio do mar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de erosão costeira em litoral arenoso</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de movimentos de massa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas intervenções das arribas as preocupações de preservação ambiental e paisagística devem prevalecer na maioria dos casos, sendo que intervenções de carácter pesado corresponderão apenas a casos muito especiais, em que valores patrimoniais ou históricos se sobrelevem</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Suscetibilidade a galgamentos oceânicos, e a inundações costeiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorização (e registo de ocorrências) das áreas costeiras afetadas por galgamentos e inundações costeiras, durante temporais importantes (à semelhança do levantamento feito pela APA sobre os efeitos do temporal Hércules – jan. 2014, mas de cariz regional) que inclua entre outros aspetos considerados relevantes: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Caracterização do temporal, incluindo a determinação do seu período de retorno com base em vários critérios oceanográficos (e.g. altura máxima de onda, altura significativa de onda, duração do temporal)</li> <li>– Infraestruturas afetadas</li> <li>– Cotas máximas de espraio nos diferentes locais avaliados</li> <li>– Estimativas de prejuízos</li> </ul> </li> </ul>

<b>Critério</b>	<b>Diretrizes de planeamento e gestão</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Riscos Mistos e Tecnológicos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>As massas de água devem ser especialmente protegidas contra acidentes graves de poluição, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos e dos ecossistemas, bem como a segurança de pessoas e bens</li><li>Fiscalização a equipamentos e técnicas de manuseamento dos produtos perigosos e dos equipamentos associados</li><li>Fiscalização aos meios de controlo de fugas e de prevenção de riscos de poluição</li><li>Fiscalização aos meios de minimização dos acidentes de poluição</li><li>Elaboração e revisão de relatórios de segurança</li><li>Elaboração e revisão de planos de emergência internos e externos</li><li>Realização de exercícios de simulação</li></ul>

## **5.3. Governança (FCD 3)**

### **5.3.1. Análise de tendências e SWOT**

O fator crítico de decisão “Governança” tem como objetivo avaliar o contributo do POC para a gestão da orla costeira e para uma política de boa governança. Neste contexto, são abordados, através da análise de um conjunto de indicadores, o critério de avaliação Governança e os seguintes objetivos:

- Analisar a capacitação para a gestão da orla costeira;
- Analisar o incentivo ao envolvimento público na gestão do litoral.

Segue-se a identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa.

Quadro 18 – Governança (FCD 3): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<b>Critério: Governança</b>			
<b>Objetivo:</b> Analisar a capacitação para a gestão da orla costeira			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação das entidades com responsabilidades na gestão da orla costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DHV et al. (2012)</li> <li>NEMUS et al. (2012)</li> <li>APA (2015)</li> <li>ICNF (2015)</li> <li>BIODESIGN (2010)</li> <li>NEMUS &amp; CONSULMAR (2015a)</li> <li>NEMUS &amp; CONSULMAR (2015b)</li> <li>Gabinete de ordenamento do território, Administração da Região Hidrográfica do Tejo (2009)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A <u>articulação das entidades tem vindo a ser promovida principalmente nas fases de ordenamento e de planeamento da gestão</u>, sob a forma de comissões técnicas / de acompanhamento dos planos de ordenamento da orla costeira e de áreas protegidas e, recentemente, dos PGRH do Tejo e entre Sado e Mira, envolvendo principalmente a autoridade regional da água, o ICNF e os municípios</li> <li>Nestas fases, a efetiva articulação das entidades não terá sido sempre atingida, com os POOC a serem realizados num instante (1998-2003) em que não estava ainda definido ou concretizado o enquadramento estratégico das diversas entidades envolvidas (com documentos estruturantes a surgirem apenas posteriormente, como a Lei da Água, Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, PROT, entre outros) e não haviam sido realizados os planos de ordenamento das áreas protegidas (PN da Arrábida e do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e RN das Lagoas de Santo André e da Sancha e do Estuário do Sado)</li> <li>A <u>articulação das entidades na fase de implementação da gestão da orla costeira é considerada como insuficiente</u>, apontando-se como uma das causas para a ausência de execução de 50% das ações dos POOC (ver Balanço da Implementação do POOC)</li> <li>Para esta situação contribuem diversos fatores: a diversidade de entidades envolvidas, a falta de compatibilização entre instrumentos de gestão territorial, falta de canais de comunicação entre entidades, a indefinição de competências na gestão costeira e a influência de aspetos intrínsecos à orla costeira (ex. interseção de abordagens macro e micro escala). <b>Realçam-se os problemas de</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A manutenção de diversos POOC para o setor costeiro Espichel-Odeceixe, incompatibilidades entre os POOC e outros instrumentos de gestão territorial, bem como indefinição de competências das várias entidades intervenientes, deverá conduzir à manutenção de uma articulação deficiente entre as entidades, penalizando a capacitação para a gestão costeira (-)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>compatibilidade entre os POOC e os PDM, que travaram a implementação de UOPG, causando atrasos e perda de verbas</li> <li>Na implementação dos POOC é de assinalar também a <u>ausência de articulação com as autoridades portuárias dos portos de Setúbal e Sesimbra e do porto de Sines</u>, uma vez que as áreas sob jurisdição portuária foram excluídas do ordenamento efetuado</li> <li>Regista-se nos últimos anos <u>um aumento da articulação de entidades por via da implementação dos PGRH do Tejo e de entre Sado e Mira</u>, através da concertação da atuação num conjunto de medidas direcionadas para a gestão costeira</li> </ul>	
<p><b>Critério: Governança</b>  <b>Objetivo:</b> Analisar o incentivo ao envolvimento público na gestão do litoral</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Meios de divulgação de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DHV et al. (2012)</li> <li>NEMUS et al. (2012)</li> <li>APA (2015)</li> <li>ICNF (2015)</li> <li>Câmara municipal de Setúbal (2015)</li> <li>Câmara municipal de Sesimbra (2015)</li> <li>Câmara municipal de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A <u>APA / ARH do Alentejo</u> faz a divulgação de informação relativa à gestão da orla costeira <u>por 3 meios: Internet</u>, para a divulgação de instrumentos de ordenamento, planeamento e gestão como os POOC e os PGRH do Tejo e PGRH entre Sado e Mira e de informação relativa às águas balneares costeiras (perfis, identificação e qualidade e lista de praias com Bandeira Azul) e projetos referentes à orla costeira; <u>reuniões / sessões de participação pública</u> (por exemplo, sessões de divulgação e discussão dos POOC, PGRH); o <u>Programa Eco-Escolas</u></li> <li>Em <u>situações ocasionais</u>, de episódios de poluição de curta duração e situações anormais com repercussões na qualidade das águas balneares, a APA efetua a <u>informação ao público no local das águas balneares</u></li> <li>O <u>ICNF</u> faz a divulgação de informação relativa à gestão da orla costeira geralmente por <u>4 meios: Internet</u>, para a divulgação de instrumentos de ordenamento e gestão (planos de ordenamento de áreas protegidas); <u>reuniões / sessões de participação pública</u> (por exemplo, sessões de divulgação e discussão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção do número (4) de meios de divulgação de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira (0)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
	<p>Grândola (2015)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara municipal de Santiago do Cacém (2015)</li> <li>• Câmara municipal de Sines (2015)</li> <li>• Câmara municipal de Odemira (2015)</li> </ul>	<p>dos planos de ordenamento); o <u>Programa Eco-Escolas</u> e <u>material informativo e didático</u> relativo a ambiente marinho e costeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As <u>câmaras municipais</u> fazem a divulgação através da <u>Internet</u> de planos municipais de ordenamento de território, com incidência na gestão da orla costeira, bem como da qualidade da água balnear; <u>reuniões /sessões de participação pública</u> (por exemplo, sessões de divulgação e discussão dos planos municipais de ordenamento do território)</li> </ul>	

Quadro 19 – Análise SWOT referente à Governança (FCD3)

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de mecanismos para o envolvimento e articulação de entidades gestoras nos processos de decisão de planeamento, ordenamento e na gestão da orla costeira</li> <li>Existência de alguns meios de divulgação de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira, promovendo o envolvimento do público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deficiente articulação entre entidades gestoras da orla costeira</li> <li>A articulação entre entidades gestoras é promovida principalmente nas fases de planeamento / ordenamento e não na implementação da gestão</li> <li>Existência de diferentes POOC para o setor costeiro Espichel - Odeceixe, com potenciais problemas de compatibilidade no ordenamento que dificultam a gestão posterior</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>Compatibilização dos planos de gestão da orla costeira com outros instrumentos de gestão do território e com políticas/estratégias das diversas entidades gestoras</li> <li>Revisão dos POOC com a criação de um POC único para todo o setor costeiro Espichel - Odeceixe, compatibilizando a gestão dos vários subsectores de orla costeira com a delimitação da região hidrográfica estabelecida pelo PGRH elaborado para a RH6 e com a Lei da Água e incrementando a capacitação para gestão</li> <li>Criação de oportunidades de participação do público no processo de desenvolvimento e implementação de um novo POC</li> <li>Aumento do número de meios de divulgação de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fraca participação pública nos processos de decisão de gestão da orla costeira</li> </ul>

### 5.3.2. Oportunidades e riscos

No **Quadro 20** identificam-se os efeitos significativos potencialmente associados ao POC no que se refere ao FCD “Governança”, relacionando-os com os Objetivos Ambientais Relevantes anteriormente identificados. São também avaliados, em associação a cada um dos objetivos, as oportunidades e os riscos decorrentes da implementação do POC e propostas medidas específicas para lidar com essas contingências.

Quadro 20 – Governança (FCD3): tendências de evolução com o programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Governança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar a capacitação para a gestão da orla costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de um POC único para setor costeiro Espichel-Odeceixe deverá promover maior articulação entre as entidades com responsabilidades de gestão (++)</li> <li>Compatibilização do POC com os outros IGT e com enquadramento estratégico definido (nomeadamente a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira e os Planos Regionais de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo) permitirá a melhoria da capacitação para a gestão da orla costeira (++)</li> <li>Identificação e programação de medidas de gestão no POC envolvendo diversas entidades competentes para a gestão e implementação de um Quadro de Governança do POC destinado ao fomento da capacidade de articulação entre entidades poderá facilitar a articulação das diferentes entidades (++)</li> <li>Manutenção de alguns problemas de articulação entre entidades, caso não sejam criados novos canais de comunicação entre entidades ou seja efetuada uma readequação de canais existentes (0)</li> <li>Alargamento do planeamento às áreas de jurisdição portuária poderá aumentar a capacitação para a gestão da orla costeira, caso a articulação com as autoridades portuárias seja bem-sucedida (+)</li> <li>A adoção pelo POC do princípio da subsidiariedade poderá facilitar a articulação das entidades com competências na gestão costeira (+)</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar o incentivo ao envolvimento público na gestão do litoral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A concretização das medidas de sensibilização previstas no programa, nomeadamente o reforço da informação pública de sinalização das faixas e áreas de risco e a adoção de um modelo de sinalética uniforme do risco, a colocação de painéis informativos de divulgação de valores naturais e paisagísticos, o conjunto de medidas de divulgação do património cultural (Carta Arqueológica Subaquática, percursos subaquáticos, ações de educação patrimonial) e a articulação de entidades para a divulgação de dados de monitorização da qualidade da água no portal do SNIRH, levará a um aumento do número de meios de divulgação da informação de gestão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O desenvolvimento de medidas de sensibilização previstas no programa, nomeadamente o reforço da informação pública de sinalização das faixas e áreas de risco e a adoção de um modelo de sinalética uniforme do risco corresponderá a um pequeno aumento do número de meios de divulgação de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira. Poderá assim originar-se um aumento, embora pouco significativo, do envolvimento público na gestão da orla costeira (0/+)</li> </ul>



(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

<b>Critério</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)</b>	<b>Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)</b>
		e projetos relativos à orla costeira. Este incremento poderá originar aumento do envolvimento público na gestão da orla costeira (+/++)	

### 5.3.3. Diretrizes de planeamento e gestão

No âmbito deste FCD são enumeradas as seguintes diretrizes de planeamento e gestão.

Quadro 21 – Diretrizes de planeamento e gestão para Governança (FCD3)

Critério	Diretrizes de planeamento e gestão
<ul style="list-style-type: none"> <li>Governança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Considerar incluir no Quadro de Governança do POC mecanismos que facilitem a articulação de entidades na fase de implementação, tais como mecanismos de gestão adaptativa / flexível (ex. monitorização da implementação do programa que permita detetar a necessidade de alterar ou rever o ordenamento ou ações estabelecidas, medidas adaptativas de alteração/regulamentação) e novos canais de comunicação entre entidades</li> <li>As competências das entidades implementadoras do POC deverão estar claramente definidas para todas as ações contempladas no programa, evitando o conflito de competências e assegurando a sua complementaridade</li> <li>Considerar a adoção, pelas entidades envolvidas na gestão de novos meios para a divulgação junto do público, de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira</li> </ul>

## **5.4. Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD 4)**

### **5.4.1. Análise de tendências e SWOT**

Segue-se a identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa.

Quadro 22 – Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD 4): Identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência do programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<b>Critério: Emprego e atividades económicas</b>			
<b>Objetivo:</b> Avaliar o contributo para o posicionamento estratégico e capacidade competitiva da orla costeira, promovendo a geração de riqueza e a criação de emprego			
<ul style="list-style-type: none"> <li>População empregada por setor de atividade (n.º e %)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>INE (2001, 2011b)</li> <li>IEFP (2011, 2012, 2013, 2014)</li> <li>GEEME (2013)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entre 2001 e 2011, houve uma redução da taxa de emprego nos concelhos de Sesimbra, de Setúbal e de Grândola, registando-se uma tendência inversa em Santiago do Cacém, em Sines e em Odemira. Considerando que este indicador só é apresentado nos censos à população, em geral, é expetável que, em 2014 e em 2015, já se registre um aumento da taxa de emprego nos municípios do POC, por força da redução da população desempregada registada pelo IEFP e pelo INE</li> <li>No que concerne aos setores de atividade que empregam mais população, em 2013, era o <i>comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas</i> que se destaca na maioria dos municípios, exceto em Setúbal, em Sines e em Odemira. Assim, em Odemira, o setor com mais população empregada era a <i>agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</i> e nos demais concelhos (Setúbal e Sines) era a <i>indústria transformadora</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com a melhoria global do ambiente macroeconómico (com impactos no mercado de trabalho), em comparação aos últimos 5 anos, e em conjunto com as políticas de estímulo ao emprego desenvolvidas pelo XIX governo (p.e., Estágios profissionais, Programa Reativar e Contrato Emprego-Inserção), a tendência a que se assiste é a de uma progressiva diminuição da população desempregada, com reflexos no aumento da taxa de emprego. Não se registando mudanças estruturais nas economias locais, é expetável que os setores de atividade dominantes se mantenham (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas e estabelecimentos (n.º e volume de negócio)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>INE (2008, 2011)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entre 2008 e 2012, o número total de empresas e de estabelecimentos diminuiu na generalidade dos municípios face ao período homólogo. Em Sesimbra e em Setúbal, a taxa de crescimento médio anual é superior a -5,0%, mas ainda assim encontra-se ligeiramente acima da média da NUT III Península de Setúbal. Já nos concelhos da NUT III Alentejo Litoral, a taxa de crescimento médio anual é menor, em torno dos 3,2%, registando-se apenas em Odemira um valor superior à média (3,8%)</li> <li>Entre 2008 e 2012 registou-se uma redução do volume de negócios das empresas e dos estabelecimentos, de -2,2% na Península de Setúbal e de -2,8% no Alentejo Litoral Dos seis concelhos, apenas Setúbal apresentou uma taxa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A melhoria generalizada do ambiente macroeconómico nos últimos anos tem permitido atenuar as quebras no número de empresas e de estabelecimentos em atividade, bem como nos seus volumes de vendas, em comparação com o ano anterior. Assim, o que se espera é que nalguns concelhos ainda se continue a registar uma ligeira redução do número de empresas e de estabelecimentos e dos</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>média de crescimento anual positiva (6,7%), sendo que os concelhos de Sesimbra e de Sines estão associados às maiores quebras do volume de negócios (-9,7% e -3,4%, respetivamente)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2012, a repartição do volume de negócios das empresas e dos estabelecimentos por setor de atividade permite verificar um predomínio generalizado do <i>comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas</i> pela generalidade dos concelhos, com valores na ordem dos 35-45%, à exceção de Sines (onde a <i>indústria transformadora</i> é responsável por cerca de 62-66% do volume de negócio) e de Odemira (onde a <i>agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</i> representa entre 37-39% do volume de negócios)</li> <li>Note-se, adicionalmente, que estas mutações traduziram-se nalgumas tendências sobre a concentração do volume de negócios nas quatro maiores empresas de cada município: apenas em Sesimbra se regista uma redução da concentração; em Setúbal, em Santiago do Cacém e em Grândola ocorreu um reforço da concentração (neste último concelho, sobretudo entre 2010-2012); e em Sines e em Odemira não há um padrão regular ao longo da série temporal analisada</li> </ul>	<p>respetivos volumes totais de venda, mas que venham, gradualmente, a aumentar face ao ano anterior. Noutros concelhos, com maior resiliência socioterritorial, já se poderá registar um aumento do número de empresas e de estabelecimentos e/ou do volume de negócios face ao período homólogo (+)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Poder de compra <i>per capita</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>INE (2007, 2011a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entre os anos de 2007 e 2011, assistiram-se a tendências opostas nos municípios Sesimbra, Setúbal e Grândola face ao comportamento dos concelhos de Sines, Santiago de Cacém e Odemira. O primeiro grupo de concelhos reduziu o seu poder de compra <i>per capita</i>, ao passo que o segundo grupo aumentou. Note-se ainda que apenas dois municípios tiveram, em 2011, um desempenho superior à média de Portugal Continental (Setúbal e Sines), sendo que em Setúbal o poder de compra <i>per capita</i> tem vindo a decrescer (-5,7 p.p., entre 2007 e 2011) e em Sines a aumentar (9,4 p.p.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A melhoria do poder de compra da população está diretamente relacionada com questões do mercado de trabalho (p.e., quantidade de população empregada e salários praticados), pelo que o atual desempenho económico do país tem permitido reduzir os níveis de desemprego e teve também impactos na redução do salário líquido da população empregada (p.e., maior carga de impostos, redução do valor dos salários praticados e maior precariedade laboral). Neste contexto, não se esperam</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
			<p>mudanças significativas na evolução do poder de compra <i>per capita</i> (0)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferta e procura de Alojamento Turístico, por tipo'</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>INE (2013)</li> <li>Turismo de Portugal (2015)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2013, a oferta de estabelecimentos hoteleiros era distribuída da seguinte forma: 14 em Odemira; 13 em Setúbal; 10 em Grândola; 8 em Sines; 6 em Sesimbra; e 5 em Santiago do Cacém. Em comparação com o ano de 2007, em 2013 Sines manteve o mesmo número de estabelecimentos hoteleiros, ao passo que ocorreu uma redução em Santiago do Cacém (-1), em Setúbal e em Odemira (-3, em ambos) e um aumento em Grândola (4) e em Sesimbra (1). Urge referir que neste período de tempo se registaram algumas alterações associadas aos tipos de estabelecimentos hoteleiros existentes, em que as pensões, as estalagens, as pousadas e os motéis têm vindo a perder expressividade, ao passo que os hotéis, os hotéis-apartamentos, os aldeamentos turísticos e os apartamentos turísticos têm vindo a aumentar. Esta questão relaciona-se com uma maior qualificação do turismo e tem impacto nos públicos-alvo e no contributo que esta atividade pode dar às economias locais</li> <li>De acordo do Turismo de Portugal, em Março de 2015, a capacidade de alojamento nos municípios do POC é de 7.139 pessoas, destacando-se com os maiores valores Grândola (2.594), Setúbal (1.638) e Sesimbra (1.525). Adicionalmente, existem ainda 21 parques de campismo (6 privados, com capacidade para 2.145 pessoas; 15 públicos, com capacidade para 12.075 pessoas). Apenas em Sines e em Odemira não há parques de campismo privados, sendo que, em relação aos públicos, o mesmo se sucede em Setúbal, em Grândola e em Santiago do Cacém</li> <li>No que concerne às dinâmicas da procura, em 2013, a taxa líquida de ocupação de camas nos estabelecimentos hoteleiros era maior nos concelhos de Sesimbra e de Setúbal (35,6% e 33,1%, respetivamente) do que nos municípios do Alentejo que integram a área do POC (os valores oscilam entre os 19,2%, em Santiago do Cacém, e os 23,8%, em Odemira e Santiago do Cacém). Face aos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O turismo é um dos setores de atividade com maior dinamismo na economia portuguesa nos últimos anos. Do lado da oferta é expetável que o número de estabelecimentos hoteleiros venha a aumentar, dado que existem vários projetos em análise no Turismo de Portugal, alguns dos quais já aprovados (vide o indicador “Investimentos turísticos em curso ou previstos”). Já do lado da procura é expetável, à semelhança do que se preconiza pela última versão do PENT, que se registre um aumento de turistas, bem como do número médios da estada e dos proveitos totais gerados (++)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>valores de 2007, regista-se, em 2013, uma descida da taxa líquida de ocupação de camas nos estabelecimentos hoteleiros nos seis concelhos do POC, entre os -2.2 p.p. e os -8,2 p.p. A proporção de hóspedes estrangeiros era, em 2013, maior em Sesimbra e em Setúbal (44,0% e 32,4%, respetivamente), sendo que nos demais concelhos variam entre os 15,5% (Grândola) e 26,1% (Sines)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Intensidade turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Calculado a partir dos dados do INE (2011b, 2013)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A análise da intensidade turística (i.e., rácio entre o número de dormidas e a população residente) demonstra que, em 2013, os concelhos de Grândola (1,23), de Sines (0,39) e de Sesimbra (0,24) são os que têm maior intensidade turística, em oposição a Setúbal (0,18), a Odemira (0,16) e a Santiago do Cacém (0,11). Comparando os valores mais recentes com os de 2007, o maior destaque vai para Grândola (mais 0,94 de intensidade turística). Sesimbra é, além de Grândola, o único concelho que aumenta a intensidade turística (0,03). As maiores perdas de intensidade turísticas registam-se em Odemira (-0,10), em Sines (-0,08) e em Santiago do Cacém (-0,06). De acordo com a metodologia proposta pela Comissão Europeia (1993) e em função dos resultados de 2013, todos os concelhos tem um <i>turismo sustentável</i>, exceto Grândola, que se integra na categoria de <i>turismo pouco sustentável</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com o esperado aumento do número de dormidas e de turistas, é expetável que a intensidade turística também venha a aumentar, designadamente nos destinos turísticos que estão mais consolidados (Sesimbra e Setúbal) ou nos polos turísticos mais recentes/emergentes (p.e., Grândola) (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimentos turísticos em curso ou previstos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Turismo de Portugal (2015)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nos municípios abrangidos pelo POC estavam, em Março de 2015, contemplados 78 projetos turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal, que totalizam 20.781 novas camas e reforçam a disponibilidade para receber mais 2.090 campistas. Odemira é o concelho com mais projetos turísticos com parecer favorável (27), seguido de Grândola (22), Sesimbra (14), Sines (8), Santiago do Cacém (5) e Sesimbra (2). A maioria destes projetos corresponde a aldeamentos turísticos, a apartamentos turísticos, a hotéis e a hotéis-apartamento, em todos os casos de 4 ou de 5 estrelas. Estavam também propostos 17 campos de golfe (9 em Sesimbra, 5 em Grândola e 3 em Odemira) e 8 projetos de interesse nacional (PIN) (5 em Grândola, 2 em Odemira e 1 em Sesimbra). Na área do POC, tendo a mesma data de referência, apenas existiam</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sendo o turismo considerado pelos três últimos governos constitucionais como um pilar importante da economia portuguesa (o que levou à criação e à posterior revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo - PENT), é expetável que nos próximos anos exista uma aposta em projetos turístico, designadamente de gama alta (4 e 5 estrelas). Os maiores investimentos concentrar-se-ão em maior número e em maior valor económico-financeiro nos</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>22 projetos turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal, 2 campos de golfe e 2 PIN</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Contudo, o facto de existirem projetos turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal não significa que eles venham efetivamente a ser desenvolvidos, em especial num contexto como o da atual crise económica. Sobretudo na costa alentejana, alguns destes projetos estão suspensos ou as empresas promotoras estão insolventes</li> </ul>	<p>concelhos do Alentejo, uma vez que o turismo aí é uma atividade (relativamente) emergente (+)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Produtos turísticos estratégicos e valências existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Turismo de Portugal (2013)</li> <li>PROT Lisboa e Vale do Tejo</li> <li>PROT Alentejo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com base no PENT e nos PROT vigentes é possível identificar o estado de desenvolvimento de diferentes produtos turísticos nos 6 concelhos do POC: <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Sol e Mar</u>: estratégico e consolidado; a beneficiar da mais-valia associada à construção de novos estabelecimentos hoteleiros (p.e., de Grândola e de Santiago do Cacém) e da requalificação de outros (p.e., de Sesimbra e de Setúbal)</li> <li><u>Touring</u> (cultural e paisagístico): estratégico, mas em fase de consolidação; para desenvolver como complemento de outros produtos turísticos em concelhos com maior tradição turística (sobretudo, na Arrábida e no litoral alentejano)</li> <li><u>City Break</u>: não é relevante e não tem expressão</li> <li><u>Turismo de Negócio</u>: tem pouca expressão, sendo, eventualmente, maior nos concelhos de Sesimbra e de Setúbal</li> <li><u>Turismo de Natureza</u>: existem várias atividades no âmbito do turismo de natureza (p.e., surf, rotas vicentinas, o percurso Chã dos Navegantes e atividades lúdicas de outdoor), que fazem deste produto um complemento de outros produtos turísticos, designadamente do Sol e Mar e do Touring; ainda assim, trata-se de um produto turístico em consolidação</li> <li><u>Golfe</u>: tem pouca relevância (atuando sobretudo numa lógica de integração com outros produtos turísticos), existindo campos em exploração e vários projetos propostos ao Turismo de Portugal</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>De acordo com os principais documentos e estatísticas que versam sobre o turismo, é expeável que os seguintes produtos turísticos (+): <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Reforcem a sua importância</u>: Sol e mar; <u>Touring</u> (cultural e paisagístico); Golfe; Turismo de Natureza; Náutica e Cruzeiros</li> <li><u>Mantenhm a sua importância</u>: <u>Resorts/Turismo Residencial</u>; Gastronomia e vinhos</li> <li><u>Continuem sem expressão</u>: <u>City Break</u>; Turismo de Negócio; Saúde e bem-estar</li> </ul> </li> </ul>



(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Resorts/Turismo Residencial</u>: estratégico e em consolidação; a beneficiar da mais-valia associada à construção de novos estabelecimentos hoteleiros, em especial nos municípios de Grândola e de Santiago do Cacém</li> <li>- <u>Saúde e bem-estar</u>: não é relevante e não tem expressão</li> <li>- <u>Gastronomia e vinhos</u>: estratégico e consolidado; para desenvolver como complemento de outros produtos turísticos</li> <li>- <u>Náutica e Cruzeiros</u>: tem pouca expressão, mas existem algumas iniciativas e potencialidades, associadas a estruturas náuticas existentes; no litoral alentejano há ainda condições para o desenvolvimento de práticas de náutica desportiva</li> </ul>	
<p><b>Critério: Uso do solo</b>  <b>Objetivo: Avaliar a adequação dos usos e atividades às características do troço costeiro</b></p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução dos usos de solo dominantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IGP (2006)</li> <li>• NEMUS &amp; CONSULMAR (2015b)</li> <li>• Turismo de Portugal (2015a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De acordo com os dados da Corine Land Cover (CLC), em 2006, na área de intervenção do POC, os usos do solo repartiam-se, por grandes grupos, do seguinte modo: 71,9% de florestas e meios naturais e seminaturais; 18,5% de áreas agrícolas e agroflorestais; 9,6% de territórios artificializados. Face ao ano de 2000, regista-se um aumento de 0,3 p.p. nos territórios artificializados e de 0,1 p.p. das florestas e meios naturais e seminaturais, ao passo que as áreas agrícolas e agroflorestais reduziram em -0,4 p.p.</li> <li>• Uma análise mais detalhada da CLC permite verificar que, entre 2000 e 2006, se assiste a um reforço do uso do solo de florestas de resinosas (0,9 p.p.) e de culturas temporárias de regadio (0,4 p.p.) e em atividades humanas (0,2 p.p. em áreas portuárias; e 0,2 p.p. em tecido urbano descontínuo). Na situação oposta encontram-se as florestas mistas (-0,4 p.p.), a agricultura com espaços naturais e semi-naturais (-0,3 p.p.) e as pastagens permanentes (-0,2 p.p.)</li> <li>• De acordo com os levantamentos de campo efetuados pelo consórcio NEMUS &amp; CONSULMAR (2015b), três grandes alterações no uso do solo associadas a utilizações turísticas na área de estudo: novo empreendimento turístico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendendo aos últimos dois períodos de tempo bem como as projetos em curso, não são expectáveis alterações significativas na evolução dos usos de solo dominantes, nos próximos anos. (0)</li> <li>• As intervenções previstas, designadamente no que concerne aos empreendimentos turismo, estão enquadradas nas áreas determinadas nos planos municipais de ordenamento do território para esses fins (0)</li> <li>• A atividade agrícola é regulada por entidades específicas, que cumprem o estipulado nos instrumentos de gestão territorial presentes (0)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>(Carvalhal); construção de campo de golfe (Melides); e desflorestação (próximo das praias do Norte e do Canto Mosqueiro)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Nos últimos anos verifica-se um incremento da ocupação do território por estufas e estufins em áreas significativas junto ao litoral (Odemira).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenções na orla costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>NEMUS &amp; CONSULMAR (2015a)</li> <li>APA (2012)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>De acordo com o Balanço de Implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), à data de outubro de 2015, foram executadas 295 ações (de 474 inicialmente previstas; grau de execução de 62%), que se materializaram num gasto financeiro de 45.704.480€ (de 48.707.844€ inicialmente previstos; grau de execução de 94%). Destas 295 ações executadas, 195 correspondem a intervenções em praias com planos de praia (representam um grau de execução de 60%), 12 correspondem a unidades de planeamento e gestão (representam um grau de execução de 36%) e 88 correspondem a outras ações, na esmagadora maioria dos casos a imprevistos e pequenas intervenções (grau de execução de 81%). Note-se ainda que não foram realizadas quaisquer intervenções previstas para praias sem planos de praia</li> <li>Analisando o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015 (PAPVL) identificaram-se 11 medidas que não constavam no balanço acima referido, das quais 4 foram executadas totalmente ou encontram-se atualmente em execução (1 na categoria defesa costeira e zonas de risco e 3 na de planos de intervenção e projetos de requalificação Polis) e 4 foram executadas parcialmente (1 na categoria defesa costeira e zonas de risco e 3 na de planos de intervenção e projetos de requalificação Polis)</li> <li>Em 2017 foi aprovado o Plano de Ação do Litoral XXI (PAL XXI), que atualiza e substituiu o PAPVL. Entretanto foram concluídas as ações que em 2015 se encontravam em curso e executadas mais um conjunto de intervenções e projetos, acrescentando 14 operações, no âmbito da defesa costeira (incluindo recuperação e proteção dunar), da responsabilidade da APA, IP, sociedade Polis LSW e 4 relacionadas com intervenções de requalificação de praias e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No contexto das ações prioritárias está prevista a curto/médio prazo a execução das empreitadas de estabilização das arribas das praias da Samouqueira/Serro de Águia e Ilha do Pessegueiro no concelho de Sines e do Portinho de Pesca das Azenhas do Mar em Odemira.</li> <li>Na próxima revisão do PAL XXI serão incluídas as ações novas identificadas pelo POC EO.</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>infraestruturas de apoio a pesca artesanal, implementadas pela Sociedade Polis LSW e pelos Municípios de Setúbal e Grândola.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Não foram consideradas as intervenções relacionadas com os efeitos dos temporais</li></ul>	

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<b>Critério: Domínio hídrico</b> <b>Objetivo:</b> Verificar o cumprimento legal dos usos e ocupações no domínio hídrico (DH)			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conflitos legais identificados no DPM (n.º/concelho)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterização – Volume III</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relativamente às construções no Domínio hídrico existentes na área do POC, definidas com base na LLM (fornecida pela APA), é possível identificar um total de 360 construções, estando englobadas neste valor apenas as construções existentes fora das áreas de jurisdição portuária e das áreas urbanas ou urbanizáveis inseridas nos perímetros urbanos definidos nos PDM/PU dos 6 concelhos abrangidos pelo POC Espichel-Odeceixe</li> <li>Em relação à distribuição das 360 construções identificadas no DPM pelos 6 concelhos que abrangem a área de estudo do POC, Grândola é aquele que apresenta maior número de construções (100), seguindo-se os concelhos de Odemira (93), Setúbal (49), Santiago do Cacém (48), Sesimbra (44) e Sines (26)</li> <li>Relativamente às tipologias de ocupações existentes no DPM, é possível identificar 15 apoios de praia, 2 infraestruturas, 13 lotas de pesca e pequenos portos, 19 ruínas e 311 elementos correspondentes à categoria de outras construções. Ao total, as tipologias anteriores encontram-se distribuídas pelos 6 concelhos que abrangem a zona de estudo, tendo-se a seguinte distribuição por concelho:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Sesimbra: 1 apoio de praia; 4 ruínas (duas das quais correspondentes a abrigos de antigas armações de pesca, designados por Calhau da Cova e Cozinhadouro); e 39 elementos classificados como outras construções;</li> <li>Setúbal: 3 apoios de praia, 5 ruínas e 41 outras construções;</li> <li>Grândola: 6 apoios de praia; 5 ruínas e 89 outras construções;</li> <li>Santiago do Cacém: 1 apoios de praia; 1 ruína e 46 outras construções;</li> <li>Sines: 3 apoios de praia e 23 outras construções;</li> <li>Odemira: 1 apoio de praia; 2 infraestruturas; 13 lotas de pesca e pequenos portos; 4 ruínas e 73 outras construções</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação das medidas previstas para resolução dos conflitos no DPM (+)</li> <li>Realização de ações de demolição em apoios e equipamentos localizados no DPM, nomeadamente de alguns restaurantes localizados na praia de Almogrove (+)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>No que respeita às construções inseridas na categoria de outras construções, existe uma pequena fração que corresponde a restaurantes associados às praias (6,4%), os quais se encontram licenciados pela APA/ARH do Alentejo. No total estes 21 restaurantes encontram-se distribuídos pelos seguintes concelhos: Setúbal (4); Grândola (2); Santiago do Cacém (1); Sines (5) e Odemira (9)</li> <li>Os 15 apoios de praia identificados no Domínio Hídrico encontram-se licenciados pela APA/ARH</li> <li>Para as restantes construções não é possível aferir a legalidade das mesmas, dado não terem sido recebidas informações relativas ao licenciamento por parte de outras entidades</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas para resolução de conflitos relacionados com o DPM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>POOC Sado-Sines</li> <li>POOC Sines-Burgau</li> <li>POOC Sintra-Sado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os POOC em vigor preveem um conjunto de intervenções, sobretudo nas praias, que visam a reposição das situações de ilegalidade identificadas (nomeadamente construções existentes nas praias), tendo parte dessas intervenções sido realizadas no contexto da requalificação das praias</li> </ul>	

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Utilização balnear</b>  <b>Objetivo:</b> Avaliar a promoção do potencial de utilização balnear</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas balneares classificadas (n.º e tipo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterização – Volume 3 da fase 2 – julho 2015</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Das 78 praias existentes na área de intervenção do POOC a grande maioria (84,6%) encontra-se classificada, com a seguinte distribuição por tipologia: 3 praias do tipo I, 15 praias do tipo II, 14 praias do tipo III, 20 praias do tipo IV, 13 praias do tipo V, e 1 praia do tipo VI. As praias não classificadas somam um total de 12 e correspondendo a 15% do total</li> <li>31 das 66 praias classificadas possuíam classificação de águas balneares em 2014 (3 praias do tipo I, 11 do tipo II, 15 do tipo III e 2 do tipo IV). No que diz respeito ao número de praias balneares que ostentavam bandeira azul no mesmo ano, este número é ligeiramente inferior, existindo 19 (2 praias do tipo I, 9 praias do tipo II e 8 praias do tipo III)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se espera que ocorram alterações relativamente ao número e tipo de praias balneares inseridas na área de intervenção do POC Espichel-Odeceixe (0)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Requalificação de espaços balneares e de frentes marítimas urbanas (n.º e tipo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Balanço da implementação do POC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram realizadas, no âmbito dos POOC em vigor, intervenções em todas as praias balneares existentes no troço Espichel-Odeceixe com exceção de Galapinhos, contabilizando-se um total de 195 intervenções em praias balneares</li> <li>As 195 intervenções realizadas podem ser agrupadas nas seguintes tipologias: acessos, transportes públicos e estacionamento; requalificação de sistemas naturais; minimização de risco; intervenções relativas a apoios/equipamentos; intervenções na categoria de estudos, projetos e medidas de valorização, entre outras</li> <li>As intervenções efetuadas em frentes marítimas urbanas, coincidem com as intervenções efetuadas para as praias balneares inseridas em ambiente urbano, tendo sido realizadas nas frentes marítimas urbanas de Sesimbra, Sines e Zambujeira do Mar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se que venham a ser executadas as intervenções que se encontram previstas nos POOC em vigor e que não foram, até ao momento, realizadas (+)</li> <li>Relativamente às frentes marítimas urbanas, prevê-se a realização de um conjunto de intervenções previstas no programa Polis Litoral Sudoeste com incidência sobretudo a sul de Sines, nomeadamente no Portinho de Porto Covo, e em Odemira (Vila Nova de Milfontes e Zambujeira do Mar) (+)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Licenças ou concessões em</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>APA (comunicação escrita)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na zona de estudo existe um total de 32 praias balneares, sendo que 59% destas (19 praias), apresentam estruturas de apoio à praia licenciadas pela APA (1 do tipo I, 8 do tipo II e 10 do tipo III)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se que o aumento de licenças em praias balneares ocorra em função da implantação de novos apoios de praia (+)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p>praias balneares</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>No que diz respeito à distribuição das licenças/concessões da APA pelas praias balneares existentes na área de intervenção do POC (33 licenças), verifica-se o seguinte: 49% (correspondentes a 16 licenças/concessões) encontram-se em praias do tipo II; 42% encontram-se atribuídas em praias do tipo III (14 licenças/concessões) e 9% em praias do tipo I (3 licenças/concessões)</li> <li>Relativamente às praias balneares que não apresentam estruturas de apoio à praia licenciadas pela APA (13 praias), estas são maioritariamente do tipo III (Portinho da Arrábida, Galapinhos, Galapos, Samouqueira, Ilha do Pessegueiro e Malhão sul), verificando-se ainda 5 praias do tipo II (Troia-Bico das Lulas, Norte (guia), Norte (canto mosqueiro), Morgavel e Farol) e 2 praias do tipo I (Franquia e Zambujeira do mar)</li> </ul>	

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
<p><b>Critério: Recursos marítimos</b>  <b>Objetivo: Avaliar a valorização dos recursos marítimos endógenos</b></p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização dos recursos pesqueiros e aquicultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Docapesca</li> <li>INE</li> <li>POEM</li> <li>ENGIZC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2014, Sesimbra registou um volume de pescado total de 17.678 toneladas (crescimento a uma taxa média anual de 8,1 % entre 2010 e 2014), tendo esta variável aumentado entre 2010 e 2013, e sofrido uma contração em 2014. Já o valor anual de transação, neste mesmo ano, era de 22.164.991 € (taxa média de crescimento anual de 2,4% para o período de 2010 a 2014), tendo aumentado entre 2010 e 2012, e contraído deste então. Em Setúbal estas duas variáveis cresceram entre 2010 e 2011 tendo contraído desde então, apresentando em 2014 valores de 1.945 toneladas para o volume total de peixe pescado e 4.371.459 € para o valor de transação. As taxas de crescimento médio anual entre 2010 e 2014 são diferentes para as duas variáveis (-15,4% para o volume total de peixe pescado e -6.1% para o valor de transação). Em Sines, em 2014, o volume de pescado e o valor anual de transação eram de, respetivamente, 7.356 toneladas e 10.967.274 €, registando-se no período de 2010 a 2014, uma taxa de redução média anual de 5,7% no primeiro e 7,1% para o segundo</li> <li>No que diz respeito à prática da pesca propriamente dita, predominam, ao longo de toda a faixa costeira do POC, as atividades de pesca por arrasto e de pesca polivalente</li> <li>Em relação à aquicultura, não há dados estatísticos que suportem uma análise quantitativa para a área do POC. Os dados existentes para Portugal continental e para as NUT II Lisboa e Alentejo demonstram que a produção dos estabelecimentos de aquicultura, tanto em toneladas como em milhares de euros, apresenta um padrão de evolução irregular, sobretudo desde 2010</li> <li>No que diz respeito às estruturas aquícolas existentes, destaca-se o concelho de Sines, no qual existem algumas estruturas flutuantes e várias áreas de captação e rejeição de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na ausência de programa espera-se que ocorra a manutenção da pressão exercida pela pesca, o que se refletirá na manutenção dos níveis de captura atuais (0)</li> <li>Espera-se também a manutenção da situação atual no que respeita às espécies pescadas (0)</li> <li>No que diz respeito à prática da aquicultura na zona de estudo, esta deverá seguir a tendência verificada a nível nacional, sendo expectável que ocorra a sua expansão em vários contextos (estuarino, lagunar e em mar aberto) (+)</li> </ul>



(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Salia-se ainda o facto de existirem na área de estudo 5 zonas com elevado potencial para a prática aquícola, ao longo das faixas costeiras dos seguintes concelhos: Sesimbra, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos minerais / gestão de sedimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carta dos Sedimentos Superficiais da Plataforma Continental Portuguesa, folhas nº 5 e 6 (2005 e 1986, respetivamente), do IH</li> <li>GTL (2014)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As cartas sedimentológicas da plataforma continental, que incluem a área em análise, estão publicadas e foram feitas com base em amostragens de 1967 a 1987</li> <li>Não existe registo da exploração de recursos minerais em zonas submersas da área em análise, com exceção das dragagens feitas pelos portos</li> <li>A partir de 2006, com a publicação da Lei n.º 49/2006, de 29 de agosto, foi estabelecido que a extração e dragagem de areias, quando efetuada a uma distância de até 1 km para o interior a contar da linha de costa e até 1 milha náutica no sentido do mar, se teria que destinar a alimentação artificial do litoral, para efeitos da sua proteção</li> <li>No entanto, atualmente, devido a uma leitura desarticulada da legislação, muitas vezes os sedimentos de classe 2 (de acordo com a Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro) não são usados na alimentação artificial do litoral, para efeitos da sua proteção. Pelo mesmo motivo, acontece também utilizar-se o conceito de “granulometria compatível com a praia recetora” para impedir a utilização de material dragado para efeitos de proteção costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se uma necessidade crescente do uso dos recursos minerais submersos para a alimentação das praias (-)</li> <li>Com base na gestão atual dos sedimentos, existe desperdício dos materiais dragados pelos portos que nalguns casos específicos não são usados para a realimentação artificial do litoral (-)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Exploração de combustíveis fósseis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>POEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No que concerne aos recursos petrolíferos, todo o território de Portugal continental apresenta potencial de exploração e de produção. Nos últimos anos várias empresas/consórcios têm realizado estudos, prospeções e a aquisição de dados geofísicos, de modo a aferir a rentabilidade para o desenvolvimento destas atividades</li> <li>Existem duas áreas concessionadas (para exploração de petróleo) que interseam os limites do POC (no shallow e deep offshore), abrangendo os limites dos concelhos de Setúbal, Sesimbra, Grândola e Santiago do Cacém.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encontra-se prevista a aquisição de novos dados geofísicos e a realização de sondagens em áreas concessionadas/atribuídas (+)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Indicadores ou questões específicas	Fontes de Informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Tendências de evolução sem o programa (*)
		<p>Nestas áreas de concessão foram realizadas duas sondagens de pesquisa, as quais se encontram todavia fora da área de estudo do POC</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relativamente à produção verificada, apenas tem sido feita pesquisa (bastante limitada), sem que tenha ocorrido uma descoberta significativa. As concessões vigentes estão na fase de aquisição de dados e realização de estudos geológicos e geofísicos</li> </ul>	

Quadro 23 – Análise SWOT referente à Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4)

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação dos estabelecimentos turísticos (tipologia e estrelas)</li> <li>• Existência de vários atrativos e de várias potencialidades turísticas nos territórios, o que permite criar produtos turísticos diversificados (autónomos ou complementares a outros produtos turísticos), em especial nos concelhos do Alentejo Litoral</li> <li>• Boa acessibilidade rodoviária, que favorece a consolidação deste destino turístico no mercado nacional</li> <li>• Das construções identificadas no domínio hídrico, fora dos perímetros urbanos definidos no PDM/PU, parte encontra-se licenciada pela APA/ARH</li> <li>• Existência de várias praias classificadas como balneares, sendo que destas mais de metade apresenta estruturas de apoio à praia licenciadas pela APA</li> <li>• Parte das praias balneares tem projetos aprovados que contemplam a sua requalificação</li> <li>• Qualidade das praias, muitas delas galardoadas com Bandeira Azul</li> <li>• Execução de várias intervenções previstas nos POOC em vigor para todas as praias balneares existentes no troço Espichel-Odeceixe</li> <li>• A atividade piscatória representa um papel importante, do ponto de vista social e económico, para as comunidades existentes na área do POC</li> <li>• Existência de troços costeiros com potencial para a prática da aquicultura, compreendidos na faixa costeira entre os concelhos de Sesimbra e Odemira</li> <li>• Existência de áreas concessionadas, nas quais estão a ser realizados estudos e prospeções de recursos petrolíferos</li> <li>• Disponibilidade de potenciais manchas de empréstimo de areias compatíveis com a alimentação de praias</li> <li>• Existem cartas sedimentológicas que permitem uma primeira avaliação dos recursos sedimentares disponíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição contínua do número de empresas e de estabelecimentos, bem como do respetivo volume de negócios</li> <li>• Assimetrias territoriais no desempenho empresarial, indutor de desigualdades no desenvolvimento social e económico dos municípios</li> <li>• Distribuição geográfica do poder de compra <i>per capita</i> irregular, tendo, em 2013, a maioria dos concelhos um poder de compra inferior à média nacional</li> <li>• Maior dificuldade de atrair mercados internacionais, devido à distância aos principais aeroportos (Lisboa, Beja e Faro) e às subsequentes dificuldades/morosidade da ligação ao destino final</li> <li>• Existência de construções no domínio hídrico, fora dos perímetros urbanos definidos no PDM/PU, algumas das quais com indicação para demolição desde a vigência dos anteriores POOC</li> <li>• Existência de construções devolutas e desqualificadas no domínio hídrico, algumas das quais junto a praias</li> <li>• Existência de 13 praias balneares que não possuem estruturas de apoio à praia licenciadas pela APA</li> <li>• Não execução de algumas das intervenções previstas em algumas praias balneares</li> <li>• Potencial aquícola ainda pouco explorado</li> <li>• Desconhecem-se as reservas atuais de sedimentos submersos com características adequadas à alimentação artificial do litoral</li> </ul>

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de vários empreendimentos turísticos, alguns de considerável dimensão, propostos ao Turismo de Portugal para a área de intervenção do POC</li> <li>• Criação de produtos turísticos integrados para os turistas internacionais, aproveitando as múltiplas valências turísticas dos territórios, de forma a minorar as distâncias aos aeroportos</li> <li>• Consolidação do setor do turismo nestes territórios, tanto a nível nacional como internacional, apostando nas suas singularidades para diferenciar a oferta turística e, em simultâneo, reduzir a sazonalidade associada ao turismo de sol e mar</li> <li>• Dinamização económica e social dos territórios do POC, por via dos investimentos turísticos em curso ou previstos (p.e., redução do número de desempregados, geração de novas atividades económicas complementares e aumento do poder de compra das populações)</li> <li>• Disponibilidade para a obtenção de apoios no desenvolvimento do setor turísticos no âmbito dos quadros comunitários vigentes, designadamente o Portugal 2020</li> <li>• Tratamento das situações de construções devolutas e desqualificadas existentes no domínio hídrico</li> <li>• Regularização das situações de construções ilegais no domínio hídrico</li> <li>• Ordenamento e qualificação das praias balneares, dotando-as de boas condições para os utentes, devido à realização dos projetos já previstos e à execução de intervenções a prever no POC</li> <li>• Definição de um quadro de governança para as intervenções a prever nas praias</li> <li>• Definição de contextos de intervenção nas praias balneares mais flexíveis que os atuais POOC, permitindo uma maior adaptabilidade no tempo</li> <li>• As quotas anuais impostas pela União Europeia a várias espécies em vias de desaparecimento, poderá conduzir a uma maior sustentabilidade dos recursos piscícolas, designadamente por tentar inverter os elevados ritmos de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concorrência turística de outros territórios relativamente próximos e que têm uma oferta turística mais consolidada, em especial no que concerne ao produto de sol e mar (p.e., Linha de Cascais/Estoril e Algarve), e com acessibilidade mais direta para os turistas internacionais</li> <li>• Aumento rápido da intensidade turística em Grândola, o qual se poderá colocar em causa a sustentabilidade da atividade</li> <li>• Impactes negativos que os processos naturais e antropológicos podem ter no desenvolvimento da atividade turística (p.e., evolução das arribas, galgamentos, construções em zona de risco/não permitidas pelos IGT vigentes), se não existir uma intervenção adequada</li> <li>• Manutenção de situações de ilegalidade e de desqualificação, caso não sejam resolvidas situações de construções ilegais, devolutas e desqualificadas no domínio hídrico</li> <li>• Possibilidade de não serem executadas as intervenções previstas para as praias, caso não seja definido de forma clara o quadro de governança para a sua implementação</li> <li>• Não qualificação, infraestruturização e construção de equipamentos nas praias balneares, em função do contexto económico desfavorável do País, contribuindo para a sua utilização desordenada</li> <li>• Não adaptabilidade das intervenções a prever no POC, caso as mesmas venham a seguir modelos restritivos como os que foram adotados nos planos de praia dos POOC</li> <li>• Setor da pesca com elevada dependência de subsídios, designadamente da União Europeia</li> <li>• Quotas anuais ao volume de pesca, de várias espécies em vias de desaparecimento, definidas pela União Europeia, as quais condicionam o período de tempo em que pescadores podem exercer a sua atividade. Apesar da União Europeia conceder subsídios de manutenção aos pescadores, esta política poderá ter impactos negativos para as populações cujo sustento depende da pesca e, nalguns casos, poderá levar ao abandono da atividade</li> <li>• As explorações petrolíferas, caso ocorram, poderão condicionar o turismo e as pescas, e</li> </ul>

<p>desaparecimento de algumas espécies, como a sardinha</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de estudos em curso que caso levem à descoberta de reservas petrolíferas trarão grandes benefícios económicos para o país</li><li>• Realização de um estudo que permita conhecer as reservas submarinas de sedimentos com características adequadas para a alimentação artificial de praias</li></ul>	<p>representar uma ameaça para qualidade ambiental do litoral</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Gestão sedimentar deficiente pela leitura desarticulada da legislação</li></ul>
--	---

#### 5.4.2. Oportunidades e riscos

Em função das medidas/ações preconizadas no POC são listadas abaixo as principais oportunidades e riscos associados à sua implementação. Note-se que existem vários aspetos que são comuns a ambos os cenários. Contudo, nesses casos, algumas medidas podem ter um maior impacto no cenário 1 do que no cenário 2, devido à sua maior abrangência (p.e., o cenário 1 visa a intervenções em 38 praias, ao passo que o cenário 2 apenas contempla 14 praias; no que concerne às estratégias de mobilidade e transportes, o cenário 1 inclui quase a totalidade dos concelhos do POC, ao passo que o cenário 2 apenas se foca em Setúbal).

Quadro 24 – Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4): tendências de evolução com o programa

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Emprego e atividades económicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o contributo para o posicionamento estratégico e capacidade competitiva da orla costeira, promovendo a geração de riqueza e a criação de emprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Captação de novos investimentos, públicos e privados, que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento de atividades turísticas, contribuindo para o desenvolvimento social e económico dos territórios, bem como para a criação de emprego (+/++)</li> <li>Consolidação e qualificação do turismo do sol e mar, como consequência das dinâmicas dos empreendimentos turísticos, conjugada com as intervenções previstas nalgumas praias do POC e a formulação de novas estratégias de acessibilidade, mobilidade e transportes (+/++)</li> <li>Estimulo à consolidação de produtos turísticos na área do POC, designadamente o turismo de natureza, o turismo náutico, o turismo associado ao 'mergulho em naufrágio', e turismo cultural/patrimonial, os quais são também potenciados com um conjunto de intervenções previstos no POC (+)</li> <li>Aumento de rotas e percursos turísticos, os quais são potenciados pelas medidas/ações de proteção e requalificação de áreas naturais (+)</li> <li>Conflitos entre diferentes atividades económicas no mesmo território, causando prejuízos para algumas empresas/entidades em detrimento de outras (-)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Captação de novos investimentos, públicos e privados, que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento de atividades turísticas, contribuindo para o desenvolvimento social e económico dos territórios, bem como para a criação de emprego (+)</li> <li>Consolidação e qualificação do turismo do sol e mar, como consequência das dinâmicas dos empreendimentos turísticos, conjugada com as intervenções previstas nalgumas praias do POC e a formulação de novas estratégias de acessibilidade, mobilidade e transportes (+)</li> <li>Incapacidade de complementar a oferta turística, como disposto no PENT e nos PROT, continuando a gerar fluxos turísticos sazonais, associados a um produto turístico (sol e mar), com reflexos negativos na estrutura económica e no emprego (-/0)</li> <li>Dificuldade de operacionalizar estratégias territoriais que consigam compatibilizar as várias normas dos recursos e valores nas zonas de proteção terrestre e marítima, com impactos na oferta de produtos turísticos (-)</li> <li>Conflitos entre diferentes atividades económicas no mesmo território, causando prejuízos para algumas empresas/entidades em detrimento de outras (-/0)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a adequação dos usos e atividades às características do troço costeiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de alterações no uso do solo, em harmonia com as políticas definidas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (+)</li> <li>• Proteção de áreas com valores naturais, ecológicos e paisagísticos a preservar, atendendo às especificidades do litoral e das atividades aí desenvolvidas (+)</li> <li>• Regulação do caravanismo, reduzindo os impactes negativos que esta prática tem sobre o ecossistema, devido à forma desordenada e desregulamentada em que se tem desenvolvido nos últimos anos (+)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificação de praias (+)</li> <li>• Melhoria da mobilidade e dos transportes no acesso às praias, apenas junto às praias do concelho de Setúbal (+)</li> <li>• Ausência de novas estratégias de mobilidade e de transportes, incluindo com as empresas de transportes públicos, para as praias dos concelhos de Sesimbra, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira (-)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Domínio hídrico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar o cumprimento legal dos usos e ocupações no domínio hídrico (DH)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevê-se a regularização das situações de construções ilegais no domínio hídrico, através do tratamento das situações de construções devolutas e desqualificadas existentes neste domínio (++)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização balnear</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a promoção do potencial de utilização balnear</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ordenamento e qualificação das praias balneares, dotando-as de melhores condições para este uso, através da realização das intervenções previstas nos planos de intervenção nas praias (++)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ordenamento e qualificação das praias balneares, dotando-as de melhores condições para este uso, através da realização das intervenções prioritárias previstas nos planos de intervenção nas praias (+)</li> </ul>

(\*)Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Critério	Objetivo	Tendências de evolução com o programa Cenário 1 (*)	Tendências de evolução com o programa Cenário 2 (*)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos marítimos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a valorização dos recursos marítimos endógenos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se uma necessidade crescente do uso dos recursos minerais submersos para a alimentação do litoral (-)</li> <li>Otimização da gestão sedimentar, com aproveitamento dos dragados de classe 2 para a realimentação artificial do litoral, nomeadamente da praia submarina, desde que apresentem uma fração arenosa ou cascalhenta (+)</li> <li>Estimulo ao desenvolvimento da aquicultura na área do POC (+)</li> <li>Ausência de investimentos previstos relacionados com a pesca tradicional/industrial (-)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de investimentos previstos relacionados com a pesca tradicional/industrial e a aquicultura (-)</li> </ul>



### 5.4.3. Diretrizes de planeamento e gestão

No âmbito deste FCD são enumeradas as seguintes diretrizes de planeamento e gestão.

Quadro 25 – Diretrizes de planeamento e gestão para Utilização sustentável e competitividade da orla costeira (FCD4)

Critério	Diretrizes de planeamento e gestão
<ul style="list-style-type: none"> <li>Emprego e atividades económicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de uma agência regional para a captação de novos investimentos para os concelhos do POC, em áreas de atividade que não conflituem com as normas deste programa. Estas empresas deverão contribuir para a criação de emprego e propiciar novas oportunidades de negócio para as empresas que já estão implantadas no território, o que se consubstanciará num maior desenvolvimento, competitividade e coesão socioterritorial</li> <li>Capacitação das estruturas de nível regional (p.e., as Entidades Regionais de Turismo da Região de Lisboa e do Alentejo) para a conciliação das suas visões estratégicas, de modo a potenciar o território nestes seis concelhos, tirando partido das suas diferenças e complementaridades</li> <li>Prestação de apoio aos empresários que queiram desenvolver atividades turísticas, inclusivamente na candidatura a <i>calls</i> do Portugal 2020</li> <li>Determinação das boas práticas para a implementação de empreendimentos turísticos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção de áreas protegidas ou com elevado valor ambiental, natural e/ou paisagístico, devendo ser respeitadas os usos do solo conferidos nos respetivos planos municipais de ordenamento do território.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos marítimos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação, física e temporal, das atividades desenvolvidas em espaço marítimo, designadamente, a pesca e o turismo O estudo necessário para a definição das reservas de recursos sedimentares com potencial para a realimentação de praias e sistemas dunares deve ser equacionado e articulado à escala nacional</li> </ul>



## 6. Sumário da AAE

### 6.1. Tendências globais de evolução com e sem o POC

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese das tendências de evolução, por Fator Crítico de Decisão e por Critério de Avaliação, tendo por base a avaliação apresentada no **capítulo 5**. Neste contexto, é apresentado um balanço dos riscos e oportunidades abordados, qualitativo, que pretende dar uma ideia do quadro tendencial de evolução sem e com o POC. Refira-se que esta abordagem não se substitui à avaliação apresentada, dado que não enquadra todos os pormenores aí constantes, não devendo ser considerada isoladamente e sem a contextualização que lhe deu origem.

No quadro são apresentadas todas as tendências identificadas no **capítulo 5** para cada critério (nulas, positivas e negativas), sendo destacada a tendência de evolução que se considera mais relevante do ponto de vista da avaliação de todo o critério.

Quadro 26 – Tendências globais de evolução por FCD e por critério, com e sem o POC

Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Tendência mais relevante:

(0):  (-):  (--)  (+)  (++) 

FCD	Critério	Tendências de evolução sem o POC		Tendências de evolução com o POC – Cenário I		Tendências de evolução com o POC – Cenário 2	
		Riscos	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos	Oportunidades
<b>FCD1 - Valores naturais, paisagísticos e culturais</b>	Ecologia	(0), (--)	(0)	(0)	(+), (++)	(0)	(+), (++)
	Gestão e proteção de áreas naturais	(0), (-)	(0)	(0)	(+), (++)	(0)	(+)
	Valores paisagísticos e culturais	(0), (--)	(+), (++)	(0)	(+), (++)	(0)	(+)
	Estado das massas de água (superficiais, subterrâneas e balneares)	(0), (-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)
	Aspetos quantitativos dos recursos hídricos	(0)	(+)	(-)	(0)	(-)	(0)
<b>FCD2 - Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas</b>	Dinâmica costeira	(-), (--)	(++)	(-)	(++)	(-)	(++)
	Suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas	(0), (-), (--)	(0)	(-)	(++)	(-)	(+)
	Risco de erosão costeira em litoral arenoso	(--)	(0)	(-)	(++)	(-)	(+), (++)
	Risco de movimentos de massa	(-), (--)	(0)	(-)	(0)	(-), (--)	(0)
	Suscetibilidade a galgamentos oceânicos, e a inundações costeiras	(0), (-), (--)	(0)	(0)	(0), (+), (++)	(0)	(0), (+), (++)
	Riscos mistos e tecnológicos	(0)	(0), (+)	(0)	(0)	(0)	(0)
<b>FCD3 - Governança</b>	Governança	(0), (-)	(0)	(0)	(0), (+), (++)	(0)	(0), (+), (++)

Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco; (0) sem risco ou oportunidade

Tendência mais relevante:

(0):  (-):  (--)  (+)  (++) 

FCD	Critério	Tendências de evolução sem o POC		Tendências de evolução com o POC – Cenário 1		Tendências de evolução com o POC – Cenário 2	
		Riscos	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos	Oportunidades
<b>FCD4 - Utilização sustentável e competitividade da orla costeira</b>	Emprego e atividades económicas	(0)	(0), (+), (++)	(-)	(+), (++)	(0), (-)	(+)
	Uso do solo	(0)	(+)	(0)	(+), (++)	(-)	(+)
	Domínio hídrico	(0)	(+)	(0)	(++)	(0)	(++)
	Utilização balnear	(0)	(+)	(0)	(++)	(0)	(+)
	Recursos marítimos	(0), (-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)

A análise do quadro anterior permite verificar que, na generalidade dos FCD, as tendências de evolução com o POC, em ambos os cenários avaliados, apresentam um incremento ao nível das oportunidades suscitadas relativamente ao que acontece com as tendências de evolução sem o POC.

Este aumento é mais expressivo no caso do Cenário 1, referente à execução total, e nos FCD1 (Valores naturais, paisagísticos e culturais), FCD2 (Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas) e FCD3 (Governança), e em menor grau também no FCD4 (Utilização sustentável e competitividade da orla costeira).

Verifica-se contudo em alguns critérios do FCD1 e FCD4 nos quais a evolução das oportunidades se mantém similar ou com alterações pouco representativas com e sem a implementação do POC, nomeadamente no Cenário 2, de execução parcial, o que se relaciona em parte com o fato do POC não ter como objetivo primordial a resolução das questões analisadas (p.e. emprego, uso do solo, estado das massas de água e aspetos quantitativos dos recursos hídricos superficiais).

Ao nível dos riscos, em especial nos FCD1 e FCD2 a comparação entre as tendências de evolução com e sem o POC permite verificar uma situação genericamente mais favorável com a implementação do programa. Os FCD3 e FCD4 manifestam uma situação de manutenção global numa situação já de si neutra ou pouco relevante.

Comparando-se os cenários alternativos de execução do POC verifica-se que o Cenário 1, referente à implementação na íntegra das medidas/ações previstas no programa de execução, permite efetivamente antever um conjunto de oportunidades claramente mais relevante do que as que podem ser associadas ao cenário 2, correspondente à execução parcial das referidas medidas/ações. Tais diferenças são mais evidentes no FCD1 (ecologia, áreas naturais e valores paisagísticos e culturais, sobretudo) e FCD2 (questões ligadas à dinâmica costeira e suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas), e em menor grau também o FCD4 (domínio hídrico e uso balnear, essencialmente). Ao nível dos riscos, essencialmente pouco relevantes, a situação é sensivelmente equivalente em ambos os cenários.

## **6.2. Riscos e oportunidades do POC**

No quadro seguinte apresenta-se a síntese dos riscos e oportunidades identificados decorrentes da implementação do POC, tendo em conta a avaliação apresentada no **capítulo 5**.

Quadro 27 – Síntese de oportunidades e riscos do POC, por Fator Crítico de Decisão, Critério e Cenário

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
<b>FCDI - Valores naturais, paisagísticos e culturais</b>				
Ecologia	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O fomento da proteção dos valores naturais inseridos em áreas classificadas, com particular enfoque nos habitats prioritários</li> <li>A diminuição das áreas de ocorrência das espécies alóctones invasoras <i>Acácia</i> (<i>Acacia</i> sp.) e <i>Chorão-das-praias</i> (<i>Carpobrotus edulis</i>)</li> </ul> <p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Limitação da disseminação de outras espécies invasoras através das águas de lastro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>
Gestão e proteção de áreas naturais	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Possível incremento das áreas da RNAP e/ou Rede Natura 2000 integradas na ZMP do POC</li> </ul> <p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A melhoria do estado de conservação de áreas naturais com interesse para a conservação da natureza que não estão atualmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<p><b>(+):</b> Idêntico ao cenário 1</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
	salvaguardadas por qualquer figura de proteção			
Valores paisagísticos e culturais	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contenção da pressão exercida sobre os valores paisagísticos e culturais, salvaguardando-os da degradação e inclusivamente potenciando-os</li> <li>• Manutenção da preservação e valorização dos valores geológicos e geomorfológicos incluídos no Geocircuito e Geossítios</li> </ul> <p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção dos valores geológicos e geomorfológicos (geossítios, sítios classificados, afloramentos de elevado interesse, grutas e algares) pela definição das faixas de salvaguarda para terra e das suas normas específicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da preservação dos valores geológicos e geomorfológicos incluídos no Geocircuito e Geossítios</li> <li>• Contenção da pressão exercida sobre os valores paisagísticos e culturais, salvaguardando-os da degradação</li> <li>• Proteção dos valores geológicos e geomorfológicos (geossítios, sítios classificados, afloramentos de elevado interesse, grutas e algares) pela definição das faixas de salvaguarda para terra e das suas normas específicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>



<p>Estado das massas de água (águas superficiais, subterrâneas e balneares)</p>	<p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção e controlo da poluição do meio hídrico através da fiscalização dos usos e atividades da orla costeira</li> <li>• Potencial melhoria do estado das massas de água decorrente da reabilitação de áreas naturais degradadas não integradas em áreas classificadas</li> <li>• Possível preservação das massas de água costeiras consequente da constituição de uma rede coerente e integrada de áreas protegidas marinhas</li> <li>• Melhoria do estado das massas de água através da criação de programas e/ou projetos que assegurem a monitorização dos sistemas costeiros: dinâmicas, atividades, recursos e comunidades bióticas associadas</li> <li>• Melhoria da qualidade a água das lagoas costeiras, através de programas de avaliação da qualidade da água das lagoas costeiras</li> <li>• Melhoria da qualidade da água consequente da reabilitação de galerias ripícolas, para incremento e melhoria da conectividade ecológica</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar de condicionadas, o POC permite a prática de diversas atividades (e.g. urbano, industrial e agrícola) que poderão eventualmente reduzir a qualidade da água das diferentes massas de água</li> </ul>	<p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção e controlo da poluição do meio hídrico através da fiscalização dos usos e atividades da orla costeira</li> <li>• Potencial melhoria do estado das massas de água decorrente da reabilitação de áreas naturais degradadas não integradas em áreas classificadas</li> <li>• Implementação de medidas de saneamento básico para apoios de praia</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar de condicionadas, o POC permite a prática de diversas atividades (e.g. urbano, industrial e agrícola) que poderão eventualmente reduzir a qualidade da água das diferentes massas de água</li> </ul>
---	--	---	--	---

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de medidas de saneamento básico para apoios de praia</li> <li>Potencial melhoria do estado das massas de água decorrente da avaliação das ocupações do domínio hídrico e implementação de respetivo plano de Ação</li> </ul>			
Aspetos quantitativos dos recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam oportunidades relevantes</li> </ul>	<b>(-):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção do turismo de Sol e Mar pode aumentar as captações de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam oportunidades relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
<b>FCD2 - Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas</b>				
Dinâmica costeira	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O respeito das normas definidas para a zona terrestre de proteção costeira, para a zona marítima de proteção costeira e para as faixas de salvaguarda/risco fará com que não sejam criadas novas áreas de risco o que permitirá a diminuição da despesa pública em obras de defesa costeira</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Com o decorrer das alterações climáticas, prevê-se o aumento das tendências erosivas nas zonas costeiras genericamente, e de forma particular no litoral arenoso. Por outro lado, apesar da definição de faixas de salvaguarda, existe tendência para o incremento da ocupação da faixa costeira, potenciando também a erosão costeira de uma forma geral</li> <li>Assoreamento generalizado dos estuários e lagoas costeiras</li> <li>Aumento do risco em áreas urbanas pelo aumento da:               <ul style="list-style-type: none"> <li>exposição a fenómenos costeiros (aumento do uso de zonas de risco devido ao incremento do turismo);</li> <li>perigosidade dos fenómenos costeiros (e.g. a redução de areal numa praia devido à subida do NMM pode levar a um aumento da perigosidade ao galgamento ou pode levar ao aumento da ação erosiva sobre a base da arriba)</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
Suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tendo em conta a suscetibilidade média-baixa face aos riscos associados às alterações climáticas, e tendo em conta que a alteração da legislação e das expectativas (questões mais prementes) estão fora do âmbito deste Programa, as medidas e orientações feitas para o planeamento costeiro e informação da população permitem uma minimização do risco a curto-médio prazo</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A contínua ocupação do litoral arenoso (península de Troia e zona costeira a sul até Sines) levará ao aumento do risco</li> </ul>	<p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tendo em conta a suscetibilidade média-baixa face aos riscos associados às alterações climáticas, e tendo em conta que a alteração da legislação e das expectativas (questões mais prementes) estão fora do âmbito deste Programa, as medidas e orientações feitas para o planeamento costeiro e informação da população permitem uma minimização do risco a curto-médio prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>
Risco de erosão costeira em litoral arenoso	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Delimitação de zonas de risco associada ao litoral arenoso entre Troia e Sines</li> <li>Redução do risco costeiro em praias específicas da península de Troia</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento de ocupação do litoral entre Espichel e Odeceixe e com o aumento do risco decorrente das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente de forma considerável. Este aumento será efetivamente superior em zonas baixas e de substrato móvel - litorais arenosos</li> </ul>	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Delimitação de zonas de risco associada ao litoral arenoso entre Troia e Sines</li> <li><b>(+):</b></li> <li>Redução do risco costeiro em praias específicas da península de Troia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
Risco de movimentos de massa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam oportunidades relevantes</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento da ocupação (e do uso) no litoral entre Espichel e Odeceixe, prevê-se que o risco associado à instabilidade de vertentes aumente por toda a área</li> <li>Com o decorrer das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente, especialmente junto à crista de arribas de evolução rápida limitadas por praia (e.g. arribas do arco litoral de Troia-Sines)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam oportunidades relevantes</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Com o decorrer das alterações climáticas (e.g. subida do NMM), prevê-se que a perigosidade aumente, especialmente junto à crista de arribas de evolução rápida limitadas por praia (e.g. arribas do arco litoral de Troia-Sines)</li> </ul> <p><b>(--):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Com as atuais tendências de aumento da ocupação (e do uso) no litoral entre Espichel e Odeceixe, prevê-se que o risco associado à instabilidade de vertentes aumente por toda a área</li> </ul>
Suscetibilidade a galgamentos oceânicos, e a inundações costeiras	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Não ocupação de outras zonas costeiras onde haja suscetibilidade ao galgamento e inundação costeira</li> </ul> <p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Delimitação de zonas de risco associadas ao galgamento e à inundação costeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>
Riscos mistos e tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam oportunidades relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam oportunidades relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
<b>FCD3 – Governança</b>				
Governança	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um POC único para setor costeiro Espichel-Odeceixe deverá promover maior articulação entre as entidades com responsabilidades de gestão</li> <li>• Compatibilização do POC com os outros IGT e com enquadramento estratégico definido (nomeadamente a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira e os Planos Regionais de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo) permitirá a melhoria da capacitação para a gestão da orla costeira</li> <li>• Identificação e programação de medidas de gestão no POC envolvendo diversas entidades competentes para a gestão e implementação de um Quadro de Governança do POC destinado ao fomento da capacidade de articulação entre entidades poderá facilitar a articulação das diferentes entidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<p><b>(++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um POC único para setor costeiro Espichel-Odeceixe deverá promover maior articulação entre as entidades com responsabilidades de gestão</li> <li>• Compatibilização do POC com os outros IGT e com enquadramento estratégico definido (nomeadamente a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira e os Planos Regionais de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo) permitirá a melhoria da capacitação para a gestão da orla costeira</li> <li>• Identificação e programação de medidas de gestão no POC envolvendo diversas entidades competentes para a gestão e implementação de um Quadro de Governança do POC destinado ao fomento da capacidade de articulação entre entidades poderá facilitar a articulação das diferentes entidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A concretização das medidas de sensibilização previstas no programa, nomeadamente o reforço da informação pública de sinalização das faixas e áreas de risco e a adoção de um modelo de sinalética uniforme do risco, a colocação de painéis informativos de divulgação de valores naturais e paisagísticos, o conjunto de medidas de divulgação do património cultural (Carta Arqueológica Subaquática, percursos subaquáticos, ações de educação patrimonial) e a articulação de entidades para a divulgação pública de dados de monitorização da qualidade da água no portal do SNIRH levará a um aumento do número de meios de divulgação da informação de gestão e projetos relativos à orla costeira. Este incremento poderá originar um aumento do envolvimento público na gestão da orla costeira</li> </ul> <p>(+):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alargamento do planeamento às áreas de jurisdição portuária poderá aumentar a capacitação para a gestão da orla costeira, caso</li> </ul>		<p>(+):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alargamento do planeamento às áreas de jurisdição portuária poderá aumentar a capacitação para a gestão da orla costeira, caso a articulação com as autoridades portuárias seja bem-sucedida</li> <li>A adoção pelo POC do princípio da subsidiariedade poderá facilitar a articulação das entidades com competências na gestão costeira</li> <li>O desenvolvimento de medidas de sensibilização previstas no programa, nomeadamente o reforço da informação pública de sinalização das faixas e áreas de risco e a adoção de um modelo de sinalética uniforme do risco corresponderá a um pequeno aumento do número de meios de divulgação de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira. Poderá assim originar-se um aumento, embora pouco significativo, do envolvimento público na gestão da orla costeira</li> </ul>	

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
	<p>a articulação com as autoridades portuárias seja bem-sucedida</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A adoção pelo POC do princípio da subsidiariedade poderá facilitar a articulação das entidades com competências na gestão costeira</li> </ul>			



(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
<b>FCD4 - Utilização sustentável e competitividade da orla costeira</b>				
Emprego e atividades económicas	<p><b>(+/++):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Captação de novos investimentos, públicos e privados, que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento de atividades turísticas, contribuindo para o desenvolvimento social e económico dos territórios, bem como para a criação de emprego</li> <li>• Consolidação e qualificação do turismo do sol e mar, como consequência das dinâmicas dos empreendimentos turísticos, conjugada com as intervenções previstas nalgumas praias do POC e a formulação de novas estratégias de acessibilidade, mobilidade e transportes</li> </ul> <p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimulo à consolidação de produtos turísticos na área do POC, designadamente o turismo de natureza, o turismo náutico, o turismo associado ao 'mergulho em naufrágio', e turismo cultural/patrimonial, os quais são também potenciados com um</li> </ul>	<p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitos entre diferentes atividades económicas no mesmo território, causando prejuízos para algumas empresas/entidades em detrimento de outras</li> </ul>	<p><b>(+):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Captação de novos investimentos, públicos e privados, que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento de atividades turísticas, contribuindo para o desenvolvimento social e económico dos territórios, bem como para a criação de emprego</li> <li>• Consolidação e qualificação do turismo do sol e mar, como consequência das dinâmicas dos empreendimentos turísticos, conjugada com as intervenções previstas nalgumas praias do POC e a formulação de novas estratégias de acessibilidade, mobilidade e transportes</li> </ul>	<p><b>(-/0):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incapacidade de complementar a oferta turística, como disposto no PENT, continuando a gerar fluxos turísticos sazonais, associados a um produto turístico (sol e mar), com reflexos negativos na estrutura económica e no emprego</li> <li>• Conflitos entre diferentes atividades económicas no mesmo território, causando prejuízos para algumas empresas/entidades em detrimento de outras</li> </ul> <p><b>(-):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de operacionalizar estratégias territoriais que consigam compatibilizar as várias normas dos recursos e valores nas zonas de proteção terrestre e marítima, com impactos na oferta de produtos turísticos</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
	conjunto de intervenções previstos no POC <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de rotas e percursos turísticos, os quais são potenciados pelas medidas/ações de proteção e requalificação de áreas naturais</li> </ul>			
Uso do solo	<b>(++):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Requalificação de praias</li> </ul> <b>(+):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de alterações no uso do solo, em harmonia com as políticas definidas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território</li> <li>Proteção de áreas com valores naturais, ecológicos e paisagísticos a preservar, atendendo às especificidades do litoral e das atividades aí desenvolvidas</li> <li>Regulação do caravanismo, reduzindo os impactes negativos que esta prática tem sobre o ecossistema, devido à forma desordenada e desregulamentada em que se tem desenvolvido nos últimos anos</li> <li>Melhoria da mobilidade e dos transportes no acesso às praias, em todas a área do POC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<b>(+):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de alterações no uso do solo, em harmonia com as políticas definidas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território</li> <li>Proteção de áreas com valores naturais, ecológicos e paisagísticos a preservar, atendendo às especificidades do litoral e das atividades aí desenvolvidas</li> <li>Regulação do caravanismo, reduzindo os impactes negativos que esta prática tem sobre o ecossistema, devido à forma desordenada e desregulamentada em que se tem desenvolvido nos últimos anos</li> <li>Requalificação de praias</li> <li>Melhoria da mobilidade e dos transportes no acesso às praias, apenas junto às praias do concelho de Setúbal</li> </ul>	<b>(-):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de novas estratégias de mobilidade e de transportes, incluindo com as empresas de transportes públicos, para as praias dos concelhos de Sesimbra, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Concertação com as operadoras de transportes públicos, em função de uma nova estratégia de mobilidade</li> <li>Requalificação dos aglomerados urbanos costeiros e de núcleos piscatórios</li> </ul>			
Domínio hídrico	<b>(++):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se a regularização das situações de construções ilegais no domínio hídrico, através do tratamento das situações de construções devolutas e desqualificadas existentes neste domínio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idêntico ao cenário 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>
Utilização balnear	<b>(++):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ordenamento e qualificação das praias balneares, dotando-as de melhores condições para este uso, através da realização das intervenções previstas nos planos de intervenção nas praias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>	<b>(+):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ordenamento e qualificação das praias balneares, dotando-as de melhores condições para este uso, através da realização das intervenções prioritárias previstas nos planos de intervenção nas praias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se identificam riscos relevantes</li> </ul>
Recursos marítimos	<b>(+):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Otimização da gestão sedimentar, com aproveitamento dos dragados de classe 2 para a realimentação</li> </ul>	<b>(-):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se uma necessidade crescente do uso dos recursos</li> </ul>	<b>(+):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Otimização da gestão sedimentar, com aproveitamento dos dragados de classe 2 para a realimentação</li> </ul>	<b>(-):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prevê-se uma necessidade crescente do uso dos recursos</li> </ul>

(\*) Legenda: (+, ++) oportunidade; (-, --) risco

Critério	Cenário 1		Cenário 2	
	Oportunidades	Riscos	Oportunidades	Riscos
	<p>artificial do litoral, nomeadamente da praia submarina, desde que apresentem uma fração arenosa ou cascalhenta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estimulo ao desenvolvimento da aquicultura na área do POC</li> </ul>	<p>minerais submersos para a alimentação do litoral</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de investimentos previstos relacionados com a pesca tradicional/industrial</li> </ul>	<p>artificial do litoral, nomeadamente da praia submarina, desde que apresentem uma fração arenosa ou cascalhenta</p>	<p>minerais submersos para a alimentação do litoral</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de investimentos previstos relacionados com a pesca tradicional/industrial e a aquicultura</li> </ul>

### 6.3. Diretrizes de planeamento e gestão

Na sequência da avaliação de riscos e oportunidades, foram propostas diretrizes de planeamento e gestão (**capítulo 5**), por Fator Crítico de Decisão e por critério, com o duplo objetivo de gerir/minimizar os prováveis efeitos adversos ou riscos identificados e, simultaneamente, potenciar as oportunidades de desenvolvimento sustentável que o programa encerra.

Neste âmbito, verifica-se que as diretrizes propostas se aplicam na sua maioria à fase de gestão, posteriormente à aprovação do POC, referindo-se a questões ambientais e de desenvolvimento sustentável que podem ser consideradas no processo de implementação do POC, que permitirão trazer melhorias ao nível desse processo, bem como a outras questões que não se relacionando diretamente com o POC, são importantes do ponto de vista dos indicadores estudados, mas que não é objetivo do POC resolver.

No **Quadro 28** apresentam-se as diretrizes definidas, por Fator Crítico de Decisão.

Quadro 28 – Diretrizes de planeamento e gestão por FCD

<b>Diretrizes de gestão</b>	
<b>FCDI - Valores naturais, paisagísticos e culturais</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os habitats naturais e os valores florísticos e faunísticos associados devem ser protegidos de todas as ações promotoras de perturbação ou destruição</li> <li>• O despejo de águas de lastro e de lavagem de tanques deverá estar condicionado ao cumprimento das normas de qualidade definidas na legislação vigente, por ser um vetor crítico na disseminação no meio aquático de espécies alóctones invasoras</li> <li>• Áreas ocupadas por habitats relevantes do ponto de vista ecológico e que não estão atualmente englobadas por qualquer figura de proteção (áreas essencialmente de sistemas dunares e matos costeiros) deverão ser salvaguardadas de quaisquer usos ou atividades passíveis de afetar a sua preservação, danificar a sua composição florística e perturbar o elenco faunístico ocorrente</li> <li>• Implementar medidas promotoras de uma saudável sinergia entre a atividade turística e recreativa e a conservação dos valores paisagísticos e culturais, de forma a valorizar a primeira e a garantir a salvaguarda dos segundos</li> <li>• Para que sejam cumpridas as normas de atuação inerentes ao património, será fundamental o desenvolvimento de uma estratégia institucional requerendo o reforço de uma articulação entre ao órgão que tutela o património e as entidades municipais para que se possam alcançar os objetivos previamente definidos</li> <li>• Avaliação periódica do estado de conservação dos percursos arqueológicos subaquáticos garantido a qualidade da oferta turística bem como a preservação patrimonial</li> <li>• Assegurar em efetivo esclarecimento das populações locais sobre os valores identitários materializados no património e promover o envolvimento da população na salvaguarda dos valores patrimoniais</li> <li>• As ações de promoção de turismo na natureza devem permitir a valorização Geossítios, Sítios Classificados e outros sítios não classificados, nomeadamente afloramentos geológicos excecionais e grutas e algares, muito frequentes na costa entre Espichel e Portinho da Arrábida</li> <li>• Aumentar a rede de monitorização em ribeiras costeiras, e fiscalização de descargas indevidas nas massas de água</li> </ul>	

### Diretrizes de gestão

- Fiscalização dos usos e atividades da orla costeira, nomeadamente de descargas de efluentes domésticos, industriais e agropecuários
- Ações de sensibilização para agricultores, de boas práticas agrícolas e de aplicação de fitofármacos
- Articulação de entidades (APA, administrações portuárias, indústrias e ETAR) na divulgação dos dados da monitorização da qualidade da água na respetiva divulgação no portal SNIRH
- Os estudos para avaliar a necessidade de requalificação/valorização de habitats prioritários devem ter em consideração o estado das massas de água e as medidas definidas na DQA
- Retomar a monitorização efetuada pela APA e aumentar a rede de monitorização das águas subterrâneas e superficiais

### FCD2 - Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas

- Os “programas de avaliação da qualidade da água das lagoas costeiras” sugeridos como medidas/ações do POC devem convergir para uma análise mais holística do estado ambiental das lagoas, que equacione o desassoreamento das mesmas entre outras ações que melhorem a qualidade das suas águas
- Em face à ocupação prevista para a península de Troia, concretamente no que se refere ao desenvolvimento das unidades operativas de planeamento e gestão 7 e 8, o plano de Urbanização de Troia deverá ser revisto incorporando as faixas de salvaguarda estabelecidas no POC, assim como medidas estabelecidas com base em cenários de subida do nível médio do mar
- Nas intervenções das arribas as preocupações de preservação ambiental e paisagística devem prevalecer na maioria dos casos, sendo que intervenções de carácter pesado corresponderão apenas a casos muito especiais, em que valores patrimoniais ou históricos se sobrelevem
- Monitorização (e registo de ocorrências) das áreas costeiras afetadas por galgamentos e inundações costeiras, durante temporais importantes (à semelhança do levantamento feito pela APA sobre os efeitos do temporal Hércules – jan. 2014, mas de cariz regional) que inclua entre outros aspetos considerados relevantes:
  - Caracterização do temporal, incluindo a determinação do seu período de retorno com base em vários critérios oceanográficos (e.g. altura máxima de onda, altura significativa de onda, duração do temporal)
  - Infraestruturas afetadas
  - Cotas máximas de espraio nos diferentes locais avaliados
  - Estimativas de prejuízos
- As águas devem ser especialmente protegidas contra acidentes graves de poluição, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos e dos ecossistemas, bem como a segurança de pessoas e bens
- Fiscalização a equipamentos e técnicas de manuseamento dos produtos perigosos e dos equipamentos associados
- Fiscalização aos meios de controlo de fugas e de prevenção de riscos de poluição
- Fiscalização aos meios de minimização dos acidentes de poluição
- Elaboração e revisão de relatórios de segurança
- Elaboração e revisão de planos de emergência internos e externos
- Realização de exercícios de simulação

**Diretrizes de gestão****FCD3 - Governança**

- Considerar incluir no Quadro de Governança do POC mecanismos que facilitem a articulação de entidades na fase de implementação, tais como mecanismos de gestão adaptativa / flexível (ex. monitorização da implementação do programa que permita detetar a necessidade de alterar ou rever o ordenamento ou ações estabelecidas, medidas adaptativas de alteração/regulamentação) e novos canais de comunicação entre entidades
- As competências das entidades implementadoras do POC deverão estar claramente definidas para todas as ações contempladas no programa, evitando o conflito de competências e assegurando a sua complementaridade
- Considerar a adoção pelas entidades envolvidas na gestão de novos meios para a divulgação junto do público de informação relativa à gestão e projetos na orla costeira

**FCD4 - Utilização sustentável e competitividade da orla costeira**

- Criação de uma agência regional para a captação de novos investimentos para os concelhos do POC, em áreas de atividade que não conflituem com as normas deste programa. Estas empresas deverão contribuir para a criação de emprego e propiciar novas oportunidades de negócio para as empresas que já estão implantadas no território, o que se consubstanciará num maior desenvolvimento, competitividade e coesão socioterritorial
- Capacitação das estruturas de nível regional (p.e., as Entidades Regionais de Turismo da Região de Lisboa e do Alentejo) para a conciliação das suas visões estratégicas, de modo a potenciar o território nestes seis concelhos, tirando partido das suas diferenças e complementaridades
- Prestação de apoio aos empresários que queiram desenvolver atividades turísticas, inclusivamente na candidatura a calls do Portugal 2020
- Determinação das boas práticas para a implementação de empreendimentos turísticos
- Proteção de áreas protegidas ou com elevado valor ambiental, natural e/ou paisagístico, devendo ser respeitadas os usos do solo conferidos nos respetivos Planos Municipais de Ordenamento do Território.
- Articulação, física e temporal, das atividades desenvolvidas em espaço marítimo, designadamente, a pesca e o turismo
- O estudo necessário para a definição das reservas de recursos sedimentares com potencial para a realimentação de praias e sistemas dunares deve ser equacionado e articulado à escala nacional





## 7. Programa de seguimento

Tendo em vista uma adequada monitorização dos efeitos decorrentes da implementação do POC em termos de desenvolvimento sustentável, propõe-se o apuramento dos indicadores de acompanhamento indicados no quadro seguinte.

A responsabilidade pela compilação e publicação destes indicadores será da APA.

Quadro 29 – Indicadores de acompanhamento, respetivos objetivos, unidades, fontes de informação e frequência

Indicadores	Unidade	Fontes de informação	Frequência
<b>FCDI - Valores naturais, paisagísticos e culturais</b>			
• Espécies alóctones da flora e fauna com ocorrência registada na área	Hectares	ICNF, Projeto INSPECT	Semestral
• Áreas de ocupação de Acácia e Chorão-das-praias	Hectares	ICNF / Invasoras.pt	Semestral
• Ações de controlo/erradicação de espécies alóctones invasoras	Número	ICNF	Semestral
• Habitats naturais inseridos em áreas classificadas sujeitos a requalificação	Hectares e tipo	ICNF	Anual
• Ações desenvolvidas para a preservação/salvaguarda de habitats naturais	Número e tipo	ICNF	Anual
• Áreas do SNAC inseridas na ZTP e ZMP	Hectares e tipo	ICNF	Anual
• Estado de conservação dos sítios arqueológicos terrestres e subaquáticos georreferenciados	Escala qualitativa com 5 classes	DGPC	Bianual
• Manchas de ocupação no perímetro de geossítios e zonas classificadas	Metro quadrado	APA/LNEG	Bianual
• Recuo da crista da arriba nos geossítios causado por movimentos de massa	Metro	APA	Anual
• Existência de saneamento de águas residuais nos apoios de praias	Número	APA	Anual
• Fiscalizações de descargas de efluentes domésticos, industriais e agropecuários	Número	APA	Anual

Indicadores	Unidade	Fontes de informação	Frequência
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dados de monitorização da qualidade e quantidade da água superficial e das águas subterrâneas</li> </ul>	Número	APA	Anual
<b>FCD2 - Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução da morfologia costeira – recuo das arribas rochosas</li> </ul>	Metro e metro quadrado	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução da morfologia costeira – recuo das arribas terrosas</li> </ul>	Metro	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução da morfologia costeira – variação das praias e sistemas dunares</li> </ul>	Metro e metro cúbico	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução da morfologia costeira – assoreamento das lagoas costeiras</li> </ul>	Metro e metro cúbico	APA	5 em 5 anos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesa pública com a defesa costeira</li> </ul>	Euros	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de infraestruturas nas faixas de risco</li> </ul>	Número	APA	3 em 3 anos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Infraestruturas afetadas por temporais</li> </ul>	Número	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cota máxima de espraio e de inundação costeira por temporal e para determinado local</li> </ul>	Metro	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscalização a equipamentos e técnicas de manuseamento dos produtos perigosos e dos equipamentos associados</li> </ul>	Número	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscalização aos meios de controlo de fugas e de prevenção de riscos naturais e tecnológicos</li> </ul>	Número	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração e revisão de relatórios de segurança</li> </ul>	Número	Entidades responsáveis pela instalação de risco de poluição (PCIP, SEVESO, ETAR) / Portos/ Proteção Civil	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração e revisão de planos de emergência internos e externos</li> </ul>	Número	Proteção Civil	Anual

Indicadores	Unidade	Fontes de informação	Frequência
• Exercícios de simulação	Número	Autoridade Marítima Nacional / ANPC	Anual

Indicadores	Unidade	Fontes de informação	Frequência
<b>FCD3 - Governança</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações do programa de execução do POC implementadas vs previstas</li> </ul>	%/ano	APA	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de participação pública relacionadas com o POC</li> </ul>	Número/ano	APA	Anual
<b>FCD4 - Utilização sustentável e competitividade da orla costeira</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>População empregada, por setor de atividade</li> </ul>	Número	INE; GEEME	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>População desempregada</li> </ul>	Número / %	IEFP	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas e estabelecimentos</li> </ul>	Número	INE; GEEME	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Volume de negócio das empresas e dos estabelecimentos</li> </ul>	Euros	INE	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Poder de compra <i>per capita</i></li> </ul>	Número índice	INE	Bianual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Alojamento Turístico, por tipo'</li> </ul>	Número	INE (ou) Turismo de Portugal	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacidade de Alojamento</li> </ul>	Número	INE (ou) Turismo de Portugal	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Taxa líquida de ocupação de camas</li> </ul>	%	INE	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Intensidade turística</li> </ul>	Número índice	Calculado a partir dos dados do INE	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Empreendimentos turísticos com parecer favorável para construção</li> </ul>	Número	Turismo de Portugal	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Operadores turísticos registados</li> </ul>	Número	Turismo de Portugal (Registo Nacional de Turismo)	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades prestadas pelos operadores turísticos registados</li> </ul>	Número	Turismo de Portugal (Registo Nacional de Turismo)	Anual
<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução da ocupação do solo (Corine Land Cover e COS)</li> </ul>	Hectares	DGT	Aquando da publicação de novas cartas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenções efetuadas na orla costeira</li> </ul>	Número	APA	Anual

Indicadores	Unidade	Fontes de informação	Frequência
• Intervenções nas praias	Número	APA	Anual
• Pescado transacionado por delegação e postos	Euros/Quilograma	Docapesca	Anual
• Estabelecimentos de aquicultura ativos	Número	INE	Anual
• Superfície dos estabelecimentos de aquicultura ativos	Hectares	INE	Anual
• Produção dos estabelecimentos de aquicultura	Euros/Toneladas	INE	Anual
• Conflitos legais identificados no DPM	Número /concelho	APA	Anual
• Licenças ou concessões em praias balneares	Número	APA	Anual
• Exploração de recursos sedimentares submersos	Metro cúbico	APA	Anual
• Material dragado por classe de contaminação	Metro cúbico	Portos de Setúbal e de Sines	Anual



## 8. Considerações finais

O presente documento teve como objetivo realizar o relatório da avaliação ambiental do Programa da Costeira Espichel-Odeceixe, cujo âmbito geográfico incide nos distritos de Setúbal e de Beja, e coincide com a orla costeira de seis concelhos: Sesimbra, Setúbal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira.

O relatório ambiental compreendeu uma análise dos fatores críticos de decisão, dos objetivos ambientais relevantes e dos indicadores considerados importantes e previamente submetidos à consulta das ERAE. Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) considerados foram:

- FCD 1 – Valores naturais, paisagísticos e culturais;
- FCD 2 – Dinâmica costeira, riscos costeiros e alterações climáticas;
- FCD 3 – Governança;
- FCD 4 – Utilização sustentável e competitividade da orla costeira.

Para cada FCD, em função dos respetivos objetivos ambientais relevantes e indicadores, foi estudada a situação atual e as tendências de evolução na ausência do programa, assim como identificados os efeitos significativos e as oportunidades razoavelmente previsíveis com a implementação do programa.

Foram analisados dois cenários alternativos de implementação: o Cenário 1, correspondente à execução na íntegra das medidas/ações previstas no programa de execução, e o Cenário 2, correspondente à execução parcial das medidas/ações previstas no programa de execução, considerando as intervenções definidas como de prioridade elevada e parte das que foram identificadas como de prioridade média (no **Quadro 3** do **Volume 4**).

Com base nesta análise foi possível efetuar uma avaliação global na qual foram abordados os principais riscos e as principais oportunidades associados ao “cenário zero”, ou seja sem o programa, e aos dois cenários de execução do POC.

Em termos globais a avaliação efetuada conduziu ao seguinte balanço:

- Na generalidade dos FCD, as tendências de evolução com o POC, em ambos os cenários de execução avaliados, apresentam um incremento ao nível das oportunidades suscitadas relativamente ao que se verifica com as tendências de evolução sem o POC;
- Ao nível dos riscos, em especial nos FCD1 e FCD2 a comparação entre as tendências de evolução com e sem o POC permite verificar uma situação genericamente mais favorável com a implementação do programa. Os FCD 3 e FCD4 manifestam uma situação de manutenção global numa situação já de si neutra ou pouco relevante.

Desta forma, o maior número e alcance das oportunidades associadas ao cenário de implementação do POC, quando comparado com os riscos envolvidos, permitem uma *avaliação global favorável relativamente à aprovação e concretização do mesmo*. De igual modo, uma análise por FCD também conduz a uma apreciação favorável à prossecução do POC na medida em que as oportunidades estão sempre em maioria, quer em número, quer em importância, relativamente aos riscos.

A avaliação efetuada permitiu ainda concluir que, na maior parte dos casos, o Cenário 1, que compreende a implementação na íntegra das medidas/ações previstas no programa de execução contribui de forma significativamente mais expressiva do que o Cenário 2 (execução parcial) para a maximização das oportunidades identificadas e, deste modo, para a concretização dos objetivos ambientais relevantes considerados na presente avaliação ambiental. São de destacar neste caso o FCD1 (ecologia, áreas naturais e valores paisagísticos e culturais, sobretudo) e FCD2 (questões ligadas à dinâmica costeira e suscetibilidade aos efeitos das alterações climáticas), e em menor grau também o FCD4 (domínio hídrico e uso balnear, essencialmente), relativamente aos quais o novo programa dá um contributo elevado.

No âmbito da presente avaliação ambiental, realça-se por fim a importância das diretrizes de planeamento e gestão e do programa de seguimento definidos, de forma a contribuir para a sustentabilidade, boa execução e acompanhamento do programa.



## 9. Bibliografia

- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2015). *Site da Agência Portuguesa do Ambiente*. <http://www.apaambiente.pt/>. Acesso em 3 a 6 de agosto de 2015.
- ALARCÃO, J. de (1988). *Roman Portugal*. Warminster. Aris & Phillips, 4 vols.
- ALMEIDA, E. C. (1907). *Arquivo de Marinha e Ultramar*. Madeira e Porto Santo.
- ANTUNES, M. T. (1999). Restos de tesouro de moedas islâmicas nas imediações de Azóia (Sesimbra). In *Arqueologia Medieval*. Porto/Mértola. 6, p. 133-137.
- APA (2012). *Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015*. Lisboa. Edição própria.
- ARAÚJO, A.C. (2003). O Mesolítico inicial da Estremadura. In *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Atas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 25), p. 101-114.
- AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (2014). *Avaliação Nacional de Risco*.
- BARROS, L. M. B. V.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979). Identificação de uma jazida neolítica em Fonte de Sesimbra (Santana, Sesimbra). In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 47-65.
- BICHO, N. F. (2000). O processo de neolitização na Costa Sudoeste. In *Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*. Vila Real 1999. Porto. ADECAP. Vol. 3, p. 11-22.
- BIODESIGN (2010). *Avaliação dos POOC da Área de Jurisdição da ARH do Tejo, IP., Definição de Objetivos e Conteúdos para a sua Revisão, Sumário Executivo*. ARH Tejo, Lisboa. In [http://www.apambiente.pt/\\_zdata/PDF/Ordenamento/Avaliacao\\_POOC-BioDesign/SE.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/PDF/Ordenamento/Avaliacao_POOC-BioDesign/SE.pdf), acesso em 4 de agosto de 2015.
- BLOT, M. L. (2003) *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos e Arqueologia; 28).
- BREUIL, H. e VAULTIER, M. (1942). Les plages anciennes portugaises entre les caps d'Espichel et Carvoeiro et leurs industries paléolithiques. In *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 27. 3, p. 161-167.

BREUIL, H. e ZBYSZEWSKI, G. (1945). Contribution a l'etude des industries paleolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la geologie du Quaternaire. In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 26.2, p. 241-265.

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2015). *Site* da Câmara Municipal de Grândola, <http://www.cm-grandola.pt/>. Acesso em 3 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA (2015). *Site* da Câmara Municipal de Odemira, <http://www.cm-odemira.pt/>. Acesso em 3 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM (2015). *Site* da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, <http://www.cm-santiagoocacem.pt/>. Acesso em 3 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA (2009). *O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Câmara Municipal de Sesimbra. [s.l.].

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL (2015). *Site* da Câmara Municipal de Setúbal, <http://www.mun-setubal.pt/>. Acesso em 3 e 4 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES (2012). Plano de Emergência Externo dos Estabelecimentos “SEVESO” do Concelho de Sines.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES (2015). *Site* da Câmara Municipal de Sines, <http://www.sines.pt/>. Acesso em 3 de agosto de 2015.

CARDOSO, J. L. (2000a). *Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A. C.): breve síntese*. In *Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. ProtoHistória da Península Ibérica*. Vila Real 1999. Porto. ADECAP. Vol. 5, p. 61-99.

CARDOSO, J. L. S. C. (1995). *As mais antigas presenças humanas na Estremadura*. In *Portugal e o Mundo do Passado ao Presente. Atas dos 1ºs Cursos Internacionais de verão de Cascais*, 1994. Cascais. Câmara Municipal, p. 85-117.

CARDOSO, J.L. (2000b). *Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final*. In *Atas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia ; 14), p. 45-70.

COSTA, A. I. M. (1905). *Estações préhistóricas dos arredores de Setúbal*. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série:10, p. 185-193.

DHV/ HIDROPROJECTO, LNEC, ICCE, IPIMAR, BIODESIGN (2012) *Plano de gestão da região hidrográfica do Tejo (2012). Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico.*

DHV; HIDROPROJECTO; LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL; ICCE; IPIMAR; BIODESIGN (2012). *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo.* Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P., Lisboa.

DIOGO, A.M.; COSTA, J.M. (1996). *Elementos sobre a produção de ânforas de fabrico lusitano. In Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado.* Câmara Municipal do Seixal. Dom Quixote, p.107-110.

EEA – EUROPEAN ENVIRONMENTAL AGENCY (2015). Natura 2000 Network Viewer. Natura 2000 – Standard Data Form. Disponível em: <<http://natura2000.eea.europa.eu>>. Consultado em Março de 2015.

ENAA (2013). *Relatório de Progresso Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.* Agência Portuguesa do Ambiente. 225pp.

FERREIRA, C. J. A.; LOURENÇO, F. S.; SILVA, C. T.; SOUSA, P. (1993). *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica. Setúbal.* Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

GABINETE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO (2009). *Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, Balanços e Reflexões.* Coleção Tágides, Volume 5. Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Lisboa.

GEEME (2013). *Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos por atividade económica do estabelecimento e escalão de dimensão.*

GTL – Grupo de Trabalho do Litoral (2014). *Gestão da Zona Costeira – O Desafio da Mudança.* 242pp.

HIDROPROJECTO (2008a). POPNSACV – Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Estudos de base. Etapa 1 - Descrição. Volume II/ III. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

HIDROPROJECTO (2008b). POPNSACV – Plano De Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Fase 2 – Diagnóstico. Volume I/ II. Caracterização de Riscos Naturais e Degradações Ambientais. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

ICNB (2006a). Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Fichas dos Sítios. Publicação Electrónica.

ICNB (2006b). Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Fichas das ZPE. Publicação Electrónica.

ICNF (2013). *Relatório Nacional sobre a Implementação da Diretiva Habitats (2007-2012) – Rede Natura 2000*. Disponível em: <<http://cdr.eionet.europa.eu/pt/eu/art17/envuc2hfw/>>. Consultado em Março de 2015.

ICNF (2015). *Portal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*. Disponível em: <<http://www.icnf.pt>>. Consultado em Março de 2015.

IEFP (2011). *Estatísticas Mensais por Concelho* (disponíveis em: <http://www.iefp.pt>).

IEFP (2012). *Estatísticas Mensais por Concelho* (disponíveis em: <http://www.iefp.pt>).

IEFP (2013). *Estatísticas Mensais por Concelho* (disponíveis em: <http://www.iefp.pt>).

IEFP (2014). *Estatísticas Mensais por Concelho* (disponíveis em: <http://www.iefp.pt>).

IGP (2006). *Corine Land Cover* (disponível em: [http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/cartografia\\_tematica/cartas\\_de\\_ocupacao\\_do\\_solo/corine\\_land\\_cover](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/cartografia_tematica/cartas_de_ocupacao_do_solo/corine_land_cover)).

INE (2001). *XIV Recenseamento Geral da População* (disponível em: <http://www.ine.pt>).

INE (2007). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio* (disponível em: <http://www.ine.pt>).

INE (2008). *Sistema de Contas Integradas das Empresas* (disponível em: <http://www.ine.pt>).

INE (2011a). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio* (disponível em: <http://www.ine.pt>).

INE (2011b). *XV Recenseamento Geral da População* (disponível em: <http://www.ine.pt>).

INE (2012). *Sistema de Contas Integradas das Empresas* (disponível em: <http://www.ine.pt>).

INE (2013). *Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria* (disponível em: <http://www.ine.pt>).

INSTITUTO DA ÁGUA, I.P. (2011). *Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo. Planta de Espacialização, Subárea ZEE – Portugal Continental, Folha A, à escala 1:1.000.000*.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2015). *Site do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*. <http://www.icnf.pt/>. Acesso em 3 a 6 de agosto de 2015.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO (1993). *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. Inventário*. Lisboa. IPPAR, 3.

IPCC (2013). *Climate Change 2013 - The physical science basics*. 206 pp. Disponível em: [http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5\\_SummaryVolume\\_FINAL.pdf](http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_SummaryVolume_FINAL.pdf)

IST, AICEP GLOBAL PARQUES, CÂMARA MUNICIPAL DE SINES. (s.d.). *Avaliação Ambiental Estratégica. Proposta de Plano- Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines*.

MAOTDR (2007). *PEAASAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007-2013)*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. 2007.

MAOTDR (2008). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Fichas de caracterização ecológica e de gestão dos valores naturais: tipos de habitats naturais de interesse comunitário constantes do Anexo I da Diretiva Habitats*. Disponível em: <<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/plan-set/hab-1a9>>. Consultado em Março de 2015.

MEDINA, J. (ed) (1995). *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol I a IV. Alfragide. Ediclube.

MELO, A. A. (2002). *Agricultores e Metalurgistas, da Troca ao "Mercado". Alguns aspetos e problemas do Bronze Final e Primeira Idade do Ferro na "Península de Lisboa"*. In *Turres Veteras IV Atas de Pré-história e História Antiga*. Torres Vedras. Câmara Municipal de Torres Vedras Setor da Cultura/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo "Alexandre Herculano". p. 97-118.

NEMUS & CONSULMAR (2015a). *Elaboração do Modelo de Ordenamento para a Orla Costeira Cabo Espichel-Odeceixe, 1ª FASE – VOLUME 1, Balanço da Implementação do POOC*. Julho 2015. Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.

NEMUS & CONSULMAR (2015b). *Elaboração do Modelo de Ordenamento para a Orla Costeira Espichel-Odeceixe. 1ª Fase - Volume 2 – Caracterização da Situação de Referência*. Julho 2015. Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

NEMUS & CONSULMAR (2015c). *Elaboração do Modelo de Ordenamento para a Orla Costeira Cabo Espichel-Odeceixe, 1ª FASE – VOLUME 3, Diagnóstico da Situação de Referência*. Julho 2015. Agência Portuguesa do Ambiente.

NEMUS & CONSULMAR (2015d). *Elaboração do Modelo de Ordenamento para a Orla Costeira Espichel-Odeceixe. 2ª Fase - Volume 4 – Programa de Execução e Plano de Financiamento*. Julho 2015. Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

NEMUS (2014). *Estudo hidromorfológico na foz do rio Mira e definição de medidas de ação para a minimização do processo de erosão na praia da Franquia*. Sociedade Polis Litoral Sudoeste – Sociedade para a requalificação e valorização do sudoeste alentejano e costa vicentina, S.A. Odemira.

NEMUS, ECOSSISTEMA; AGRO.GES (2012a). *Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas nas Regiões Hidrográficas 6 e 7*. Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P., Évora

NEMUS, HIDROMOD & AGRO.GES (2012b). *Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica das Bacias do Algarve (RH8)*. Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico.

PENALVA, C. (1978). *Ensaio de correlação do fácies lusitano com as indústrias do Marrocos Atlântico*. In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Vol. 63, Lisboa, p. 521-546.

PINTO, C. (2014). *Registo das Ocorrências no Litoral – Temporal de 3 a 7 de janeiro de 2014*. Relatório Técnico. APA. 123 p.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT-AML): *Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril*.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALENTEJO (PROTA): *Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto*.

Projeto INSPECT (2015). *Portal da Liga para a Proteção da Natureza*. Disponível em: <[http://projectos.lpn.pt/index2.php?id\\_projecto=17](http://projectos.lpn.pt/index2.php?id_projecto=17)>. Consultado em Setembro de 2015.

- RISKam; CEG; IGOT- UL (2013). *Avaliação e Cartografia de Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos no Concelho de Setúbal*.

SAVORY, H. N. (1951). *A Idade do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa*. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 61, p. 323-377.

SERRÃO, E. C. (1973). *Carta arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Paleolítico antigo até 1200 d.c.)*. Setúbal. Junta Distrital de Setúbal, p. 27.

SERRÃO, E. C. (1985). *Estações arqueológicas: concelho de Sesimbra*. Sesimbra. Câmara Municipal de Sesimbra.

SERRÃO, E. C.; SERRÃO, V. M. (1997). *Sesimbra Monumental e Artística*. Sesimbra. Câmara Municipal de Sesimbra, 2ª edição, p. 196.

SILVA, C. T. (1982). *Defesa do Património arqueológico na área de Sines*. In *Almadan*. Almada. 1ª série: 0, p. 11-14.

Silva, C. T. (1990). *Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da cidades*. In *Setúbal na História*. Setúbal. LASA, p.107-122.

SILVA, C. T. ; SOARES, A. C. (1979). *Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal)*. In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 205-221. BA: 0455.

SILVA, C. T.; CABRITA, M. G. (1964). *Estações romanas da região de Setúbal*. In *Cetóbriga*. Setúbal. 1:1, p. 3954 e 1:2, p. 6177.

SILVA, C. T.; da e SOARES, J. (1981). *PréHistória da Área de Sines*. Lisboa. Gabinete da Área de Sines.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986). *Arqueologia da Arrábida*. In *Parques naturais*. Lisboa. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 15, p. 2-11.

SOARES, J. (1992). *Les territorialités produites sur le litoral centresud du Portugal au cours du processus de néolithisation*. In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 17-35.

SOARES, J. (1995). *Mesolítico-Neolítico na costa Sudoeste: transformações e permanências*. In *Atas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, 1993. Porto. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35:2), Atas, VI, p. 27-54.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (2003). *A transição para o Neolítico na costa sudoeste portuguesa*. In *Muita gente, poucas antas?. Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. Atas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia ; 25), p. 4556.

TURISMO DE PORTUGAL (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Horizonte 2013-2015*. Lisboa. Edição própria.

TURISMO DE PORTUGAL (2015). *Dados sobre os empreendimentos turísticos nos concelhos da área de estudo* (informação alfanumérica e georreferenciada fornecida pelo TP, a 30 de março de 2015).

VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005). *A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra)*. *Novos contributos*. In *Almadan*. Almada. 2ª série: 13, p. 4857.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1974). *O paleolítico do litoral do Baixo Alentejo entre a foz do rio Mira e a foz da ribeira de Odeceixe*. In *Arqueologia e História*. Lisboa. 9ª série. 5, p. 397-412.



## **Anexos**



## **Anexo I – Instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico**



Quadro A.1 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) relevante para a avaliação ambiental

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<b>DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	
<p style="text-align: center;"><b>Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</b></p> <p>Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro</p>	<p>O PNPOT define as orientações estratégicas para o âmbito nacional e programa das políticas, nomeadamente os seguintes <b>desafios territoriais</b> para Portugal, os quais se cruzam de uma forma alargada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, e constituem o quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir os recursos naturais de forma sustentável, valorizando o capital natural, promovendo a eficiência do metabolismo regional e urbano e aumentando a resiliência socioecológica;</li> <li>• Promover um sistema urbano policêntrico, afirmando as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa, reforçando a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna, e promovendo a qualidade urbana;</li> <li>• Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial, aumentando a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral, dinamizando os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização, e promovendo o desenvolvimento transfronteiriço;</li> <li>• Reforçar a conectividade interna e externa, otimizando as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica, reforçando e integrando redes de acessibilidades e de mobilidade, e dinamizando as redes digitais;</li> <li>• Promover a governança territorial, reforçando a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível, promovendo redes colaborativas de base territorial, e aumentando a Cultura Territorial.</li> </ul> <p>O PNPOT identifica um conjunto de <b>Compromissos para o Território</b> que são operacionalizados no quadro de 5 Domínios de Intervenção, bem como o quadro de referência a considerar nos programas especiais de ordenamento do território (como é o POC), que se traduz num <b>conjunto de medidas do programa das políticas</b>. No âmbito referido, são definidas as seguintes diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os programas especiais de ordenamento do território estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e regimes de gestão, através do estabelecimento de ações permitidas, condicionadas ou interditas, cabendo aos planos territoriais sispor sobre o uso, ocupação e transformação do solo consentâneos com as condições de salvaguarda definidas nos Programas Especiais;</li> <li>• A operacionalização do regime de salvaguarda estabelecido pelo PE passa pela integração obrigatória das normas relativas à ocupação, uso e transformação do solo nos Planos Diretores Municipais (PDM), e Planos Diretores intermunicipais (PDMI), pela integração de normas nos Instrumentos de Ordenamento do Espaço Marítimo (IOEM), quando aplicável, e pelo estabelecimento de Regulamentos Administrativos, no que diga respeito a normas de gestão que extravasem o conteúdo material dos planos territoriais e a esfera de competências das autarquias locais, ou o dos IOEM se aplicável;</li> <li>• A elaboração dos PE deve assegurar uma estruturação e organização dos conteúdos materiais e documentais que garante a manutenção da leitura global e da coerência interna de cada PE e simultaneamente facilita a sua integração nos PDM e PDMI e nos IOEM.</li> <li>• Devem assumir um compromisso recíproco com as orientações dos planos sectoriais e regionais.</li> </ul> <p>O PNPOT identifica um conjunto de <b>objetivos operacionais</b>, aplicáveis à área de intervenção do POC Espichel-Odeceixe, relacionados com a valorização do litoral e o aumento da resiliência do mesmo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar o Plano de Ação Litoral XXI, numa lógica de assegurar a concretização da programação das ações físicas e da adequada programação financeira associada;</li> <li>• Desenvolver lógicas e modelos de ordenamento adaptativo da zona costeira capazes de responder às exigências ambientais, sociais e económicas, adotando uma atitude antecipativa face aos riscos (instalados e os que crescem em cenário de alterações</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<p>climáticas) que comporta as estratégias de Prevenção, Proteção, Acomodação e Retirada, desenvolvidas de forma coerente e articulada aos diversos níveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a implementação de medidas de adaptação local, nomeadamente no âmbito da gestão urbana, integrando-as com a defesa costeira e com a monitorização local;</li> <li>• Requalificar e valorizar os territórios costeiros na ótica da proteção e valorização dos recursos e dos sistemas naturais, contribuindo para a preservação dos valores paisagísticos e culturais, e proceder ao restauro ecológico das áreas que asseguram a estabilidade biofísica do litoral, como as que integram a REN;</li> <li>• Reduzir os fatores de pressão sobre a zona costeira, interditando na orla costeira, fora das áreas urbanas, novas edificações que não se relacionem diretamente com a fruição do mar e condicionar a edificação na restante zona costeira, incluindo a contenção das ocupações edificadas em zonas de risco dando prioridade à retirada de construções de génese ilegal, que se encontrem nas faixas mais vulneráveis do litoral, arenoso e em arriba e requalificar e conter áreas urbanas;</li> <li>• Atender ao valor cultural e económico da zona costeira, pela sua capacidade de suporte de comunidades costeiras e ribeirinhas que dela dependem para o desenvolvimento de atividades tradicionais, designadamente a pesca, o turismo costeiro, o recreio e o lazer, a navegação;</li> <li>• Garantir a articulação e compatibilidade dos programas e dos planos territoriais com os instrumentos do espaço marítimo quando incidam na mesma área ou em áreas que pela interdependência estrutural ou funcional dos seus elementos necessitem de uma coordenação integrada;</li> <li>• Garantir a corresponsabilização dos diversos níveis e aprofundar a articulação dos diversos atores com competências de atuação na orla costeira, em especial nos espaços em risco, dos setores do mar e dos recursos hídricos interiores, numa parceria de vontades ajustada aos problemas e às soluções que se colocam na atualidade;</li> <li>• Assegurar a produção de conhecimento, a partilha de informação, a articulação das decisões da administração pública promovendo o acesso à informação e a participação pública;</li> <li>• Interditar atividade que aumentem os riscos sobre a orla costeira.</li> </ul>
<p><b>Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro</p>	<p>O ordenamento do espaço marítimo nacional é feito através da elaboração de um plano de situação que abrange todas as zonas marítimas definidas no n.º I do artigo 2.º da Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, dá execução às orientações de desenvolvimento estratégico estabelecidas na Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e tem os seguintes objetivos: i) Promover a exploração económica sustentável, racional e eficiente dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas; ii) Preservar, proteger e recuperar os valores naturais dos ecossistemas marinhos com vista à manutenção do bom estado ambiental do meio marinho; iii) Prevenir e minimizar os riscos decorrentes das catástrofes naturais, de alterações climáticas ou da ação humana; iv) Garantir a segurança jurídica e transparência dos procedimentos conducentes à atribuição dos títulos de utilização privativa; v) Garantir a minimização de conflitos entre usos e atividades que ocorrem em espaço marítimo nacional; vi) Contribuir para a coesão nacional e gestão partilhada do domínio público marítimo entre o Governo da República e os Governos das Regiões Autónomas; vii) Contribuir para o conhecimento do oceano e reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional; viii) Assegurar as interações terra -mar e a coerência entre o ordenamento do espaço marítimo e os instrumentos de gestão territorial que impendem sobre a zona costeira.</p> <p>O PSOEM definiu como visão ser um instrumento de desenvolvimento económico, social e ambiental, de gestão espacial, de consolidação jurídica e de afirmação geopolítica de Portugal na bacia do Atlântico.</p> <p>Cabe ao PSOEM afirmar a importância económica, ambiental e social do Mar, assente na promoção do conhecimento dos recursos naturais e das atividades existentes e potenciais e no ordenamento integrado e gestão adaptativa dos usos que se desenvolvem no espaço marítimo, em estreita articulação com a gestão da zona costeira, com o normativo internacional, comunitário</p>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<p>e nacional e demais instrumentos de planeamento sectorial e de gestão do território, envolvendo os diferentes atores e agentes.</p> <p>A grande linha orientadora do PSOEM é constituída pela Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020). Assim, o PSOEM está assente em cinco domínios estratégicos, relacionados com o crescimento azul: 1 — Energia azul; 2 — Aquicultura; 3 — Turismo; 4 — Recursos minerais marinhos e 5 — Biotecnologia Azul. O Plano de Situação considera que o paradigma do crescimento azul assenta no bom estado ambiental do meio marinho e na proteção dos seus recursos naturais.</p> <p>A prossecução da visão, da missão e das orientações estratégicas tem por base os seguintes princípios: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; prevenção e precaução; abordagem ecossistémica; gestão adaptativa; gestão integrada; fortalecimento da capacidade económica; participação; transparência; subsidiariedade; proporcionalidade; promoção da colaboração para uma governança responsável dos oceanos; corresponsabilização; suporte científico e técnico; segurança nacional; valorização e fomento das atividades económicas, cooperação transfronteiriça; e participação e simplicidade de perceção.</p> <p>As <b>Orientações Gerais</b> (OG) aplicam-se a todo o espaço territorial abrangido pelo PSOEM e incidem sobre matérias transversais a todas as atividades, utilizações ou funções que ocorram ou que venham a ocorrer no espaço marítimo, ou correspondem à aplicação de interesses sectoriais respeitantes à defesa nacional e à segurança marítima. Refletem compromissos internacionais e nacionais, cuja prossecução tem prioridade sobre os demais interesses públicos.</p> <p>As OG consubstanciam uma gestão integrada do Espaço Marítimo, conforme preconizado na Estratégia Nacional para o Mar e constituem informação essencial à aplicação da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira assim como os objetivos gerais e indicações respeitantes ao cumprimento de compromissos internacionais, regionais e europeus.</p> <p>Das OG assinala-se, com relevância para o âmbito do Programa da Orla Costeira:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No âmbito da revisão dos Programas da Orla Costeira e/ou da elaboração de novos Programas deverá ser refletida a proposta de espacialização do PSOEM, procurando harmonizar-se a conservação da natureza e biodiversidade, a pesca e aquicultura, o transporte marítimo e portos, a navegação, o turismo náutico, a exploração de depósitos de areias e cascalhos, e as atividades emergentes associadas à produção de energia (ondas, marés, eólica, petróleo), numa escala consentânea com a destes planos.</li> <li>• Neste contexto, e no âmbito do exercício de ordenamento que é realizado sobre a orla costeira e que incide, no espaço marítimo, no território compreendido entre a Linha de Máxima Preia-Mar de Águas Vivas Equinociais (LMPMAVE) e a batimétrica -30 m, território que também é abrangido pelo PSOEM, haverá a oportunidade de trabalhar a uma escala de maior detalhe as propostas de espacialização do PSOEM e aferir as mesmas em função das condicionantes existentes e das regras para a utilização da zona costeira. Será importante atender ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, e que se aplica à faixa marítima de proteção costeira que é uma faixa ao longo de toda a costa marítima no sentido do oceano, correspondente à parte da zona nerítica com maior riqueza biológica, delimitada superiormente pela linha que limita o leito das águas do mar e inferiormente pela batimétrica dos -30 m.</li> <li>• Nesta faixa, caracterizada pela sua elevada produtividade em termos de recursos biológicos e pelo seu elevado hidrodinamismo responsável pelo equilíbrio dos litorais arenosos, bem como por ser uma área de ocorrência de habitats naturais e de espécies da flora e da fauna marinhas consideradas de interesse comunitário, podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, os processos de dinâmica costeira, o equilíbrio dos sistemas biofísicos e a segurança de pessoas e bens. O PSOEM reflete nas Orientações Gerais e Orientações Setoriais esta condicionante à ocupação, uso e transformação do território, no que ela pode limitar determinadas utilizações e atividades</li> </ul>
<p><b>Plano Setorial da Rede Natura 2000</b></p> <p>Resolução do Conselho de</p>	<p>A área do POC Espichel-Odeceixe integra áreas classificadas como <b>Rede Natura 2000</b>, para as quais se indicam as respetivas <u>orientações de gestão</u>.</p> <p><b>Zonas de Proteção Especial (ZPE):</b></p>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p>Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho</p>	<p><u>ZPE PTZPE0050 – Cabo Espichel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As orientações visam a manutenção dos habitats das espécies migratórias de passagem e das espécies de aves que nidificam nas falésias.</li> <li>A gestão da ZPE deverá assegurar a manutenção do mosaico agrícola, assente em sistemas agrícolas extensivos com rotações tradicionais e a conservação dos sistemas litorais (charnecas, dunas, matos litorais e falésias), nem como a preservação dos habitats marinhos, assegurando a qualidade da água e os recursos piscatórios da região.</li> </ul> <p><u>ZPE PTZPE0011 – Estuário do Sado</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As orientações são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, para algumas espécies de aves de rapina, para os passeriformes migradores de matos e bosques e passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas.</li> <li>É fundamental a manutenção da diversidade de habitats aquáticos; de manchas de habitats naturais e seminaturais assente em práticas agrícolas e florestais extensivas, a promoção do uso sustentável dos recursos existentes assegurando a competitividade económica e social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE.</li> <li>Especial atenção deverá ser dada à disponibilidade alimentar das espécies-alvo, promovendo medidas que condicionem alterações significativas das comunidades piscícolas e de invertebrados bentónicos.</li> </ul> <p><u>ZPE PTZPE0013 – Lagoa de Santo André</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As orientações visam a conservação de aves associadas a biótopos aquáticos e palustres, algumas espécies de aves de rapina e passeriformes migradores de matos e bosques.</li> <li>Devem ser mantidas as condições favoráveis à conservação dos seguintes biótopos, com particular relevância para o controlo do regime hídrico: sistema lagunar das lagoas de Santo André, os caniçais e juncais, e os sistemas dunares.</li> <li>Devem igualmente ser mantidas as condições favoráveis à conservação das espécies de aves com estatuto de proteção, e para a passagem migratória de aves que dependem das áreas de caniçal.</li> <li>A gestão do espaço deve assegurar que as populações possam usufruir dos recursos naturais numa ótica de uso sustentável e de interação com os valores naturais existentes, e perpetuar no tempo esses mesmos recursos conjuntamente com a conservação do sistema natural. Na lagoa de Santo André esta gestão deverá visar a estabilidade dos seus recursos piscícolas, a manutenção da criação de gado em moldes semelhantes aos atuais e a criação de condições para a prática de agricultura biológica.</li> <li>Deverá também ser garantida a preservação dos habitats marinhos da ZPE, importantes para a preservação de algumas espécies de avifauna, assegurando a qualidade da água e os recursos piscatórios.</li> </ul> <p><u>ZPE PTZPE0014 – Lagoa da Sancha</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As orientações são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, mas também para algumas espécies de aves de rapina, para os passeriformes migradores de matos e bosques e passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas.</li> <li>Dadas as características atuais de isolamento da lagoa, baixa acessibilidade, reduzida presença humana e existência de colónias de nidificação de espécies muito sensíveis como a garça-vermelha, esta área deverá ter uma função essencialmente focada na conservação dos valores naturais. Com este objetivo, deverá ser desenvolvido um plano de intervenções destinado à criação de condições mais favoráveis para espécies aquáticas, de entre as quais o aumento da profundidade e extensão da área alagável e o desassoreamento. Especial atenção deverá ser dada à disponibilidade alimentar das espécies-alvo, promovendo medidas que condicionem alterações significativas das comunidades piscícolas e de invertebrados bentónicos.</li> <li>Complementarmente, deverá ser assegurada a manutenção de manchas de habitats naturais e seminaturais assente em práticas agrícolas e florestais extensivas, a promoção do uso sustentável dos recursos existentes assegurando a competitividade económica e</li> </ul>



QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<p>social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deverá também ser garantida a preservação dos habitats marinhos da ZPE, importantes para a preservação de algumas espécies de avifauna, assegurando a qualidade da água e os recursos piscatórios desta região.</li> </ul> <p><u>ZPE PTZPE0015 – Costa Sudoeste</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As orientações de gestão visam a manutenção da diversidade da avifauna e para a conservação de espécies prioritárias, incluindo as espécies que apresentam particularidades genéticas e ecológicas. Neste âmbito deverá ser considerada fundamental a conservação da diversidade de ecossistemas que constituem o suporte das comunidades de aves residentes, invernantes e migradoras. A gestão da ZPE deverá assegurar a manutenção do mosaico agrícola diversificado, assente em sistemas agrícolas extensivos com rotações tradicionais, a conservação das galerias ripícolas, das lagoas temporárias e dos sistemas litorais (lagoas costeiras, dunas, matos litorais e falésias), e a manutenção de manchas florestais de sobre e de pinhal. Consequentemente, deverão ser viabilizados mecanismos que promovam a sustentabilidade da produção agroflorestal e pescas, e do desenvolvimento turístico.</li> <li>• Deverá também ser garantida a preservação dos habitats marinhos da ZPE, importantes para a preservação de algumas espécies de avifauna, assegurando a qualidade da água e os recursos piscatórios desta região.</li> <li>• Na área do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, as medidas a implementar serão as estabelecidas no Programa Setorial em curso.</li> </ul> <p><b>Sítios da Lista Nacional de Sítios (LNS):</b></p> <p><u>PTCON0010 – Arrábida / Espichel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pretende-se a manutenção da elevada diversidade e das características naturais que o tornam singular e que permitem albergar os valores existentes. Neste contexto impõem-se como fundamentais as orientações de gestão que visam:</li> <li>• Um correto ordenamento e gestão florestal, tendo em conta nomeadamente a manutenção dos núcleos existentes de coberto vegetal natural e seminatural e a substituição progressiva dos povoamentos florestais envelhecidos, constituídos por espécies exóticas, por plantações com espécies autóctones;</li> <li>• O ordenamento das práticas de pastoreio, por forma a garantir a conservação dos valores naturais em presença;</li> <li>• Um correto ordenamento dos usos urbano e turísticos, acautelando a proliferação de edificação dispersa nas áreas rurais ou naturais, bem como de infraestruturas;</li> <li>• O ordenamento das atividades e práticas de recreio e de desporto na natureza por forma a salvaguardar os valores naturais mais vulneráveis aos impactes destas atividades;</li> <li>• Um correto ordenamento das atividades de extração de inertes e a minimização dos seus principais impactes sobre os valores naturais;</li> <li>• A proteção das linhas de água e das formações ripícolas associadas;</li> <li>• Controlar as espécies infestantes;</li> <li>• A fiscalização da colheita de espécies vegetais ameaçadas.</li> </ul> <p><u>PTCON0011 – Estuário do Sado</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A gestão deste Sítio deverá dar particular atenção à preservação dos diversos habitats associados ao ecossistema estuarino, assim como à conservação ou recuperação das zonas dulciaquícolas terrestres, nomeadamente promovendo a manutenção da vegetação ribeirinha autóctone e condicionando as intervenções nas margens e leito de linhas de água, fundamentais para a conservação de importantes espécies da fauna.</li> <li>• É de salientar a extrema importância da preservação dos sistemas dunares, nomeadamente através da sua salvaguarda relativamente à construção, pisoteio e trânsito de viaturas, garantindo-se um correto ordenamento de acessos designadamente à praia, das áreas de implantação de apoios e de parques de estacionamento, entre</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<p>outras. Deverão ser protegidas as depressões húmidas intradunares bem como as lagoas interiores, e garantidas boas práticas de gestão florestal das dunas arborizadas. Deverá promover-se o controle de espécies infestantes como o chorão e a acácia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deverão ser promovidas adequadas práticas de ordenamento e gestão florestal e a regeneração natural dos habitats florestais protegidos e incrementada a sustentabilidade económica de atividades, a eles associadas, com interesse para a conservação.</li> <li>• Deverão ser evitadas ou corrigidas algumas práticas agropastoris com impactes negativos ao nível da contaminação dos solos e da água, e da destruição de habitats a qual se reflete ainda no estado de conservação das diversas espécies. Deverá ainda assegurar-se um correto tratamento de efluentes industriais e domésticos.</li> <li>• Deverá promover-se a manutenção das salinas indispensáveis à conservação de uma série de valores naturais e evitar-se ou corrigir-se práticas de pesca lesivas dos recursos haliêuticos.</li> <li>• Importa ainda assegurar um correto ordenamento da ocupação urbano-turística e dos usos recreativos desta faixa costeira, por forma a conciliar o seu usufruto com a conservação dos valores naturais em presença.</li> </ul> <p><u>PTCON0034 – Comporta / Galé</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na medida em que este Sítio é importante para a flora e vegetação típica dos sistemas dunares, são de extrema importância as orientações de gestão que visam a proteção de todo o sistema dunar, para além das zonas húmidas e dos zimbrais.</li> <li>• Importa assim compatibilizar a conservação destes habitats naturais com atividades como a urbanização, o turismo, as infraestruturas, as acessibilidades, o recreio e o lazer. Para tal é fundamental assegurar o correto ordenamento da expansão urbano-turística, da acessibilidade às praias e da localização das infraestruturas balneares tendo em conta a capacidade de carga dos sistemas naturais.</li> <li>• Deverão ser garantidos a proteção das depressões intradunares e o controle das espécies infestantes como o chorão e a acácia.</li> <li>• Deverão ainda garantir-se uma boa gestão e ordenamento florestal através: da conservação das manchas de vegetação natural e seminatural mais desenvolvidas e com maior valor biológico; da proteção das zonas interiores constituídas por pinhais com um bom subcoberto e do incentivo ao manejo do pastoreio por forma a garantir a conservação dos valores naturais em presença.</li> <li>• Importa ainda assegurar que a agricultura se efetue com recurso a técnicas menos nocivas à conservação destes valores naturais, nomeadamente no que se refere ao uso de agroquímicos e à forma de efetuar as lavouras.</li> </ul> <p><u>Sítio PTCON0012 – Costa Sudoeste</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As orientações de gestão para esta Sítio são dirigidas fundamentalmente para a manutenção da elevada diversidade e das características naturais que o tornam singular e permitem albergar os valores aí existentes. Neste contexto, as medidas de gestão propostas visam:</li> <li>• Assegurar a conservação das galerias ripícolas, das lagoas temporárias e urzais húmidos, dos ecossistemas marinhos e litorais, como as lagoas costeiras, charnecas costeiras, zimbrais, dunas (móveis e consolidadas) e falésias (topos e encostas);</li> <li>• Assegurar a conservação do património florístico, concedendo especial atenção ao Planalto Vicentino e à região de Aivados;</li> <li>• Contemplar a preservação do mosaico de habitats existente, mantendo manchas florestais de montado de sobre e azinho e a vegetação dos barrancos, utilizados como refúgio e locais de reprodução de diversas espécies, em paralelo com a manutenção de sistemas agrícolas extensivos com rotações tradicionais.</li> <li>• Viabilizar e disponibilizar mecanismos que promovam a sustentabilidade da produção agroflorestal e pescas.</li> <li>• Orientar o desenvolvimento turístico em moldes sustentáveis, considerando a capacidade de carga e a sensibilidade ecológica da região.</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Rbeiras do Oeste</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Massas de água Subterrâneas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacia do Tejo – Sado (margem esquerda), classificada em Estado Bom;</li> <li>• Orla ocidental indiferenciado da Bacia do Tejo, classificada em Estado Bom.</li> </ul> </li> <li>• Massas de água Superficiais:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacia das ribeiras do Sul (não estão especificadas massas de água);</li> <li>• Bacia do Estuário (não estão especificadas massas de água).</li> </ul> </li> <li>• Zonas protegidas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas designadas para captação de água subterrânea para consumo humano.</li> </ul> </li> <li>• Medidas aplicáveis à área do POC Espichel-Odeceixe:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• PTE1P05M06_SUP_RH5 – Implementação de programa de medidas de melhoria da qualidade das águas balneares em massas de água em incumprimento ou em risco de incumprimento da Diretiva das Águas Balneares e medidas de melhoria em massas de água que se pretende que venham a ser identificadas como Águas Balneares.</li> <li>• PTE5P05M02_SUP_RH5 – Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares</li> <li>• PTE5P06M01_SUP_RH5 – Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira</li> <li>• PTE5P06M02_SUP_RH5 – Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira.</li> <li>• PTE7P01M07_SUP_RH5 – Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro</p>	<p><u>Massas de água</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Massas de água superficiais – Rios</li> <li>• Massas de água superficiais – Transição</li> <li>• Massas de água superficiais – Costeiras</li> <li>• Massas de água subterrâneas</li> <li>• Zonas protegidas               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Massas de água superficiais correspondentes a rios, transição e costeiras;</li> <li>• Zonas sensíveis (estuário do Sado) e áreas de influência;</li> <li>• Proteção de áreas destinadas à produção para consumo humano (captações subterrâneas);</li> <li>• Proteção de água destinada ao recreio;</li> <li>• Zona de infiltração máxima.</li> </ul> </li> <li>• Medidas aplicáveis à área do POC Espichel-Odeceixe:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• PTE1P05M06_SUP_RH6 – Implementação de programa de medidas de melhoria da qualidade das águas balneares em massas de água em incumprimento ou em risco de incumprimento da Diretiva das Águas Balneares e medidas de melhoria em massas de água que se pretende que venham a ser identificadas como Águas Balneares.</li> <li>• PTE5P05M02_SUP_RH6 – Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares</li> <li>• PTE5P06M01_SUP_RH6 – Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira</li> <li>• PTE5P06M02_SUP_RH6 – Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira.</li> <li>• PTE7P01M07_SUP_RH6 – Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso</li> </ul> </li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)</b></p> <p>Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PROF prossegue uma abordagem multifuncional, integrando as seguintes funções gerais dos espaços florestais: a) Produção; b) Proteção; c) Conservação de <i>habitats</i>, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; d) Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores; e) Recreio e valorização da paisagem.</li> <li>• O PROF prossegue os seguintes objetivos estratégicos: a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; b) Especialização do território; c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos; e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.</li> <li>• O PROF define diversas sub-regiões homogéneas, com os seguintes objetivos comuns: a) Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual; b) Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos; c) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas; e) Assegurar a conservação dos <i>habitats</i> e das espécies da fauna e flora protegidas; f) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas; g) Promover a gestão florestal ativa e profissional; h) Desenvolver e promover novos produtos e mercados; i) Modernizar e capacitar as empresas florestais; j) Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios; k) Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos; l) Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial; m) Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema; n) Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação; o) Promover a conservação do regime hídrico; p) Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais; q) Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos; r) Promover a melhoria da gestão florestal; s) Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta; t) Promover a Certificação da Gestão Florestal Sustentável; u) Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas; v) Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais; w) Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal.</li> <li>• Na sub-região Arribas-Arrábida visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: a) Função geral de conservação de <i>habitats</i>, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; b) Função geral de proteção; c) Função geral de recreio e valorização da paisagem.</li> <li>• Na sub-região Península de Setúbal visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: a) Função geral de produção; b) Função geral de proteção; c) Função geral de recreio e valorização da paisagem.</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo</b></p> <p>Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PROF prossegue uma abordagem multifuncional, integrando as seguintes funções gerais dos espaços florestais: a) Produção; b) Proteção; c) Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de eomonumentos; d) Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores; e) Recreio e valorização da paisagem.</li> <li>• O PROF prossegue os seguintes objetivos estratégicos: a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; b) Especialização do território; c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos; e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.</li> <li>• O PROF define diversas sub-regiões homogéneas, com os seguintes objetivos comuns: a) Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual; b) Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes ióticos nocivos; c) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas; e) Assegurar a conservação dos <i>habitats</i> e das espécies da fauna e flora protegidas; f) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas; g) Promover a gestão florestal ativa e profissional; h) Desenvolver e promover novos produtos e mercados; i) Modernizar e capacitar as empresas florestais; j) Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios; k) Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos; l) Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial; m) Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema; n) Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação; o) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação; p) Promover a conservação do regime hídrico; q) Revitalizar a atividade apícola; r) Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais; s) Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos; t) Promover a melhoria da gestão florestal; u) Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta; v) Promover a Certificação da Gestão Florestal Sustentável; w) Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas; x) Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais; y) Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal</li> <li>• Na sub-região Estuário e Vale do Baixo Sado visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: a) Função geral de conservação de <i>habitats</i>, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; b) Função geral de produção; c) Função geral de proteção.</li> <li>• Na sub-região Litoral Alentejano e Mira visa -se a mplementação e o senvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: a) Função geral de conservação de <i>habitats</i>, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; b) Função geral de produção; c) Função geral de proteção.</li> <li>• Na sub-região Dunas Litoral visa -se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: a) Função geral de produção; b) Função geral de proteção; c) Função geral de recreio e valorização da paisagem.</li> <li>• Zona de floresta relevante: floresta de Sines, que atinge o litoral a sul de Sines.</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p style="text-align: center;"><b>Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)</b></p> <p style="text-align: center;">Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto</p>	<p>Na área do POC Espichel-Odeceixe são abrangidas as tipologias de regime de proteção do POPNA identificadas de seguida, para as quais se indicam os respetivos objetivos.</p> <p><b>Área terrestre:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Proteção total:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantir a manutenção dos valores e processos naturais em estado tendencialmente imperturbável;</li> <li>○ Preservar exemplos de excecional valor e ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo;</li> <li>○ Conservar jazidas de fósseis e minerais de importância excecional.</li> </ul> </li> <li>• <u>Proteção parcial 1:</u> Preservação e valorização dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística relevantes para a garantia da conservação da natureza e da biodiversidade.</li> <li>• <u>Proteção parcial 2:</u> preservação e valorização dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística relevantes para a garantia da biodiversidade e a manutenção dos usos tradicionais do solo e dos recursos hídricos.</li> <li>• <u>Proteção complementar 1:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A promoção das atividades rurais tradicionais que proporcionem habitats importantes no seu conjunto para a conservação da natureza, a biodiversidade e a paisagem e onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas;</li> <li>○ A aplicação de medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento sócio-económico local;</li> <li>○ A valorização e a compatibilização das atividades tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, pastoril ou florestal, que constituam o suporte dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística;</li> <li>○ A promoção de programas e atividades de animação e sensibilização ambiental e de turismo de natureza;</li> <li>○ O amortecimento dos impactes necessários à proteção das áreas sujeitas a níveis superiores de proteção.</li> </ul> </li> <li>• <u>Proteção complementar 2:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A manutenção e compatibilização das atividades tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, agrossilvo-pastoril, florestal ou de exploração de outros recursos, que constituam o suporte dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística a preservar;</li> <li>○ O fomento de ações de sensibilização e valorização ambiental, bem como de desenvolvimento local, designadamente atividades de turismo de natureza, recreativas e desportivas.</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Área marinha (Parque Marinho Professor Luiz Saldanha):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Proteção total:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Constituir uma reserva de biodiversidade marinha;</li> <li>○ Garantir a manutenção dos valores e processos naturais em estado tendencialmente imperturbável;</li> <li>○ Preservar exemplos ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo.</li> </ul> </li> <li>• <u>Proteção parcial:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Conservar os valores de natureza biológica, geológica e paisagística relevantes para a conservação da biodiversidade;</li> <li>○ Contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos.</li> </ul> </li> <li>• <u>Proteção complementar:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Compatibilizar a atividade humana com os valores naturais e paisagísticos;</li> </ul> </li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Implementar medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento sócio-económico local;</li> <li>○ Valorizar a manutenção e compatibilização das atividades tradicionais, nomeadamente de natureza piscatória, com os valores de natureza biológica, geológica e paisagística a preservar;</li> <li>○ Criar áreas de transição ou amortecimento de impactes, necessárias à proteção das áreas com regimes de proteção superiores.</li> </ul>
<p><b>Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado (PORNES)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 24 de novembro</p>	<p>A área do POC Espichel-Odeceixe é abrangida pelo PORNES numa parte da península de Troia, integrando o nível de 'proteção total', tendo como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a manutenção dos elementos e dos processos naturais em estado tendencialmente imperturbável;</li> <li>• Preservar amostras ecologicamente representativas num estado dinâmico e evolutivo;</li> <li>• Constituir uma reserva de biodiversidade aquática estuarina;</li> <li>• Garantir condições de tranquilidade necessárias para espécies sensíveis da fauna;</li> <li>• Estabelecer áreas de recuperação populacional e de fonte de recolonização de áreas estuarinas e marinhas adjacentes para espécies aquáticas comercialmente exploradas.</li> </ul> <p>Nestas áreas, a intervenção humana é fortemente condicionada, devendo subordinar-se à conservação dos valores naturais em presença, com os quais é incompatível qualquer tipo de utilização do solo, da água e do ar.</p>
<p><b>Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (PORNLSAS)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2007, de 23 de agosto</p>	<p>A área do POC Espichel-Odeceixe integra as tipologias do PORNLSAS sujeitas a regime de proteção, identificadas seguidamente, para as quais se indicam os respetivos objetivos.</p> <p><b>Área terrestre:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Áreas de proteção total</u>, destinam-se a garantir a manutenção dos processos naturais em estado de perturbação mínima.</li> <li>• <u>Áreas de proteção parcial tipo I</u>, destinam-se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos.</li> <li>• <u>Áreas de proteção parcial tipo II</u>, destinam-se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos e dos usos e atividades a eles associados.</li> <li>• <u>Áreas de proteção complementar tipo I</u>, este nível de proteção tem como objetivo a compatibilização das intervenções humanas com os valores naturais e paisagísticos e o amortecimento de impactes relativamente às áreas de proteção total e proteção parcial.</li> <li>• <u>Áreas de proteção complementar tipo II</u>, este nível de proteção tem como objetivo principal a recuperação ambiental, para que seja possível cumprir as funções de conservação dos valores naturais e paisagísticos e de amortecimento de impactes relativamente às áreas de proteção total e proteção parcial.</li> </ul> <p>Área terrestre - áreas de intervenção específica para a conservação da natureza e da biodiversidade, para as quais se aplica um regime de intervenção específica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Área de intervenção específica do eucaliptal</u>, com o objetivo de promover a substituição do eucaliptal de forma a aumentar o valor natural e paisagístico destes espaços, preferencialmente por plantação das espécies arbóreas indígenas mais adequadas ecologicamente a cada local.</li> <li>• <u>Área de intervenção específica do pinhal</u>, com o objetivo de encontrar modelos de gestão florestal compatíveis com a conservação dos valores naturais, a redução do risco de incêndio e a exploração sustentável dos recursos florestais. Tem ainda como objetivos específicos:</li> <li>• <u>Área de intervenção específica da lagoa da Sancha</u>, com o objetivo principal de aumentar o valor natural da lagoa da Sancha, nomeadamente enquanto habitat para a avifauna aquática.</li> <li>• <u>Área de intervenção específica da avifauna aquática nidificante</u>, com o objetivo de melhorar as condições de nidificação da avifauna aquática, promovendo o aumento das populações de espécies prioritárias presentes na RNLSAS e criando condições para a instalação num futuro próximo de outras espécies globalmente ameaçadas.</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Área de intervenção específica da vegetação não indígena</u>, com o objetivo principal de promover a recuperação dos habitats naturais através da eliminação ou redução populacional das espécies não indígenas. As intervenções a desenvolver devem considerar as melhores soluções técnicas para a remoção da vegetação não indígena e seus bancos de sementes nas áreas identificadas, acautelando problemas, como, por exemplo, o aumento da erosão e a ativação de bancos de sementes enterradas no solo.</li> <li>• <u>Área de intervenção específica dos brejos e lagoas temporárias</u>, com o objetivo principal de recuperação do valor natural dos brejos e lagoas temporárias degradados. As intervenções específicas a desenvolver devem considerar as melhores soluções técnicas para a recuperação ambiental destes habitats, tendo em atenção o seu estado atual e potencial de recuperação natural.</li> <li>• <u>Área de intervenção específica de acesso a pesqueiros</u>, com o objetivo principal de reduzir os impactos do pisoteio sobre a vegetação dunar e pós-dunar decorrentes do estacionamento de viaturas e do acesso de pescadores às praias.</li> </ul> <p><b>Área marinha</b>, com os seguintes objetivos prioritários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O fomento da biodiversidade marinha característica dos habitats existentes na RNLSAS, através de medidas adequadas de planeamento e gestão;</li> <li>• A recuperação e fomento de espécies exploradas comercialmente;</li> <li>• A investigação científica aplicada à conservação da natureza e à gestão dos recursos vivos marinhos, nomeadamente a que vise esclarecer a importância dos biótopos marinhos da RNLSAS e das respetivas comunidades para as espécies economicamente importantes;</li> <li>• A informação, sensibilização e educação ambientais;</li> <li>• A vigilância e fiscalização.</li> </ul> <p>Na área marinha - áreas sujeitas a regime de proteção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Área de proteção parcial</u>, destinando-se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos.</li> <li>• <u>Área de proteção complementar</u>, tendo como objetivos a compatibilização das intervenções humanas com os valores naturais e paisagísticos e o amortecimento de impactos relativamente à área de proteção parcial marinha.</li> </ul>
<p><b>Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV)</b> Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10-B/2011 de 5 de abril</p>	<p>A área do POC Espichel-Odeceixe integra as seguintes tipologias sujeitas a regime de proteção:</p> <p><b>Área terrestre:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Proteção total</u>, estas áreas destinam-se a garantir a manutenção ou recuperação do estado de conservação favorável dos valores naturais em presença e a integridade dos processos ecológicos que lhes estão associados, com o mínimo desenvolvimento de atividades humanas regulares ou qualquer tipo de uso do solo, da água, do ar e dos recursos biológicos.</li> <li>• <u>Proteção parcial</u>, onde a ausência de perturbação é fundamental para a salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos que suportam, são áreas essenciais para a manutenção do estado de conservação favorável de habitats naturais e de espécies da fauna e da flora.</li> <li>• <u>Proteção parcial II</u>, preservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos relevantes para a garantia da biodiversidade e a manutenção dos usos tradicionais do solo e dos recursos hídricos.</li> <li>• <u>Proteção complementar I</u>: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ O amortecimento dos impactos ambientais que afetam de forma negativa as áreas sujeitas a níveis de proteção total e proteção parcial;</li> <li>○ A manutenção e valorização das atividades agrícolas e florestais tradicionais compatíveis com a conservação dos habitats naturais, das espécies da flora e da fauna, do património geológico e da paisagem.</li> </ul> </li> <li>• <u>Proteção complementar II</u>, têm como objetivos:</li> </ul>



QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ O amortecimento dos impactes ambientais que afetam de forma negativa as áreas sujeitas a níveis superiores de proteção;</li> <li>○ A reconversão de estufas e viveiros, em caso de abandono ou cessação da atividade, para área agrícola de uso extensivo;</li> <li>○ A compatibilização da intervenção humana com os valores naturais e paisagísticos;</li> <li>○ A implementação das medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos e o desenvolvimento sócio-económico local, incentivando a fixação das populações e a melhoria da qualidade de vida.</li> </ul> <p><b>Área marinha e fluvial:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Proteção total:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Constituir uma reserva de biodiversidade marinha e de refúgio para algumas espécies;</li> <li>○ Garantir a manutenção dos valores e processos naturais em estado tendencialmente imperturbável;</li> <li>○ Preservar exemplos ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo.</li> </ul> </li> <li>• <u>Proteção parcial I</u>, recuperação, conservação e promoção dos valores naturais e paisagísticos relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade.</li> <li>• <u>Proteção parcial II:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A criação de áreas de transição ou amortecimento de impactes, necessárias à proteção das áreas com níveis de proteção superior;</li> <li>○ A valorização das atividades tradicionais, nomeadamente de natureza piscatória, compatibilizando a atividade humana com a conservação dos valores naturais e paisagísticos;</li> <li>○ A promoção do uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento sócio -económico local.</li> </ul> </li> <li>• <u>Proteção complementar:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover o usufruto da área marinha e fluvial, compatível com a conservação da biodiversidade e a exploração sustentável dos recursos haliêuticos;</li> <li>○ Desenvolver medidas de gestão integrada dos ecossistemas que contribuam para o desenvolvimento sócio-económico local.</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Áreas de Intervenção Específica (AIE) terrestres:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Conservação da natureza e da biodiversidade:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <u>a.01 – Dunas de S. Torpes (Odemira) I</u>; o objetivo principal desta intervenção específica é a salvaguarda da área de matos dunares em relação à existência de espécies invasoras, ao pisoteio, circulação de veículos e ao estacionamento selvagem.</li> <li>○ <u>a.02 – Malhão / Aivados (Odemira)</u>; os principais objetivos da intervenção específica a realizar são: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservar as espécies da flora;</li> <li>▪ Conservar os valores geológicos;</li> <li>▪ Ordenar a circulação de pessoas e veículos;</li> <li>▪ Promover a sensibilização ambiental.</li> </ul> </li> <li>○ <u>a.04 – Área de ocorrência de <i>Plantago almogravensis</i> (Odemira)</u>; tem como objetivos principais garantir a conservação de <i>Plantago almogravensis</i>, incrementando o seu efetivo populacional e a sua área de ocorrência.</li> <li>○ <u>a.05 – Área de ocorrência de <i>Cistus ladanifer</i> supesp. <i>Sulcatus</i> (Odemira)</u>, tem como objetivos principais garantir a conservação de <i>Cistus ladanifer</i> ssp. <i>sulcatus</i>, incrementando o seu efetivo populacional e a sua área de ocorrência.</li> </ul> </li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Conservação e valorização do património geológico (geossítios)</u> tendo como objetivos executar ações conducentes à conservação, valorização, investigação e integração de valores do património geológico, e à promoção do seu conteúdo científico, didático e geoturístico; e desenvolver ações de educação ambiental e de divulgação, promoção e valorização de valores do património geológico:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Praias encastradas – Porto Côvo (Sines);</li> <li>○ Arribas talhadas – Ilha do Pessegueiro (Sines);</li> <li>○ Corpo dunar – Praia de Aivados-Malhão (Odemira);</li> <li>○ Lápiaz da Pedra do Patacho – Vila Nova de Milfontes (Odemira);</li> <li>○ Estuário do Mira (Odemira);</li> <li>○ Arriba talhada do Cabo Sardão.</li> </ul> </li> <li>• <u>Valorização do património cultural</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <u>Área de intervenção específica do Forte de Dentro da Ilha do Pessegueiro (Sines)</u> — Área terrestre: aproveitamento para apoio à sensibilização e informação ambiental, permitindo a compatibilização destes usos com fins turísticos.</li> </ul> </li> <li>• <u>Valorização do património edificado</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ d.01.17 – Entrada da Barca (Odemira);</li> <li>○ d.01.18 – Samouqueiro (Odemira).</li> </ul> </li> <li>• <u>E.01 – Área do perímetro de rega do Mira</u>, onde se pretendem atingir os seguintes objetivos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Enquadrar o uso agrícola de forma a permitir o aproveitamento do seu potencial produtivo, respeitando os objetivos de conservação da natureza;</li> <li>○ Assegurar a manutenção da biodiversidade;</li> <li>○ Garantir a preservação dos recursos solo e água;</li> <li>○ Incentivar a aplicação de boas práticas agrícolas;</li> <li>○ Incentivar uma atividade agrícola ambientalmente sustentável;</li> <li>○ Assegurar a participação ativa dos agricultores e das empresas na implementação e cumprimento das normas, designadamente através do envolvimento da entidade concessionária do Perímetro de Rega do Mira e das organizações representativas dos produtores.</li> </ul> </li> </ul> <p><b>AIE marinhas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>m.01 – Ilha do Pessegueiro (Sines)</u>, tendo como objetivo a definição das condições de acesso e visita, compatíveis com a preservação e valorização dos valores culturais e naturais</li> <li>• <u>m.02 – Estuário do Rio Mira (Odemira)</u>: tendo como objetivo a promoção do conhecimento dos valores naturais do estuário de modo a suportar a sua gestão integrada e a compatibilização dos usos com os valores naturais.</li> </ul>
<p><b>Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril</p>	<p>O PROT-AML tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A contenção da expansão da área metropolitana de Lisboa, sobretudo sobre o litoral e as áreas de maior valor ambiental, bem como nas zonas saturadas ou críticas do ponto de vista urbanístico;</li> <li>• A diversificação da centralidade na estruturação urbana, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana;</li> <li>• A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenham uma função ecológica essencial ao funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano;</li> <li>• A promoção da qualidade urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, e de áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<p>O esquema de Modelo Territorial do PROT-AML integra três espaços estruturantes na área do POC Espichel-Odeceixe:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma área natural;</li> <li>• um pólo de valência turística e ambiental;</li> <li>• e uma área turística a estruturar e a qualificar.</li> </ul> <p>A área de intervenção do POC Espichel-Odeceixe integra a unidade territorial 10 Arrábida/ Espichel/ Matas de Sesimbra, nas subunidades autónomas Serra da Arrábida, cabo Espichel e Sesimbra/ Santana / Lagoa de Albufeira:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Serra da Arrábida e o cabo Espichel correspondem a uma extensa área costeira e serrana de elevado interesse e diversidade ecológica.</li> <li>• O eixo urbano Sesimbra/ Santana / Lagoa de Albufeira apesar de heterogéneo constitui uma área urbanizada direcionada para o turismo, recreio e lazer.</li> </ul> <p>O POC Espichel-Odeceixe integra a Rede Ecológica Metropolitana (REM), objetivo central no PROT-AML, na Área Estruturante Primária Arrábida/ Espichel/ matas de Sesimbra/ lagoa de Albufeira.</p>
<p><b>Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de setembro</p>	<p>O PROTA identifica nove desafios ao processo de ordenamento e desenvolvimento territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento económico e o emprego;</li> <li>• <u>Consolidar o sistema urbano e desenvolver um novo relacionamento urbano-rural;</u></li> <li>• <u>Garantir níveis adequados de coesão territorial;</u></li> <li>• <u>Valorizar e preservar o património natural, paisagístico e cultural;</u></li> <li>• <u>Implementar um modelo de turismo sustentável;</u></li> <li>• Potenciar o efeito das grandes infraestruturas (regionais e nacionais);</li> <li>• Criar escala e reforçar as relações com o exterior;</li> <li>• Combater os processos de desertificação.</li> </ul> <p>Das componentes territoriais estruturantes do Modelo Territorial, referem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No <u>sistema urbano</u>, a área do POC Espichel-Odeceixe integra o centro urbano regional (CUR) de Sines – Santiago do Cacém – Santo André, considerado um espaço de desenvolvimento económico determinante para a região.</li> <li>• Todo o litoral está integrado na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), reforçando-se a importância da valorização dos recursos naturais como suporte de desenvolvimento viável e coeso bem como a preservação da paisagem e a identidade regional.</li> </ul>
<b>ZONAS COSTEIRAS, MAR E PESCAS</b>	
<p><b>Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBOGEM)</b></p> <p>Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, alterada pela Lei n.º 1/2021, de 11 de janeiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição de um “espaço marítimo diferenciador da identidade nacional, sustentável, ordenado e seguro, suporte de atividades socioeconómicas e potenciador de recursos, assente no conhecimento, na inovação e na especificidade geográfica.”</li> <li>• Cabe ao POEM “afirmar a importância económica, ambiental e social do Mar, assente na promoção do conhecimento dos recursos naturais e das atividades existentes e potenciais e no ordenamento integrado e gestão adaptativa dos usos que se desenvolvem no espaço marítimo, em estreita articulação com a gestão da zona costeira, com o normativo internacional, comunitário e nacional e demais instrumentos de planeamento sectorial e de gestão do território, envolvendo os diferentes atores e agentes.”</li> </ul> <p><u>Dos 5 domínios estratégicos, assinala-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais: Recuperação, Proteção, Conservação; Prevenção, Minimização, Mitigação; e Valoração</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p style="text-align: center;"><b>Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional (ENGIZC)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma zona costeira com identidade própria, apostando nos seus recursos e nos valores únicos naturais e culturais identitários desses territórios</li> <li>• Uma zona costeira sustentável, com salvaguarda e valorização dos seus recursos e valores naturais, patrimoniais e paisagísticos baseada numa gestão que privilegie as opções naturalizadas e adaptativas que melhor se coadunem com uma abordagem integrada das questões sociais, económicas e ambientais</li> <li>• Uma zona costeira bem ordenada, adequando os usos e ocupações às capacidades de carga e de resiliência dos sistemas naturais, bem como à sensibilidade das diferentes áreas, no âmbito de uma visão sistémica e prospetiva do ordenamento e planeamento destas áreas</li> <li>• Uma zona costeira segura e pública, conjugando de forma harmoniosa a utilização e fruição pública e a ocupação humana com a gestão preventiva dos riscos associados, nomeadamente erosivos, especialmente em zonas ameaçadas pela subida do nível médio das águas do mar</li> <li>• Uma zona costeira competitiva, como espaço produtivo gerador de riqueza e de emprego, centrados na valorização económica dos potenciais marinhos e marítimos, naturais e culturais, existentes, nomeadamente através do recurso a iniciativas económicas que incorporem tecnologias com reduzido impacte ambiental e modelos sustentáveis de desenvolvimento económico</li> </ul> <p>Destacam-se os seguintes <u>objetivos temáticos</u> da ENGIZC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar e valorizar os recursos e o património natural, paisagístico e cultural;</li> <li>• Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactos de natureza ambiental, social e económica: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Identificar e caracterizar as áreas de risco e vulneráveis e tipificar mecanismos de salvaguarda;</li> </ul> </li> <li>• Promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover a criação de condições favoráveis ao acolhimento e ao desenvolvimento de atividades da náutica de recreio e de turismo sustentável;</li> </ul> </li> <li>• Aprofundar o conhecimento científico sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiras.</li> </ul> <p>Destacam-se os seguintes <u>objetivos transversais</u> da ENGIZC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar e promover a articulação institucional e a coordenação de políticas e instrumentos;</li> <li>• Integrar no quadro dos IGT a problemática da gestão integrada da zona costeira.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro</p>	<p>Revoga a Estratégia aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de dezembro.</p> <p>A ENM 2013-2020 assenta num novo paradigma para o desenvolvimento sustentado, orientado pela visão da Comissão Europeia para o setor marítimo: o «Crescimento Azul», o qual implica um maior grau de perceção do valor do mar como ativo estratégico e do papel cada vez mais importante que este desempenhará na melhoria da qualidade de vida dos portugueses.</p> <p>Objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Três pilares estratégicos: (a) Conhecimento; (b) Planeamento e ordenamento espaciais; e (c) Promoção e defesa ativas dos interesses nacionais</li> <li>• Reafirmar a identidade marítima nacional num quadro moderno, pro-ativo e empreendedor;</li> <li>• Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar -Portugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes;</li> <li>• Criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os sectores da economia do mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do sector mar para o PIB nacional em 50%;</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos, atividades e serviços dos ecossistemas.</li> <li>Consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da política marítima integrada e da estratégia marítima da UE, nomeadamente para a área do Atlântico.</li> </ul> <p>São ainda relevantes os seguintes objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promover desportos ligados ao mar</li> <li>Promover a conservação, conhecimento e valorização da biodiversidade</li> <li>Manter os habitats num estado de conservação favorável e recuperar os habitats degradados</li> </ul> <p>Valorizar o mar como elemento diferenciador da oferta turística, criando as condições para o melhor aproveitamento do oceano e zonas costeiras e apostando na qualidade e na diversidade da oferta dos produtos turísticos</p>
<p><b>Programa Operacional Mar 2020 (2014-2020)</b></p> <p>Ministério da Agricultura e do Mar, 2015</p>	<p>As prioridades estratégicas subdividem-se em várias medidas:</p> <p><u>Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Redução do impacto da pesca no meio marinho, incluindo a prevenção e redução, na medida do possível, das capturas indesejadas</li> <li>Proteção e restauração da biodiversidade aquática e dos ecossistemas aquáticos</li> <li>Obtenção de um equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca disponíveis</li> <li>Aumento da competitividade e viabilidade das empresas de pesca, inclusive da frota da pequena pesca costeira, e melhoria das condições de segurança e de trabalho</li> <li>Prestação de apoio ao reforço do desenvolvimento tecnológico e da inovação, nomeadamente através do aumento da eficiência energética, e da transferência de conhecimentos</li> </ul> <p><u>Assegurar a sustentabilidade económica, social e ambiental do setor da pesca e da aquicultura e contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a Política marítima integrada</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prestação de apoio ao reforço do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da transferência de conhecimentos</li> <li>Aumento da competitividade e da viabilidade das empresas aquícolas, incluindo a melhoria das condições de segurança e de trabalho, em particular das PME</li> <li>Proteção e restauração da biodiversidade aquática e melhoria dos ecossistemas ligados à aquicultura, e promoção de uma aquicultura eficiente em termos de recursos</li> <li>Promoção de uma aquicultura dotada de um nível elevado de proteção do ambiente, da saúde e bem-estar dos animais e da saúde e segurança públicas</li> <li>Desenvolvimento da formação profissional, de novas competências profissionais e da aprendizagem ao longo da vida</li> </ul> <p><u>Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentando o emprego e a coesão territorial, bem como a capacitação e qualificação dos profissionais do setor</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prestação de apoio ao acompanhamento, ao controlo e à execução, através do reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração pública, sem aumentar os encargos administrativos</li> <li>Melhoria e fornecimento de conhecimentos científicos e melhoria da recolha e gestão de dados</li> </ul> <p><u>Aumentar o emprego e a coesão territorial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção do crescimento económico, da inclusão social e da criação de empregos e prestação de apoio à empregabilidade e mobilidade laboral nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, nomeadamente a diversificação das atividades no domínio das pescas e noutros setores da economia marítima</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<p>Promover a comercialização e a transformação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da organização do mercado dos produtos da pesca e da aquicultura</li> <li>• Incentivo ao investimento nos setores da transformação e da comercialização</li> </ul> <p>Fomentar a execução da Política Marítima Integrada (PMI)</p> <p>Desenvolvimento e implementação da PMI</p>
<p><b>Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (2014) – Gestão da Zona Costeira. O Desafio da Mudança</b></p>	<p>O relatório do GTL apresenta uma síntese do conhecimento sobre a dinâmica da faixa costeira de Portugal em situação de referência e em cenários de alteração climática. No que se refere aos POC, o relatório refere a necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação e ponderação de objetivos e interesses para o ordenamento e gestão da interface terra/mar, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Ações necessárias para a prevenção e gestão de situações de risco de galgamento, inundação e erosão costeira</li> <li>○ Atividades humanas a desenvolver no espaço marítimo com os usos e ocupações previstos nos diversos IGT</li> </ul> </li> <li>• Harmonização e compatibilização das normas orientadoras para a ocupação das faixas de risco de modo a contribuir para um ordenamento e gestão mais coerentes e equitativos da faixa costeira, quer em troços arenosos, quer limitados por arribas</li> <li>• Identificação das zonas e faixas de risco e estabelecimentos de condicionantes ao seu uso e ocupação</li> <li>• Estabelecimento como regra da interdição de novas construções nas faixas de risco máximo para terra, adjacentes às cristas das arribas</li> <li>• Ponderação das ocupações existentes e dos compromissos urbanísticos válidos e eficazes, assumidos para áreas críticas em que o grau de risco para pessoas e bens é elevado</li> </ul> <p>O relatório do GTL recomenda como estratégias de adaptação da zona costeira, para reduzir o risco costeiro, duas ações complementares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir a erosão por meio da alimentação artificial</li> <li>• Atuar sobre a ocupação de modo a reduzir o risco em que se encontra, por meio de estratégias de acomodação e realocização (recuo planeado)</li> </ul> <p>Define ainda a necessidade de operacionalização da política de gestão de sedimentos, transposição sedimentar e manchas de empréstimo, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritário desenvolver uma gestão integrada e racional dos sedimentos da orla costeira, do leito do mar, dos estuários e rios, baseada nas necessidades identificadas de realimentação sedimentar</li> <li>• Articulação institucional e coordenação de políticas e instrumentos, de forma efetiva e sustentável</li> <li>• Definição, em sede da política do mar e da utilização dos recursos geológicos da plataforma continental, de medidas que acautelem a salvaguarda de manchas de empréstimo de sedimentos com as características necessárias para poderem ser utilizadas na alimentação costeira</li> <li>• Alteração das atuais práticas de deposição de sedimentos da classe 2 abaixo da profundidade de fecho</li> </ul> <p>As ações prioritárias a nível nacional, necessárias para assegurar a gestão integrada das zonas costeiras a curto, médio e longo prazo, identificadas pelo GTL, são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer um acordo de regime e desenvolver parcerias interinstitucionais sobre a gestão integrada da zona costeira</li> <li>• Assegurar a monitorização e partilha de informação</li> <li>• Elaborar mapas de vulnerabilidade e risco</li> <li>• Identificar e planear os processos de realocização</li> <li>• Desenvolver uma política de gestão integrada de sedimentos</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar as fontes de sedimentos, definir os locais de deposição e a calendarização das ações de alimentação artificial, incluindo a transposição sedimentar</li> <li>• Iniciar as intervenções de alimentação artificial com volumes sedimentares de grande magnitude ("shorts"); estas intervenções devem ser encaradas como obras de emergência nos troços de maior risco</li> <li>• Manter e reconfigurar as obras de proteção costeira nos troços de maior risco até se conseguir restabelecer o equilíbrio sedimentar por meio das intervenções de alimentação artificial, incluindo os "shots" iniciais</li> <li>• Assegurar ações de fiscalização mais eficazes no que respeita ao cumprimento das regras de ordenamento do território</li> </ul>
<p><b>Plano de Ação Litoral XXI</b></p>	<p>Este Plano de Ação surge na sequência do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral. Assume-se como a base para a programação das intervenções a desenvolver até 2030 e que concorre, para os objetivos das políticas e instrumentos para a gestão da zona costeira costeira, refletindo opções estratégicas e políticas, identificando e priorizando o vasto conjunto de intervenções físicas a desenvolver pelas múltiplas entidades com atribuições e competências no litoral. Estas intervenções incidem na prevenção do risco e na salvaguarda de pessoas e bens, na proteção e valorização do património natural, no desenvolvimento sustentável das atividades económicas geradoras de riqueza e na fruição das áreas dominiais em condições de segurança e qualidade, na articulação com a gestão dos recursos hídricos interiores numa ótica de gestão das bacias hidrográficas que acautela a reposição progressiva dos ciclos sedimentares, sem esquecer a monitorização, o conhecimento científico, a disponibilização de informação, a educação e formação, bem como a governação.</p> <p>As opções estratégicas do PALXXI são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Antecipar, prevenir e gerir situações de risco, através de uma gestão partilhada e corresponsável que corrija os problemas estruturais do passado (erosão costeira e uso do solo) e enquadre as soluções a desafios futuros, designadamente em cenários decorrentes de alterações climáticas;</li> <li>- Desenvolver uma gestão integrada e racional de sedimentos (dos rios, dos estuários, da orla costeira e do leito do mar);</li> <li>- Conservar e valorizar os recursos e os sistemas costeiros, a par da promoção do desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e valorização de recursos específicos da zona costeira;</li> <li>- Aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica costeira e fomentar uma rede de monitorização e observação sistemática focada nos temas prioritários;</li> <li>- Reforçar e promover a articulação institucional e a integração de políticas setoriais;</li> <li>- Promover o acesso à informação e a participação pública, assim como a educação e a formação no quadro da gestão costeira.</li> </ul> <p>O documento discrimina as ações a realizar por tipo, bem como os investimentos que lhe estão associados.</p>
<p><b>Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-2020</b></p> <p>Ministério da Agricultura e do Mar, 2014</p>	<p>O Plano tem como objetivo estratégico:</p> <p><i>“Aumentar e diversificar a oferta de produtos da aquicultura nacional, tendo por base princípios de sustentabilidade, qualidade e segurança alimentar, para satisfazer as necessidades de consumo e contribuir para o desenvolvimento local e para o fomento do emprego.”</i></p> <p>Em harmonia com a Estratégia Nacional para o Mar e as orientações estratégicas da Comissão Europeia, definiu como os seus princípios orientadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A exploração sustentável dos recursos utilizando práticas adequadas à preservação do meio ambiente;</li> <li>• A utilização dos recursos naturais, nomeadamente os espaços em mar aberto com aptidão aquícola, e a reutilização de áreas inativas em estuários e outras zonas húmidas;</li> <li>• O envolvimento institucional, nomeadamente a nível da mobilização das estruturas administrativas, dos recursos existentes no âmbito da investigação e desenvolvimento, bem como dos incentivos ao investimento privado;</li> <li>• O reforço da confiança dos consumidores assente na qualidade e segurança alimentar dos produtos da aquicultura;</li> <li>• A manutenção e desenvolvimento do emprego e da qualidade de vida.</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<b>ÁGUA E RESÍDUOS</b>	
<p><b>Lei da Água</b></p> <p>Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 11-A/2006, de 23 de fevereiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água</li> <li>• Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis</li> <li>• Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias</li> <li>• Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição</li> <li>• Mitigar os efeitos das inundações e das secas</li> <li>• Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água</li> <li>• Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais</li> <li>• Assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho</li> </ul>



QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Plano Nacional da Água (PNA)</b></p> <p>Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas</li> <li>• Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados</li> <li>• Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País</li> <li>• Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português</li> <li>• Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos</li> </ul>
<p><b>Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o uso eficiente da água em Portugal, nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de stress hídrico, quer em situação hídrica normal quer durante períodos de seca.</li> <li>• Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR)</b></p> <p>Despacho n.º 2339/2007, de 14 de fevereiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção dos valores ambientais:</li> <li>• Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário</li> <li>• Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e pelos setores produtivos</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico Nacional para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)</b></p> <p>Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril</p>	<p>Sucede ao PEAASAR e representa uma mudança de paradigma, em que o foco passa a residir mais nos modelos de gestão, em detrimento da cobertura dos serviços de água.</p> <p>Sob a visão estratégica “Um setor ao serviço da população e da economia do país que preste serviços de qualidade e sustentáveis em termos ambientais, económico-financeiros e sociais. Desenvolvimento do setor com base numa governança em parcerias e sustentada pela estratégia.”, este documento apresenta como <b>objetivos gerais</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar a estratégia nas bases sólidas que foram criadas no passado, nomeadamente através dos planos estratégicos anteriores construindo sobre aquilo que merece a aceitação geral dos parceiros setoriais;</li> <li>• Identificar e clarificar de uma forma consistente e com base em dados concretos as causas dos problemas que afetam o setor;</li> <li>• Definir a estratégia com base em objetivos de sustentabilidade em todas as suas vertentes — técnica, ambiental, económica, financeira e social, de modo a criar um contexto de aceitação global a médio (2014 -2020) e a longo prazo (para além de 2020);</li> <li>• Agregar essa estratégia de sustentabilidade a médio e longo prazo a uma parceria ganhadora em que todos os atores setoriais possam associar-se e obter ganhos partilhados, permitindo um salto qualitativo do setor, à semelhança do passado, quando foi possível reunir esse consenso e compromisso alargados;</li> <li>• Criar uma estratégia dinâmica cuja implementação possa ser assegurada através de um Grupo de Apoio à Gestão (GAG), que garanta o apoio à boa governança do setor de uma forma contínua, formulada no Plano de Gestão proposto, incluindo a monitorização e atualização anual do PENSAAR 2020 a partir de uma plataforma de informação setorial a nível nacional que integre os dados das entidades responsáveis pelo planeamento e regulação do setor, partilhada por todos os parceiros setoriais e acessível aos utilizadores e cidadãos;</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuir para um setor de excelência com desempenho elevado num contexto que exige também solidariedade e equidade, permitindo conciliar forças potencialmente divergentes intrínsecas a um setor que produz um bem económico e social.</li> </ul> <p>Para o cumprimento dos objetivos referidos acima foram definidos <b>cinco eixos estratégicos</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água</li> <li>Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados</li> <li>Otimização e gestão eficiente dos recursos</li> <li>Sustentabilidade económico-financeira e social</li> <li>Condições básicas e transversais</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estes cinco eixos estratégicos subdividem-se ainda em 19 objetivos estratégicos (p.e., Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos; e Alterações climáticas, catástrofes naturais, riscos – redução, adaptação). Para a sua execução estão estruturadas, no Plano de Ação, 48 medidas, as quais se encontram enquadradas em 135 ações.</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020+)</b> Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>“Promover a prevenção e a gestão de Resíduos integrada no ciclo de vida dos produtos, centrada numa economia tendencialmente circular e que garanta uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais”.</li> </ul>
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	
<p><b>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)</b>  Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li><u>Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética</u>: pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos setores de bens e serviços transacionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de atividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas</li> <li><u>Melhor ambiente e valorização do património</u>: este objetivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a proteção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, para que o património natural seja evidenciado como fator de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos setores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído</li> </ul>
<b>ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</b>	
<p><b>Programa Nacional para as Alterações Climáticas para o período 2013-2020 (PNAC 2020)</b>  Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro</p>	<p>A elaboração do PNAC 2020 enquadra-se no cumprimento das metas nacionais em matéria de alterações climáticas para o período 2013-2020 para os setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), através da limitação das emissões. O PNAC deveria estar articulado com o Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), assim como consolidar e reforçar as políticas, as medidas e os instrumentos de caráter setorial previstos no anterior PNAC (de 2006) e nas Novas Metas 2007.</p> <p>Nota: De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro, o PNAC 2020 deveria ter sido elaborado e aprovado até 31 de dezembro de 2012, no entanto, tal não sucedeu. De acordo com um documento do Governo português, datado de abril de 2013, o PNAC 2020 “encontra-se em fase de lançamento do concurso público para a aquisição de serviços para a sua elaboração, estimando-se, após adjudicação, um prazo de 6 meses para a sua conclusão.” Contudo, na recolha de informação bibliográfica não se encontraram quaisquer referências à elaboração e à consequente aprovação do PNAC 2020.</p>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho</p>	<p>Este programa apresenta os seguintes objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação do solo e da água</li> <li>• Fixação da população ativa nas zonas rurais</li> <li>• Recuperação das áreas mais afetadas pela desertificação</li> <li>• Sensibilização da população para a problemática da desertificação</li> <li>• Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais</li> </ul>
<p><b>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAAC 2020)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho</p>	<p>Sucede à ENAAAC, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 24 de Abril.</p> <p>A ENAAAC 2020 define <u>três objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas</li> <li>• Implementar medidas de adaptação</li> <li>• Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.</li> </ul> <p>A abordagem utilizada pela ENAAAC 2020 está estruturada nas seguintes seis áreas temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Investigação e inovação</li> <li>• Financiar e implementar a adaptação</li> <li>• Cooperação internacional</li> <li>• Comunicação e divulgação</li> <li>• Integrar a adaptação no ordenamento do território</li> <li>• Ontegar a adaptação na gestão dos recursos hídricos</li> </ul> <p>Domínios e setores estratégicos onde se irão focar esforços de identificação de impactos e de definição de medidas de adaptação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura e florestas</li> <li>• Biodiversidade</li> <li>• Economia (turismo, indústria e serviços)</li> <li>• Energia e segurança energética</li> <li>• Florestas</li> <li>• Segurança de pessoas e bens</li> <li>• Saúde humana</li> <li>• Transportes e comunicações</li> <li>• Zonas costeiras</li> </ul>
<p><b>Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas (EAAFAC)</b></p> <p>Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2013</p>	<p>Aumentar a resiliência, reduzir os riscos e manter a capacidade de produção de bens e serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar e melhorar o potencial produtivo dos solos e combater a desertificação</li> <li>• Reforçar a disponibilidade e uso eficiente da água na agricultura</li> <li>• Melhorar a capacidade de gestão do risco na agricultura</li> <li>• Promover a resiliência dos espaços florestais através do planeamento e gestão florestal</li> <li>• Diminuir a vulnerabilidade e a exposição aos riscos bióticos e abióticos</li> <li>• Manter a capacidade dos espaços florestais e agrícolas proporcionar em bens e serviços</li> <li>• Preservar e valorizar o património genético de interesse para a agricultura e para as florestas</li> </ul> <p>Aumentar e transferir o conhecimento entre os agentes dos setores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o conhecimento sobre os impactos potenciais, a capacidade de resposta e as medidas de adaptação</li> <li>• Promover a transferência de conhecimento entre a ciência e a prática florestal e agrícola</li> </ul>

<b>QRE</b>	<b>Orientações ambientais e de sustentabilidade</b>
	Monitorizar e avaliar: <ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="486 398 1165 427">• Monitorizar a resposta dos ecossistemas às alterações climáticas</li><li data-bbox="486 436 1125 465">• Monitorizar a adequação de políticas, planos e instrumentos</li></ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<b>CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</b>	
<p><b>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001</p>	<p>Sucede à ENCNB, aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001.</p> <p>A matriz estratégica definida na ENCNB 2030 permite definir os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar o Sistema Nacional de Áreas Classificadas e promover a sua gestão partilhada</li> <li>• Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional</li> <li>• Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna, flora) e habitats ao nível nacional</li> <li>• Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da UE</li> <li>• Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal</li> <li>• Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade</li> <li>• Reforçar o cumprimento do quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade</li> <li>• Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política de conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base</li> <li>• Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo-prazo, serviços relevantes para o bem-estar humano</li> <li>• Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida</li> <li>• Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade</li> <li>• Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade</li> <li>• Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade</li> <li>• Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade.</li> <li>• Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade</li> <li>• Garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos</li> <li>• Promover e articular a integração dos objetivos da conservação da natureza e biodiversidade nos planos, programas, instrumentos e normas do espaço marítimo</li> <li>• Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais</li> <li>• Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade</li> <li>• Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais</li> <li>• Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do turismo de natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural</li> <li>• Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos terrestres e marinhos</li> <li>• Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações</li> <li>• Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas</li> <li>• Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas.</li> </ul>

<b>QRE</b>	<b>Orientações ambientais e de sustentabilidade</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade</li><li>• Atualizar o regime jurídico de avaliação de impacto ambiental</li></ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<b>ENERGIA</b>	
<p><b>Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016 (PNAEE 2016)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este Plano visa garantir o desenvolvimento de um modelo energético com racionalidade económica, que assegure custos de energia sustentáveis, que não comprometam a competitividade das empresas nem a qualidade de vida dos cidadãos, bem como assegurar a melhoria substancial na eficiência energética do País;</li> <li>• O PNAEE visa promover a eficiência energética em seis áreas específicas: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria, Estado, Comportamentos e Agricultura.</li> </ul>
<p><b>Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2020 (PNAER 2020)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNAER visa a progressiva utilização das energias renováveis – energia eólica, energia hídrica, energia solar, biomassa, biogás, energia oceânica, energia geotérmica. E visa promover a eficiência energética em seis áreas específicas: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria, Estado, Comportamentos e Agricultura.</li> </ul>
<b>TRANSPORTES</b>	
<p><b>Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro</p>	<p>O PET definiu orientações ao nível da gestão associada à exploração das infraestruturas de transportes, bem como na definição dos investimentos prioritários, tendo como prioridade de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) (2014-2020)</b></p> <p>Ministério da Economia, 2014</p>	<p><u>Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do setor do turismo nacional e promover a melhoria das condições de acolhimento e da qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas</li> <li>• Alavancar as vantagens competitivas de Portugal decorrentes do seu posicionamento geoestratégico, na interceção de grandes corredores internacionais marítimos e aéreos</li> </ul> <p><u>Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prosseguir o esforço de reformas estruturais</li> <li>• Consolidar a sustentabilidade financeira presente e futura do setor, aliviando o peso das responsabilidades transferidas para as futuras gerações</li> <li>• Focar a intervenção direta do Estado nas áreas que constituem o seu verdadeiro papel, promovendo a participação da iniciativa privada nas áreas em que oferece maior eficiência e valor acrescentado na prossecução dos objetivos da política de transportes</li> </ul> <p><u>Promover a coesão social e territorial assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país</u></p>

<b>QRE</b>	<b>Orientações ambientais e de sustentabilidade</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades</li><li>• Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial</li><li>• Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no setor dos transportes</li></ul> <p><u>Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes</u></p>



QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Plano Rodoviário Nacional (PRN)</b></p> <p>Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto</p>	<p>Organização e hierarquia da rede rodoviária nacional de Portugal Continental, constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar, e que desempenha funções de interesse nacional ou internacional</p>
<p><b>Plano Estratégico do Porto de Sines</b></p> <p>OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O PORTO DE SINES 2020-2030</p>	<p>As opções estratégicas para o Porto de Sines 2020-2030 estão sustentadas em três Eixos Estratégicos, cujo objetivo fulcral se foca no reforço da centralidade e da conectividade assente num modelo de gestão de rede ou de coordenação do sistema, e um compromisso firme com a sustentabilidade ambiental e social, este plano estratégico pretende tornar Sines um Porto para o Mundo, trazendo o Mundo para o Porto enquanto o prepara para um Futuro cada vez mais moderno, inovador, digital e eficiente.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E REGIONAL</b>	
<p><b>Portugal 2020</b></p> <p>Governo Português, 2014</p>	<p><u>Competitividade e Internacionalização</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a intensidade de tecnologia e conhecimento dos vários setores e do conjunto da economia</li> <li>• Aumentar o peso das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e a orientação exportadora das empresas portuguesas</li> </ul> <p><u>Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono</li> <li>• Promover a adaptação às alterações climáticas e a gestão e prevenção de riscos</li> <li>• Proteger o ambiente (resíduos, água, biodiversidade, passivos ambientais, ambiente urbano)</li> <li>• Maximizar as potencialidades endógenas do território</li> </ul>
<p><b>Lisboa 2020</b></p> <p>CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, 2014</p>	<p><u>Crescimento Inteligente – Meios Criativos e Indústrias Culturais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativa nas indústrias criativas e culturais</li> <li>• Promoção das condições de suporte aos meios criativos e culturais</li> <li>• Proteção e promoção do património cultural</li> </ul> <p><u>Crescimento Sustentável – Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Superação das necessidades no setor dos resíduos</li> <li>• Superação das necessidades no setor da água</li> <li>• Proteção da biodiversidade, dos solos e dos ecossistemas</li> <li>• Adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos</li> <li>• Promoção da capacidade de resistência e gestão de catástrofes</li> </ul> <p><u>Crescimento Sustentável – Economia de Baixo Carbono</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção e distribuição de energia renovável</li> <li>• Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eficiência energética nos edifícios públicos</li> <li>• Eficiência energética no setor da habitação</li> <li>• Promoção de sistemas de distribuição inteligentes a níveis de baixa e média tensão;</li> <li>• Promoção de mobilidade urbana sustentável e inclusiva</li> </ul> <p><u>Crescimento Sustentável – Qualificação Urbana</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regeneração de instalações industriais abandonadas</li> <li>• Regeneração de zonas urbanas deprimidas</li> </ul> <p><u>Crescimento Inclusivo – Demografia e Serviços de Proximidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Envelhecimento ativo e saudável</li> <li>• Superação de necessidades de equipamentos de saúde e sociais</li> </ul>
<p><b>Alentejo 2020</b></p> <p>CCDR do Alentejo, 2014</p>	<p>A visão para o território é fomentar “um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, visitantes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.”</p> <p>O documento define seis Linhas Estruturantes do Desenvolvimento Regional e dez eixos prioritários, dos quais se realçam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• desenvolvimento urbano sustentável;</li> <li>• emprego e valorização económica de recurso endógeno;</li> <li>• coesão social e inclusão;</li> <li>• eficiência energética e mobilidade;</li> <li>• ambiente e sustentabilidade.</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES)</b></p> <p>Associação de Municípios da Região de Setúbal, 2000</p>	<p><u>Promoção da qualidade do território regional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da coesão territorial interna – ordenamento do território, funcionalidade e identidade territorial, relações de vizinhança e segurança dos espaços públicos</li> <li>• Promoção da qualidade urbanística dos centros urbanos – reabilitação de património construído, requalificação de espaços públicos, programação e gestão urbanística</li> <li>• Requalificação, preservação e valorização do ambiente urbano, rural e natural</li> <li>• Valorização da ruralidade em contexto metropolitano – uso do solo, articulação funcional com aglomerados urbanos, requalificação urbanística/paisagística das “aldeias”, valorização das relações de vizinhança, promoção de novas funções económicas, marketing territorial</li> </ul> <p><u>Promoção da coesão do tecido social da PS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o lazer e o usufruto cultural – equipamentos, animação recreativo-cultural, cultura popular vs erudita</li> </ul> <p><u>Promoção da cidadania e da participação</u></p>
<p><b>Plano Estratégico de Desenvolvimento do Litoral Alentejano 2014 – 2020 (PEDAL)</b></p> <p>Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, 2014</p>	<p>O PEDAL assume como visão estratégica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Afirmar o Alentejo Litoral como um território direcionado para a qualidade de vida da população e para a internacionalização dos principais setores da economia, <u>que promove a proteção e salvaguarda recursos ambientais e paisagísticos, enquanto tónica essencial à afirmação e ao desenvolvimento do cluster do turismo (...)</u>”.</li> </ul> <p>A estratégia está estruturada em torno de quatro eixos, dos quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Construção e afirmação do produto turístico</u></li> <li>• <u>Afirmação do pólo económico de Sines</u></li> <li>• <u>Valorização dos recursos endógenos</u></li> <li>• Das condições transversais de suporte a todo o plano, refere-se a articulação dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente as normas e as orientações previstas em planos regionais, municipais e especiais.</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<p>Os quatro eixos estão associados a sete iniciativas-âncora, destacando-se as seguintes ações:</p> <p><u>Orientar as empresas para a competitividade e inovação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Internacionalização do complexo económico logístico de Sines;</li> <li>• Academia das energias e do mar;</li> </ul> <p><u>Montar experiências turísticas diferenciadas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico;</li> <li>• Qualificação turística de territórios de elevado valor natural e paisagístico;</li> <li>• Promoção e afirmação da região como destino turístico;</li> </ul> <p><u>Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização de estratégias específicas visando assegurar a valorização económica de recursos endógenos;</li> </ul> <p><u>Garantir a sustentabilidade e a utilização eficiente dos recursos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização económica das áreas de valor ambiental e paisagístico;</li> <li>• Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no âmbito do ciclo urbano da água e do regadio;</li> </ul> <p><u>Favorecer a coesão e inclusão social</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização económica das áreas de valor ambiental e paisagístico;</li> <li>• Apoio à regeneração física, económica e social de comunidades desfavorecidas;</li> </ul> <p><u>Ordenar para atrair e povoar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística do território;</li> <li>• Mobilidade e acessibilidade sustentável;</li> </ul>
<b>AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL</b>	
<p><b>Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente para 2014-2020</b></p> <p>Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, 2014</p>	<p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura</li> <li>• Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos</li> <li>• Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</li> </ul> <p>Objetivos transversais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal</li> </ul> <p>Melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos</p>
<p><b>Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural / FEADER (PENDR)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2006, de 2 de novembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal</li> <li>• Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais</li> <li>• Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais</li> <li>• A estes objetivos adicionam-se ainda os seguintes, de caráter transversal:</li> <li>• Reforçar a coesão territorial e social</li> </ul> <p>Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial</p>
<p><b>Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO)</b></p>	<p>Eixos prioritários estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a competitividade agroflorestal e a sustentabilidade rural</li> <li>• Reforçar o potencial humano e os serviços à agricultura e zonas rurais</li> </ul> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p>Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2012</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas</li> <li>• Promoção da qualidade e da inovação da produção agroflorestal e agrorrural</li> <li>• Valorização do potencial específico dos territórios</li> <li>• Melhoria das condições de vida do trabalho e do rendimento</li> <li>• Reforço da organização e iniciativa de associações dos agricultores</li> </ul>
<b>FLORESTAS</b>	
<p><b>Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro</p>	<p><u>Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais</li> <li>• Redução da incidência dos incêndios</li> <li>• Garantir o cumprimento do PNDFCI</li> <li>• Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos</li> <li>• Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas</li> <li>• Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos</li> <li>• Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos</li> <li>• Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados</li> <li>• Especialização do território</li> </ul> <p><u>Planear a abordagem regional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar o solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</li> <li>• Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</li> <li>• Promover a proteção das áreas costeiras</li> <li>• Conservar o regime hídrico</li> <li>• Adequar as espécies às características da estação</li> <li>• Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas</li> <li>• Promover a resiliência da floresta</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios</b></p> <p>Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2019, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro</p>	<p>Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, definindo medidas de organização do território, de silvicultura e de infraestruturacão, referentes à organização do território, à defesa de pessoas e bens, à defesa da floresta e ao respetivo incumprimento, para além de outras questões pertinentes no âmbito da defesa da floresta contra incêndios</p>
<b>INDÚSTRIA</b>	
<p><b>Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2013, de 23 de dezembro</p>	<p>“Fomentar uma economia de vocação internacional, tendo como principal motor de crescimento uma indústria de elevado valor acrescentado nacional e geradora de emprego, em que o Estado atua como facilitador da iniciativa privada”</p> <p>Eixos de atuação e de monitorização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação e revitalização do tecido empresarial</li> <li>• Estabilização da procura interna</li> <li>• Qualificação: educação e formação</li> <li>• Financiamento</li> <li>• Promoção do investimento</li> <li>• Competitividade fiscal</li> <li>• Internacionalização</li> <li>• Inovação, empreendedorismo e I&amp;D</li> <li>• Infraestruturas logísticas</li> </ul>
<b>TURISMO</b>	
<p><b>Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013 - 2015 (PENT 2013-2015)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril</p>	<p><u>Qualidade turística sustentável:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade como modelo de desenvolvimento</li> <li>• Qualidade de serviço e de recursos humanos</li> <li>• Qualidade urbana, ambiental e paisagística</li> <li>• Modernização dos agentes</li> </ul> <p><u>Enriquecimento da oferta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiências e conteúdos</li> <li>• Eventos potenciadores da notoriedade e atratividade do destino</li> </ul> <p><u>Produtos e destinos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de produtos estratégicos</li> <li>• Desenvolvimento dos destinos regionais</li> </ul> <p>Concelhos de Sesimbra e de Setúbal:</p>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos produtos de sol e mar, há necessidade de estruturar ofertas para complementar outras motivações de procura primária (viagens de curta duração e circuitos turísticos)</li> <li>• No turismo de natureza, na vertente passeios, verifica-se a necessidade de desenvolver conteúdos e a sua disponibilização em canais, criar diversidade de experiências de passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo</li> <li>• A oferta de produtos turísticos no Alentejo deve concentrar os esforços para consolidar os produtos que estão num estado de desenvolvimento: turismo de natureza e turismo náutico.</li> </ul> <p>Alentejo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No turismo náutico, é necessário sensibilizar os municípios para a qualidade e as boas condições de acesso às praias, divulgar os eventos internacionais e promover a oferta de <i>surfing</i></li> <li>• No âmbito do produto sol e mar, é necessário estruturar ofertas para complementar outras motivações de procura primária (circuitos turísticos)</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de agosto, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatibilizar as atividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respetivas capacidades de carga</li> <li>• Promover projetos e ações públicas e privadas que contribuam para a adequada visitabilidade das áreas protegidas através da criação de infraestruturas equipamentos e serviços</li> <li>• Promover no interior das áreas protegidas a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural</li> <li>• Promover a criação de infraestruturas e equipamentos necessários às atividades de turismo de natureza que salvaguardem a sua adequada integração</li> <li>• Instalação de centros de receção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos ecomuseológicos e de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas</li> <li>• Incentivar práticas turísticas, de lazer e de recreio não nocivas para o meio natural e compatíveis com a sua preservação</li> </ul>
<p><b>Documento Estratégico Turismo do Alentejo 2014-2020</b></p> <p>Turismo do Alentejo, 2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afirmar o <i>cluster</i> do turismo: afirmação do turismo regional como <i>cluster</i> prioritário de desenvolvimento, através de políticas que articulem e acrescentem valor à cadeia produtiva; promovam a cultura associativa; e induzam a excelência de gestão em redes de empresas que giram vantagens estratégicas comparativas e competitivas</li> <li>• Gerir o destino com reforço de competências: gestão do destino pela agregação de competências em áreas estruturantes, como o planeamento do território, licenciamento de atividades e monitorização do destino</li> <li>• Criar e promover território turístico: criar e promover, em espaço rural e urbano, um território de excelência para o turismo, incentivando corredores com oferta especializada, disponibilizando produtos rurais e agroindustriais</li> <li>• Requalificar e criar novos produtos turísticos: prosseguir o esforço de requalificação dos produtos turísticos (natureza, <i>touring</i> /cultural, náutico, sol e mar, gastronomia e vinhos) e lançando outros para os quais o território demonstre apetência (cinegético, saúde e bem estar)</li> </ul> <p><u>Orientações específicas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apostar no crescimento e diversificação do turismo marítimo e costeiro para o Litoral alentejano, em linha com a aposta no <i>cluster</i> do mar e com a vocação Atlântica do país; apoiar o desenvolvimento de oferta turística que garanta escala competitiva internacional, assim como a redução da sazonalidade</li> <li>• Implementação de corredores turísticos, que percorram todo o território Alentejano, sistematizando a oferta em torno dos ativos estratégicos do Alentejo, em articulação com as Comunidades Intermunicipais</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Náutico no Alentejo e Ribatejo</b></p> <p>Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, 2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A conceção e a fundamentação de estratégias tendentes ao desenvolvimento do turismo náutico tendo em vista não só contribuir para o desenvolvimento harmonioso e perdurável do setor turístico regional, mas também, por acréscimo e extensão, concorrer para o aprofundamento e a densificação dos fatores específicos de afirmação competitiva do Alentejo, seja no quadro nacional, seja no internacional.</li> <li>• A mobilização de stakeholders e população em geral para algo que - como o desenvolvimento regional - só poderá ser conseguido num quadro de cooperação e partilha entre os atores e os visados do processo.</li> </ul> <p>Objetivos secundários</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A constituição de uma base informativa baseada, sobretudo, na observação e nos contactos diretos, sobre a realidade atual e potencial do turismo náutico e das atividades conexas</li> <li>• O fomento da valorização, por parte dos residentes, do património ambiental, histórico e cultural da região, bem como a promoção da autoestima e do <i>empowerment</i> daqueles</li> <li>• O reforço da visibilidade e do reconhecimento da marca “Alentejo”</li> </ul>

QRE	Orientações ambientais e de sustentabilidade
<p><b>Plano Estratégico de Turismo do Concelho de Sesimbra</b></p> <p>Câmara Municipal de Sesimbra, 2009</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A contribuição para o fortalecimento e diversificação da base económica regional</li> <li>• A promoção da qualidade de vida das populações</li> </ul> <p>O Plano Estratégico de Turismo do Concelho de Sesimbra apresenta uma visão macro assente em três grandes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vila de Sesimbra moderna e sofisticada, valorizadora das suas fortes raízes históricas e culturais</li> <li>• “Apropriação” do Parque Natural da Arrábida, desde Azeitão</li> <li>• Elevação do padrão de oferta turística: conhecimento, cultura e inovação</li> </ul> <p>Para atingir esta visão determinaram-se <b>seis objetivos estratégicos</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Focalização do plano de comunicação nos produtos turísticos “core” de Sesimbra direcionado para o <i>upgrade</i> da imagem turística do concelho</li> <li>• Elevação da qualidade do serviço turístico oferecido</li> <li>• Reconhecimento de Sesimbra como destino turístico qualificado e diferenciado, que combina virtuosamente sofisticação e tradição</li> <li>• Afirmação progressiva da vila de Sesimbra como polo atrativo e requalificado para viver e visitar</li> <li>• Criação de valor a partir dos elementos naturais de maior valia e relevo do concelho (Parque Natural da Arrábida, Meco, lagoa de Albufeira, Mata de Sesimbra)</li> <li>• Apropriação de uma parte importante do Parque Natural da Arrábida por parte de Sesimbra (desde Azeitão)</li> </ul> <p>Foram ainda definidos <b>cinco vetores estratégicos</b> para o desenvolvimento do turismo em Sesimbra, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceção, desenvolvimento, estruturação e <i>marketing</i> de produtos turísticos, muito centrados na Economia do Mar, motor de desenvolvimento do concelho</li> <li>• Ordenamento, reabilitação urbana e regeneração económica e social da vila de Sesimbra</li> <li>• Criação, reabilitação e aproveitamento de infraestruturas e desenvolvimento de serviços de apoio</li> <li>• Dinamização e aplicação ativa/virtuosa do conceito “turismo sustentável” no território de Sesimbra</li> <li>• Sofisticação da oferta turística pela aposta no conhecimento, cultura e inovação</li> </ul>
<p><b>Plano Estratégico de Turismo de Santiago do Cacém</b></p> <p>Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2003</p>	<p>O documento especifica <b>dois grandes domínios</b> de produtos turísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de produtos             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Alojamento Turístico</li> <li>○ Turismo Residencial</li> <li>○ Turismo Cultural</li> <li>○ Turismo de Natureza e Ecoturismo</li> <li>○ Turismo Escolar e Juvenil</li> <li>○ Turismo de Sol e Praia</li> <li>○ Turismo em Espaço Rural</li> <li>○ Turismo Sénior</li> <li>○ Turismo Ativo e Desportivo</li> <li>○ Caça Turística</li> </ul> </li> <li>• Dinamização de Eventos e de Animação Turística e Cultural             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>Marketing</i> e promoção turística</li> <li>○ Formação de recursos humanos</li> <li>○ Apoio ao investimento</li> <li>○ Sinalização e informação turística</li> <li>○ Gestão estratégica do turismo</li> <li>○ Planeamento e gestão territorial</li> </ul> </li> </ul>



**Anexo 2 – Resultados da consulta às Entidades com  
Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) no âmbito do  
Relatório Ambiental Preliminar da Avaliação Ambiental  
Estratégica do POC-EO**

Quadro B.1 – Síntese dos pareceres emitidos no âmbito da consulta ao Relatório Ambiental Preliminar da AAE

Entidade	Principais aspetos a salientar do parecer emitido	Ponderação
ARS Alentejo	<i>(...) no quadro 7 da pág. 24, no FCD - Valores naturais, paisagísticos e culturais falta incluir a "Saúde Humana" nas questões ambientais.</i>	Foi incluído.
ARS LVT	<i>Este Serviço, depois de analisados os documentos presentes ao processo relativo ao relatório ambiental, é de parecer favorável condicionado ao cumprimento das directrizes de gestão contidas no documento, considerando o Cenário 1 como o mais adequado.</i>	Os cenários avaliados no Relatório Ambiental correspondem à execução na íntegra (Cenário 1) e à execução parcial (Cenário 2) das medidas/ações previstas no programa de execução do POC-EO. A execução do Cenário 1 dependerá das disponibilidades financeiras para a execução das diversas intervenções. Quanto às directrizes de gestão contidas no Relatório Ambiental, as mesmas serão referenciadas na Declaração Ambiental, que deverá ser emitida após a aprovação do Programa
CM Sesimbra	<i>Verifica-se ao longo do Relatório Ambiental que vários dos documentos de referência e legislação estão desatualizados, reportando-se a datas anteriores a 2015 (data em que foi concluída a 1.ª fase dos trabalhos do POC EO). Alguns documentos assumem especial importância, como a utilização do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012- 2015, quando atualmente vigora o Plano de Ação Litoral XXI, e os planos de gestão das bacias hidrográficas.</i>	O Relatório Ambiental foi revisto.
CM Sesimbra	<i>Considera-se que o RA apresenta um desfasamento temporal significativo, tanto mais que entre a conclusão da primeira fase dos trabalhos e a proposta de programa, agora em análise, existem diferenças relevantes, estando comprometida a eficácia deste documento.</i>	O Relatório Ambiental foi revisto.
CM Sesimbra	<i>Na página 40 é referido que o edifício onde está instalada a Câmara Municipal de Sesimbra é património classificado, o que não corresponde à verdade.</i>	Foi alterado.
CM Sesimbra	<i>Na página 90, Quadro 22 — Conflitos legais, as ocupações identificadas em DPM no concelho de Sesimbra, referem-se aos elementos disponibilizados na 1.ª fase dos trabalhos, as quais foram esclarecidas através do nosso ofício n.º 14728 de 04/09/2015.</i>	As situações foram verificadas com base no ofício referido e alteradas quando pertinente
CM Sesimbra	<i>Na página 95, tendo em conta o desfasamento temporal, questiona-se se as áreas concessionadas para exploração de petróleo estão ainda válidas e se serão para exploração ou para prospecção</i>	Foi efetuada a devida adequação.
DGADR	<i>Acresce referir que se verificou que no Quadro Estratégico de Referência do relatório do Modelo Territorial, não foi incorporado e como tal não considerado na avaliação estratégica do POC-EO a "Estratégia para o Regadio Público 2014-2020" (<a href="https://www.dgadr.gov.pt/7-dgadr/397-estrategia-para-o-regadio-publico-2014-2020">https://www.dgadr.gov.pt/7-dgadr/397-estrategia-para-o-regadio-publico-2014-2020</a>).</i>	Apesar da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 não ter sido considerada no QRE da AAE, foram considerados outros documentos enquadradores da temática da agricultura, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de Desenvolvimento Rural</li> </ul>

Entidade	Principais aspetos a salientar do parecer emitido	Ponderação
		<p>(PDR) do Continente para 2014-2020</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural / FEADER (PENDR)</li> </ul> <p>O relatório de fatores críticos de decisão (RFCD), onde foi definido o âmbito da AAE, incluindo o quadro de avaliação dos fatores críticos de decisão (FCD), os objetivos e os indicadores a estudar no relatório ambiental, foi submetido às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE), tendo esse âmbito sido alterado em função dos pareceres emitidos.</p> <p>Não foi obtido parecer da DGADR, pelo que não foram integradas alterações no QRE ou no âmbito da avaliação ambiental relacionadas com as questões referidas.</p>
DGRM	<p>Face ao exposto, esta Direção Geral emite parecer favorável condicionado à alteração dos vários documentos omitindo as referências ao POEM e procedendo-se à revisão das normas e modelo territorial, em linha com o já efetuado no POC-ACE.</p>	<p>As referências ao POEM foram omitidas.</p>
ICNF	<p>(...) o relatório ambiental não contempla ou não explícita, a informação necessária para a avaliação de incidências ambientais do POC nos termos exigidos pelo artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro. (...) Assim, na versão final de Relatório Ambiental, a análise deveria conter:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Uma descrição clara das ações do programa em apreciação em conjunto com as ações dos demais instrumentos com jurisdição no território em análise, que definem diferentes estatutos / regimes de proteção dentro dos seus limites, que deveriam ser determinantes no modelo territorial e respetivo normativo do instrumento em apreciação;</li> <li>O “Quadro de Referência Estratégico” apesar de fazer referência aos Planos de Ordenamento das Áreas Marinhas Protegidas (AMP), não são apresentadas considerações sobre a aplicação dos respetivos regimes de proteção e condicionantes no espaço marítimo e a respetiva conformidade / articulação com a regulação em apreciação.</li> </ul>	<p>O enquadramento da Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA) é dado pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro. De acordo com o Decreto-Lei n.º 49/2005, no seu artigo 10.º, n.º 1: "As ações, planos ou projetos não diretamente relacionados com a gestão de um Sítio da Lista Nacional de Sítios, de um Sítio de Interesse Comunitário (SIC), de uma Zona Especial de Conservação (ZEC) ou de uma Zona de Proteção Especial (ZPE), e não necessários para essa gestão mas suscetíveis de afetar essa zona de forma significativa, individualmente ou em conjugação com outras ações, planos ou projetos, devem ser objeto de Avaliação de Incidências Ambientais no que se refere aos objetivos de conservação da referida zona." Foi elaborado o relatório de conformidade com a Rede Natura 2000.</p> <p>Em sede de aprofundamento da articulação e complementaridade</p>

Entidade	Principais aspetos a salientar do parecer emitido	Ponderação
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A identificação e avaliação conclusiva dos previsíveis impactes ambientais, designadamente os suscetíveis de afetar a conservação de habitats e de espécies da flora e da fauna;</li> </ul> <p>(...) A adequação e adaptação das orientações de gestão relativas aos habitats naturais e às espécies da flora e da fauna aos regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais através de medidas que estabeleçam ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos dos programas da orla costeira. Deverão assim todos os POC incluir um relatório que fundamente em que medida a conservação dos habitats e das populações de espécies que estão na origem da classificação do Sítio ou ZPE é garantida pelas previsões, restrições e determinações estabelecidas no novo POC em elaboração. Ou seja, o relatório deverá demonstrar em que medida os regimes de proteção propostos promovem e não conflituam com as necessidades de manutenção do estado de conservação favorável dos valores naturais da área classificada, clarificando a relação entre a ocorrência de valores naturais e as suas necessidades de gestão (identificadas nos estudos de caracterização), a delimitação dos regimes de proteção e normas propostas para os mesmos; (...)</p>	<p>do POC EO com os POAP em vigor e PSRN2000, ao nível do normativo e da sua expressão cartográfica, o ICNF clarificou um conjunto questões que permitiram minimizar, dentro do possível, os problemas identificados ao nível do relatório de conformidade com a Rede Natura 2000.</p>
<p><b>ICNF</b></p>	<p>É ainda de referir, que o Quadro de Referência Estratégico apresentado no Anexo I — Instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico do RA - deve ser corrigido, tendo em conta as versões em vigor dos vários instrumentos de gestão do território.</p> <p>Designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT) — Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro; o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT), Portaria n.º 52/2019 de 11 de fevereiro.</li> </ul>	<p>Foi corrigido.</p>
<p><b>IMT</b></p>	<p>Esclarecimento sobre qual dos Cenários de avaliação (1 ou 2) será considerado, nomeadamente no que respeita às questões relacionadas com a mobilidade, transportes e acessibilidades;</p>	<p>Os cenários avaliados no Relatório Ambiental correspondem à execução na íntegra (Cenário 1) e à execução parcial (Cenário 2) das medidas/ações previstas no programa de execução do POC-EO. A execução do Cenário 1 ou 2 dependerá das disponibilidades financeiras para a execução das diversas intervenções.</p>